



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM, IDENTIDADE E
SUBJETIVIDADE**

HÉLITON DIEGO LAU

**PELO DIREITO E ORGULHO DE SER HETEROSSEXUAL NO TERCEIRO
DOMINGO DE DEZEMBRO: OS DISCURSOS DE CARLOS APOLINÁRIO E
EDUARDO CUNHA NOS PLs 294/2005 E 1672/2011**

**PONTA GROSSA – PR
2016**

Héliton Diego Lau

**PELO DIREITO E ORGULHO DE SER HETEROSSEXUAL NO TERCEIRO
DOMINGO DE DEZEMBRO: OS DISCURSOS DE CARLOS APOLINÁRIO E
EDUARDO CUNHA NOS PLs 294/2005 E 1672/2011**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito para a obtenção de título de mestre em Linguagem.

Área de concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Linha de pesquisa: Subjetividade, Texto e Ensino.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh.

Ponta Grossa – PR
2016

Capa

Participante de caminhada ergue guarda-chuva colorido com as cores da bandeira do movimento gay. Realizada desde 2002, a caminhada tem como objetivo protestar contra o preconceito à diversidade sexual. Foto de Yasuyoshi Chiba/AFP, de 9 de junho de 2012. UOL.

Ficha Catalográfica

Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Lau, Héilton Diego

L366 Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro: os discursos de Carlos Apolinário e Eduardo Cunha nos PLs 294/2005 E 1672/2011/ Héilton Diego Lau. Ponta Grossa, 2016.
174f.

Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh.

1. (Homo) sexualidade(s).
2. Discriminação. 3. Discurso. 4. Projeto de lei. 5. Silenciamento. I. Saleh, Pascoalina Bailon de Oliveira. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade. III. T.

CDD: 401

HÉLITON DIEGO LAU

**PELO DIREITO E ORGULHO DE SER HETEROSSEXUAL NO TERCEIRO
DOMINGO DE DEZEMBRO: OS DISCURSOS DE CARLOS APOLINÁRIO E
EDUARDO CUNHA NOS PLs 294/2005 E 1672/2011**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade, referente à linha de pesquisa Subjetividade, Texto e Ensino.

Ponta Grossa, 28 de abril de 2016.

Banca examinadora



Prof.ª Dr.ª Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh – Orientadora
Doutora em Linguística
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares – Membro
Doutor em Letras
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof.ª Dr.ª Clóris Porto Torquato – Membro
Doutora em Linguística
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho a todas as bichas “poc poc”, afeminadas, monas, lacrativas, pois graças a vocês pude colocar minha cara no sol!

Como já disse a mona Natasha Martory: *“Põe a cara no sol, mana. Põe a cara no sol, querida. Aceita, gay, é pra poucas a cara no sol, mana. Bicha bonita não se esconde. Mostra o rosto, a feminilidade”*.

AGRADECIMENTOS

Como dizer muito obrigado? Como expressar todo esse carinho e reconhecimento? Assim, tento expressar e simbolizar meu amor e meus sinceros agradecimentos em palavras. Em especial à minha mãe, Jucemara Lau, mulher forte, pelo apoio e carinho eterno. Muito obrigado!

À minha avó, Maria Zeni Lau, *in memoriam*, mulher guerreira, minha segunda mãe, por sempre me motivar e acreditar nos meus sonhos. Muito obrigado!

Ao meu amor, André Soares de Faria, pela paciência e imensa ajuda nos momentos difíceis. Muito obrigado!

À minha orientadora, Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh, por acreditar que eu seria capaz, por aceitar o desafio de me orientar e encarar comigo a Análise do Discurso. Muito obrigado!

À professora Clóris Porto Torquato e ao professor Alexandre Sebastião Ferrari Soares, por disporem de tempo para ler meu trabalho, fazerem apontamentos fantásticos e direcionarem meus passos ao desejo de ser um pesquisador. Muito obrigado!

À querida Vilma Barbato Geremias, secretária do Programa, pela imensa ajuda, gentileza, comprometimento e disposição nesses dois anos. Muito obrigado!

Às professoras em minha formação no mestrado na UEPG: Djane Antonucci Correa, Elódia Constantino Roman, Ione da Silva Jovino, Marly Catarina Soares, e ao professor Patrick Dahlet, na UFMG, que contribuíram na minha formação acadêmica. Muito obrigado!

Às minhas colegas Cristiane de Fátima, Fernanda Aparecida Israel, Priscila Barbosa Ribas Ansbach, meu colega Jonatas Michel Kuchnir e a professora Simone Carvalho do Prado dos Santos, pelas discussões no Núcleo de Relações Etnorraciais, Gênero e Sexualidade – NUREGS. Muito obrigado!

Às pessoas com as quais fiz amizade nas disciplinas, nos pátios e pelas redondezas da UEPG. Em especial, à Cristiele Pedroso de Almeida, Moniete Izolina dos Santos Wiertel, Silvely Brandes. Muito obrigado!

À minha amiga e irmã de coração, Andréa Sabat Seminotti Gomes, por todo apoio, amizade e desabafos. Muito obrigado!

Cari Rez Lobo, pela apresentação da não-binaridade, e que me fez entender muito mais do universo ALGBTQI+. Muito obrigado!

A Harrison Gerotto Adams, pela ajuda na escrita do Sign Writing. Muito obrigado!

Aos colegas de turma do mestrado, em especial ao Deleon Betim e Waldiney Correia Martins,
pelo apoio, risadas e companheirismo. Muito obrigado!

Às minhas queridas professoras da graduação, Ruth Mara Buffa e Sônia Maria Zanetti

Thomaz, pela ajuda e inspiração para o ingresso no mestrado. Muito obrigado!

A Thiago Arzacom, Elmer Dias, Francisco Carbone e Vinícius Ribeiro pelos *podcasts*
maravilhosos do *Não Me Critica*, amizade que surgiu ao longo do tempo e carinho. Muito
obrigado!

À CAPES pela concessão da bolsa. Muito obrigado!

Por fim, a todas as pessoas que me ajudaram, na certeza de que eu não poderia fazer este
trabalho sozinho. Muito obrigado!

And if I fly, or if I fall
Least I can say I gave it all
And if I fly, or if I fall
I'm on my way
(*Sissy That Walk* – RuPaul)

RESUMO

Os estudos e discussões acerca da comunidade de assexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, *queer*, intersexo e mais – ALGBTQI+ – levantam questionamentos a respeito do posicionamento cis-heteronormativo da/na sociedade, trazendo discussões a respeito da história das (a)sexualidades e identidades de gêneros a fim de (des)construir o binarismo imposto. Como resposta a essas (des)construções, setores conservadores da sociedade brasileira lançam projetos de lei a fim de “proteger” a heteronormatividade. O *corpus* deste trabalho é composto por duas justificativas de dois projetos de lei. O projeto de lei 294/2005, de autoria do vereador Carlos Apolinário, e o projeto de lei 1672/2011, do deputado federal Eduardo Cunha. O objetivo de ambos é estabelecer o terceiro domingo de dezembro como o “Dia do Orgulho Heterossexual”. Ao se analisar as sequências discursivas das justificativas de cada projeto de lei, observa-se como são construídas, através das formações discursivas, as identidades homossexuais e heterossexuais na dimensão da cidadania. Neste trabalho, é feito um percurso histórico acerca da(s) (homo)sexualidade(s) em alguns períodos e civilizações históricas, tais como: China, Egito, Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna e Pós-Moderna, bem como nas esferas científicas e sociais. Para a sustentação teórica deste trabalho, mobilizaram-se autories que discutem a análise do discurso de linha francesa, como Courtine (2014), Charaudeau & Maingueneau (2008), Pêcheux (1993, 1995, 1999, 2006, 2012) e autories que discutem essa corrente filosófico-linguística no Brasil, em maior destaque: Brandão (1998, 2004, 2013), Mariani (1988, 1996, 1998), Orlandi (1984, 1993, 1994, 1996a, 1996b, 1999, 2012), entre outres. A discussão sobre a identidade do sujeito é sustentada em Bauman (2005), S. Hall (2000, 2006), T. Silva (2000), Woodward (2000), entre outres, em diálogo com o viés discursivo, a fim de situar a questão do Outro. A metodologia utilizada neste trabalho é a qualitativa, baseada no paradigma indiciário de Ginzburg (1989).

Palavras-chave: (homo)sexualidade(s); discriminação; discurso; projeto de lei; silenciamento.

ABSTRACT

The studies and discussions about the community of asexual, lesbian, gay, bisexual, transvestites, transgender, queer, intersex and more – ALGBTQI+ – raise questions about the cis-heteronormativity position of/in the society, bringing discussions about the history of the (a)sexualities and identities of gender, aiming to (de)construct the imposed binarism. Through these (de)constructions, conservative sectors of the Brazilian society launch bills in order to (protect) the heteronormativity. The corpus of this paper is based on two bills. The bill 294/2005, authored by alderman Carlos Apolinário, and the bill 1672/2011, authored by congressman Eduardo Cunha. They both justify them by establishing the third Sunday of December as the “Heterosexual Pride Day”. When analyzing the discourse in both justifications, it is possible to notice how the homosexual and heterosexual identities are built in the citizenship dimension. This paper makes, through a discursive bias, a historical course of the (homo)sexualities in some periods and historical civilizations, such as: China, Egypt, Greece, Rome, Middle Ages, Modern and Post-modern Ages, as well as in the scientific and social spheres. The theoretical base of this paper is based in authors that discuss the French line of the Speech Analysis, as Courtine (2014), Charaudeau & Maingueneau (2008), Pêcheux (1993, 1995, 1999, 2006, 2012), and authors that discuss this philosophical-linguistic chain in Brazil, highlighted: Brandão (1998, 2004, 2013), Mariani (1988, 1996, 1998), Orlandi (1984, 1993, 1994, 1996a, 1996b, 1999, 2012), among others. The subject identity discussion is proposed, based on Bauman (2005), S. Hall (2000, 2006), T. Silva (2000), Woodward (2000), among others, along with the discursive bias in order to discuss the issue of the Other. The methodology used in this paper is based on the evidential paradigm of Ginzburg (1989), the qualitative research, even using quantitative data in some moments of the research, in the light of the Speech Analysis, according to Ferreira (2000).

Key-words: (homo)sexualities; citizenship; discrimination; speech; bill; muting.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Transcrição da palavra SURD@ para o <i>Sign Writing</i>	19
Figura 2 – Transcrição da palavra HOMEM para o <i>Sign Writing</i>	19
Figura 3 – Transcrição da palavra MULHER para o <i>Sign Writing</i>	19
Figura 4 – Personalização de gênero(s) e escolha na rede social Facebook em inglês	22
Figura 5 – Personalização de gênero(s) e escolha na rede social Facebook em LP	22
Figura 6 – Um homem toca as partes íntimas de um jovem rapaz, prato ático. Autor desconhecido, 530-430 a.e.c. (Ashmolean Museum, Oxford)	36
Figura 7 – Landa Lakes. São Francisco, Califórnia.....	53
Figura 8 – Sheldon Raymore. Nova York.....	54
Figura 9 – Talon Stammers. 17 anos. Bekerley, Califórnia	55
Figura 10 – Charlie Tippie Toe Ballard. Oakland, Califórnia.....	56
Figura 11 – Spirit Wild. 31 anos, Fort Hal, Idaho	57
Figura 12 – Derek Smith. Bay Area, Califórnia	58
Figura 13 – Ruth Villasenor. Bay Area, Califórnia	59
Figura 14 – Ainden Warrior. 27 anos, Baison, Idaho	60
Figura 15 – Jacob Edwards Dunlap, Sacramento, Califórnia	61
Figura 16 – Bandeira do orgulho intersexo brasileira.....	70

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – Identidade das vítimas	131
Gráfico 2 – Faixa etária das vítimas.....	133
Gráfico 3 – Tipo de violação	134
Gráfico 4 – Vítimas de homolebóbítanfobia no Brasil – 2013-2015.....	135
Quadro 1 – Por que abandonar o X?.....	25
Quadro 2 – A fragmentação generalizada da identidade de gênero e sexualidade	66
Quadro 3 – Dados de 2011 e 2012 sobre violência homolebóbítanfóbica no Brasil	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD	Análise automática do discurso
AD	Análise do Discurso
ALGBTQI+	Assexuais, lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais, transgêneros, <i>queer</i> , intersexo e mais
APA	Associação Psiquiátrica Americana
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CP	Condição de produção
DCE	Diretrizes Curriculares Estaduais
DEM	Democratas
DMAB	Designated Male At Birth
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
DOU	Diário Oficial da União
FD	Formação discursiva
FI	Formação ideológica
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FtM	Female to Male
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LP	Língua Portuguesa
MtF	Male to Female
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PL	Projeto de lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSC	Partido Social Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão

SDH	Secretaria dos Direitos Humanos
SUS	Serviço Único de Saúde
SW	Sign Writing
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução	16
1 A condição do ser humano e sua(s) (homo)sexualidade(s) no decorrer da história	31
1.1 China.....	32
1.2 Egito	34
1.3 Grécia	35
1.4 Roma.....	38
1.5 Idade Média	39
1.6 Idade Moderna e Pós-Moderna	40
2 A(s) (homo)sexualidade(s) nas esferas científicas e sociais	45
2.1 Ciências médicas	47
2.2 Two-spirit: concepções e pontos de vista de indígenas norte-americanes	51
2.3 A questão das identidades de gêneros e sexualidades nos documentos oficiais de ensino no Brasil e no Paraná.....	63
2.3.1 Parâmetros Curriculares Nacionais de Temas Transversais: Orientação Sexual	63
2.3.2 Diretrizes Curriculares Estaduais: Gênero e Diversidade Sexual	75
3 As questões teóricas acerca da Análise do Discurso e do sujeito	81
3.1 O que é AD?.....	82
3.2 A questão identitária do sujeito.....	98
4 O(s) silenciamento(s) nos PLs 294/2005 e 1672/2011	108
4.1 A justificativa para celebrar um dia	110
4.2 A justificação de Carlos Apolinário (PDT-SP).....	112
4.3 A justificação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ).....	127
Considerações finais.....	142
Referências	146
Links	157
Glossário de (expressões de) gêneros não-binários, de Cari Rez Lobo e Louis Patrick Fortunato Nunes	160
Anexos	167
Anexo A – Projeto de Lei 294/2005, de Carlos Apolinário (PDT-SP)	168
Anexo B – Projeto de Lei 1672/2011, de Eduardo Cunha (PMDB-RJ).....	172

INTRODUÇÃO

A liberdade não é só uma questão de votar e casar e beijar na rua, embora todas essas coisas sejam importantes. A liberdade também é uma questão do que você vai se permitir fazer.

(*Dois garotos se beijando* – David Levithan)

Início com uma breve explicação sobre a linguagem deste meu trabalho. Minha finalidade com esse uso linguístico é mostrar a desconstrução de gênero, o rompimento do binarismo nas formas escrita e falada.

Conheci no *Facebook* uma página intitulada *Espectrometria Não-Binária*, que significa:

Instrumento de medição e de estudo do espectro amplo da não-binaridade de gênero. Esta página foca em gêneros, expressões de gênero, sexualidades e romanticidades que não se limitam ao binário de gênero (100% mulher ou 100% homem), e também em pessoas intersexo.¹

Nela, pude conhecer a pessoa que a modera, que é do gênero panflux² (pangênero + genderflux), ou seja, uma pessoa trans não-binária, o que quer dizer que não se encaixa como somente homem ou somente mulher. Ela prefere ser tratada no “gênero neutro”. Sua orientação sexual é a pansexualidade.

Como devo me referir a essa pessoa? Se eu utilizar o pronome “ela”, parece que não se encaixará tão bem, afinal, essa pessoa não é “100% feminina”; mas também não faz sentido utilizar o pronome “ele”, pelo mesmo motivo.

Uma das línguas oficiais do Brasil – a língua portuguesa³ (doravante LP) – não possui um “gênero neutro”, ou seja, elu,⁴ que modera a página, não está sendo representada, não pode ser mencionada em textos, falas, pelo pronome de tratamento que deseja em uma situação formal, pois elu utiliza essa linguagem em suas postagens. Elu possui um blog com o

¹ Informações retiradas da página. Disponível em: <www.facebook.com/espectrometria.nao.binaria>. Acesso em: 31 mar. 2015.

² No final deste trabalho há um glossário explicando um pouco a respeito das identidades e expressões de gêneros não-binários.

³ A segunda língua oficial do Brasil é a Língua Brasileira de Sinais – Libras, que “é um sistema linguístico legítimo e natural utilizada pela comunidade surda brasileira” (STREIECHEN, 2013, p. 27).

⁴ Este é o pronome pelo qual quer ser chamado.

mesmo nome da página do *Facebook* no qual há um texto falando da linguagem neutra. Com base nessa sua postagem, notei que, de fato, pessoas trans não-binárias não podem ser representadas de acordo com as normas gramaticais da LP.

Em seu blog, ele mostra diversas formas para se referir oralmente a pessoas não-binárias. Quanto à forma pronominal, adotarei no meu trabalho o pronome de tratamento que essa pessoa utiliza, a forma “elu”, como um ato político para mostrar que o pronome considerado “neutro” em nossa sociedade exclui as pessoas não-binárias, já que elus não se veem como homens nem como mulheres. Portanto, não faz sentido para estes a utilização do “neutro ‘eles’”, haja vista o modo como o feminismo trata essa questão.

Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o *irrepresentável*. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar (BUTLER, 2008, p. 28-29, ênfase da autora).

Esse pronome tem muita semelhança com o *illud* do latim. “Em relação à terceira pessoa, a língua latina não possuía uma forma pronominal específica para indicar os elementos exteriores ao falante e ao ouvinte (ditos de terceira pessoa) [...]” (LOREGIAN-PENKAL, 2006, p. 74). Como não havia a terceira pessoa no latim, permitiu-se o uso dos pronomes de forma mais arbitrária. Nesse caso, presume-se que tal pronome utilizado por essa pessoa não-binária, e neste trabalho, provém de *illud*, e a utilização de “elu” tem certa proximidade tanto com a questão do pronome em latim quanto com os da LP ela/ele.

Para “neutralizar” adjetivos e substantivos, como “aluno”, “bonita”, “entre outras”, utilizarei a vogal “e”.⁵ Estas palavras, então, serão escritas da seguinte forma: “alune”, “bonite” e “entre outres”. E no caso de “professores”, por exemplo? Palavras no plural consideradas masculinas terão a letra “i” no meio. Será escrito “professories”. Preposições, como “de” e “da” serão substituídas por “du”, por exemplo: “Este lápis é du Iraci”. A respeito dos artigos definidos (“o”, “a”, “os”, “as”), serão substituídos por “le” e “les”. Por exemplo:

⁵ Informações retiradas do blog, do post **Guia para a linguagem oral não-binária ou neutra (PT-BR)**. Recomendo a leitura de toda postagem para melhor compreensão da utilização da “linguagem neutra” no trabalho, pois todo ele será escrito dessa forma. Disponível em: <<http://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com/post/95838656403/guia-para-a-linguagem-oral-nao-binaria-ou-neutra>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

“Les professories já estão na sala de reunião”. Os indefinidos (“um”, “uma”, “uns”, “umas”) utilizarão a letra “e” no final, ficando da seguinte forma: “ume”, “umes”.

Moita Lopes (2013) utiliza o sinal arroba (@) como um gesto político para marcar uma possível “neutralidade de gênero”, não focando somente no masculino, nem no feminino, mas mostrando algo que seja válido para esses dois gêneros. O autor afirma que as variações ideológicas influenciam as mudanças linguísticas, além da prática do movimento feminista. Este sinal (@) pode ser totalmente utilizado e ter sua validade, porém, é inviável para a pronúncia.

Concordo que sua utilização na Língua Brasileira de Sinais (Libras), esta considerada também língua oficial do Brasil pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005,⁶ que regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, “em que possui gramática e estrutura própria e seu sistema linguístico de natureza visual-motora” (BRASIL, 2002), seja mais cabível do que na LP. Assim, a Libras é *língua* e não *linguagem*,⁷ e possui estrutura e gramática próprias, portanto, para que se sinalize uma frase é necessário que se tenha conhecimento da estrutura dessa língua, pois não é “português sinalizado”, ou seja, não se utiliza a estrutura gramatical da LP (cf. Lau, 2015c). Segundo Lau & Rech (2015, p. 337, ênfase dos autores e acréscimo meu), “historicamente, é possível perceber como as LS [línguas de sinais] foram marginalizadas, tachadas como *linguagem*, mímica; também ouvia-se falar em surd@-mud@, sabendo que nem tod@ surd@ é mud@!”.

Por exemplo, a frase em português “Eu gosto de maçã”, em Libras é sinalizada da seguinte forma: “(EU) MAÇÃ GOSTAR”.⁸ Essa forma de escrita é conhecida como glosas

⁶ Esse decreto, em seu artigo 3º, inclui a Libras como disciplina curricular: “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2005).

⁷ Sobre a diferença entre língua e linguagem, Viotti (2008, p. 15), com base em Saussure, explica que: “A linguagem é heterogênea e multifacetada [...] e pertence tanto ao domínio individual quanto ao domínio social. Ela é uma capacidade que os homens têm para produzir sistemas simbólicos, ou seja, sistemas de conceitos associados a uma determinada forma, como a língua, as artes plásticas, o teatro, a dança [...] é impossível descobrir a unidade da linguagem, por isso, ela não pode ser estudada como uma categoria única de fatos humanos”. Sobre língua “é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias estabelecidas e adotadas por um grupo social [...]. Ela é um fenômeno que está além do domínio individual. O português brasileiro é a língua de uma grande comunidade de pessoas ouvintes, nascidas no Brasil. A Libras é a língua de uma grande comunidade de pessoas surdas nascidas no Brasil. Essas línguas não se limitam a uma ou outra pessoa. Elas nascem e se desenvolvem no âmbito de um grupo social, não no âmbito individual” (VIOTTI, 2008, p. 15-16).

⁸ A sintaxe da Libras pode variar em algumas orações da organização da LP: sujeito-verbo-objeto, mas também é possível verbo-sujeito-objeto, objeto-verbo-sujeito e sujeito-objeto-verbo, como no exemplo acima. “Um ouvinte começa uma frase pelo sujeito, depois, o verbo, o complemento e, no final, ‘a ideia’. ‘Decidi ir ao restaurante

(sistema de anotação), que utiliza palavras da LP em maiúsculas para se “aproximar” da Libras, segundo Streiechen (2013), visto que o Sign Writing (doravante SW), escrita dos surdes, está em desenvolvimento.

Outro exemplo de sinalização pode ser: “(EU) SURD@”. A tradução da Libras para a LP na forma escrita é representada dessa forma. E agora, como devo ler? “Eu, surdo”? “Eu, surda”? Cadê o gênero binário? Se for escrito em SW, fica dessa forma:



Figura 1 – Transcrição da palavra SURD@ para o SW

Independentemente da forma escrita, seja em LP ou SW, não é possível saber em qual gênero binário essa palavra se encaixa. Para ela se tornar SURDO, é preciso a marcação de gênero masculino, assim como para SURDA. “Na Libras, a indicação de gênero é marcada sempre pelo sinal de ‘HOMEM’ ou ‘MULHER’ antecedido do sujeito” (STREIECHEN, 2013, p. 73).



Figura 2 – Transcrição da palavra HOMEM para o SW



Figura 3 – Transcrição da palavra MULHER para o SW

Com essas marcações exibidas nas figuras 2 e 3, associadas antes da figura 1, sabe-se qual gênero está em evidência, porém, se estiver em SW, como na figura 1 somente, não há como saber. Por isso, pode-se dizer que a Libras é uma língua neutra se comparada com a LP, e é válida a utilização de arroba para marcar a neutralidade de gênero, pois, assim como as demais línguas de sinais, “são denominadas línguas de modalidade viso espacial, uma vez que as informações linguísticas são recebidas pelos olhos e produzidas no espaço pelas mãos,

comer ostras’. Na língua de sinais, exprimimos primeiro a ideia principal, em seguida acrescentamos eventualmente os detalhes e a ornamentação da frase. Sendo comer o objetivo principal, ele é expresso primeiro na frase dos sinais” (LABORIT, 1994, p. 120).

movimento do corpo e por meio das expressões faciais” (STREIECHEN, 2013, p. 27). Ou seja, não utilizam a oralidade para produzir a mensagem.

Dessa forma, apoio-me na utilização da “linguagem neutra” para a representatividade na fala, mostrada anteriormente, em que é possível fazer a leitura oral do trabalho sem considerar o gênero de quem se está falando agora, como no caso de eu escrever “tod@s”, por exemplo, sem falar que estou, ainda, fazendo uma marcação binária, pois ou eu vou ler no masculino (“todos”) ou no feminino (“todas”). As únicas menções que aparecerão no trabalho marcando, ora o gênero masculino, ora o feminino, ocorrerão ao mencionar autoras e autores e/ou quando estas e estes fizerem a determinada marcação. Segundo Saltzburg & Davis (2010), ao adotar essa forma de linguagem, evitarei uma linguagem sexista. O convite é para o surgimento de novas formas de linguagem, formas de interpretar o mundo.⁹ Nesse caso, realmente mostrarei a explosão do binarismo, especialmente na forma falada/lida.

Pode-se dizer que a gramática e a estilística convergem e divergem em qualquer fenômeno concreto de linguagem: se o examinamos apenas no sistema da língua estamos diante de um fenômeno gramatical, mas se o examinamos no conjunto de um enunciado individual ou do gênero discursivo já se trata de fenômeno estilístico. *Porque a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico* (BAKHTIN, 2003, p. 269, ênfase minha).

Quando falo em utilizar uma linguagem “neutra”, isto não tem relação com o que ela representa, ou seja, se é *realmente* “neutra”, mas implica significações, ideologia. “Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*” (BAKHTIN & VOLOCHINOV, 2004, p. 31, ênfase dos autores).

A utilização do pronome “neutro” como posição ideológica leva à noção de que pessoas que fogem do espectro binário de gênero possam ser visibilizadas especialmente na forma oral. O pronome “elu”, por exemplo, registrado neste trabalho, não é “neutro”¹⁰, pois marca especificamente pessoas que não se autoidentificam como homens ou como mulheres num sentido binário, mas que fogem dessa normatividade, tentando *marcar* na LP um sinal de visibilidade. Como assinala Soares (2012, p. 11): “Para que as palavras façam sentido é

⁹ Todas as traduções feitas neste trabalho são livres e de minha autoria.

¹⁰ Ao referenciar pessoas que fogem do binário de gênero marcando como “neutro”, trago a concepção de Bakhtin & Volochinov (2004, p. 37, ênfase dos autores): “[...] *a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico*”.

necessário que elas estejam inscritas na história, já que cada tempo tem a sua maneira de nomear o mundo”.

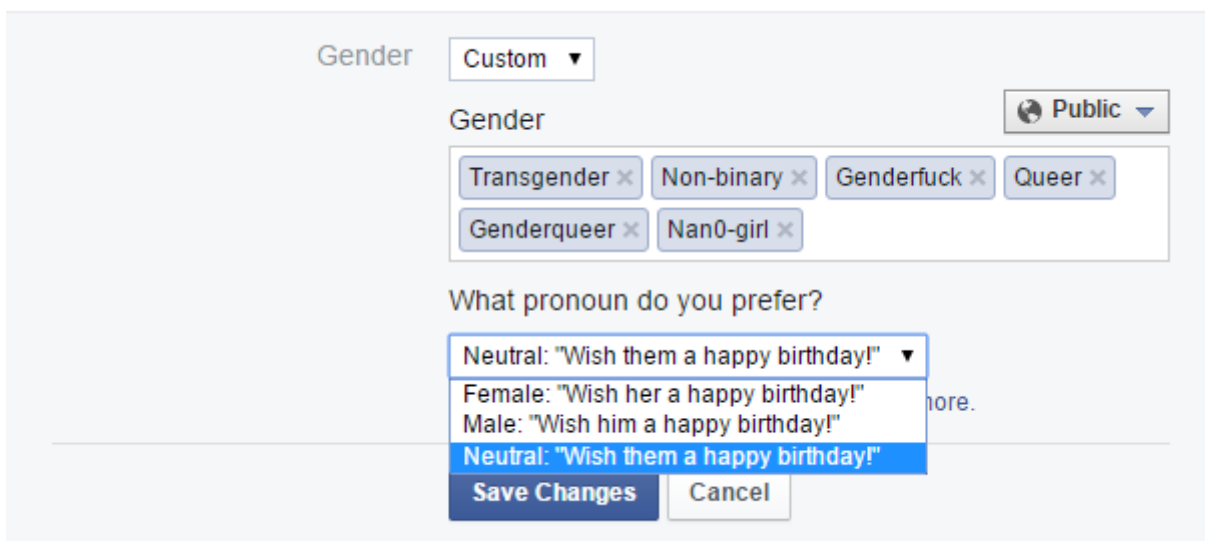
Para ilustrar, a nova edição do Dicionário *Oxford* de Inglês já inclui um novo pronome para as pessoas que não se identificam como sendo do gênero feminino ou masculino. O pronome de gênero neutro “Mx.”¹¹ (pronuncia-se “mux” ou “mix”). “Em março, o dicionário oficial de língua sueca anunciou a adição do pronome neutro ‘hen’. Nesta língua ‘han’ é utilizado para homens e ‘hon’ é usado para mulheres”, segundo informações do *Literatortura*.¹² No inglês, pessoas não-binárias também utilizam o pronome “they” como forma singular¹³, como um pronome neutro, já que, somente se traduzir para a LP, há apenas duas possibilidades oficializadas: “ela”/“ele”. Isto é uma forma de representação (cf. T. Silva, 2000).

Em fevereiro de 2014, o Facebook ampliou as formas de “flexibilizar” gêneros em sua rede social. O usuário que não se identifica como homem ou mulher pode, em seu perfil, descrever seu gênero como bigênero, *genderqueer*, pangênero, entre outros. E ainda, sobre a questão do pronome, poderá escolher três opções: “ela”, “ele” ou “eles”. Este último, presume-se, foi traduzido ao pé da letra, porém, na LP, há apenas duas opções (ela/ele). Nota-se o pré-construído (cf. Pêcheux, 1995) de que o gênero que neutraliza é o masculino. Embora a atualização tenha mudado, a pronúncia fica inviável, diferente da figura 4. Atualmente, no Brasil, o pronome alternativo ficou assim em sua última atualização: “ele(a)”, enquanto na rede social em inglês é “they”.

¹¹ **Mx** (substantivo): A title used before a person’s surname or full name by those who wish to avoid specifying their gender or by those who prefer not to identify themselves as male or female: ‘*the bank is planning to introduce the honorific ‘Mx’ as an alternative for anyone who feels that they don’t, for reasons of undetermined gender, fit into being either a Mr, Mrs, Miss or a Ms*’. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/pt/defini%C3%A7%C3%A3o/ingl%C3%AAs/mx?searchDictCode=all#MX>>. Acesso em: 2 set. 2015.

¹² Informações retiradas do site “Literatortura”. **O pronome de gênero neutro “Mx.” Pode entrar nos dicionários de inglês**. Disponível em: <<http://literatortura.com/2015/05/o-pronome-de-genero-neutro-mx-pode-entrar-nos-dicionarios-de-ingles/>>. Acesso em: 13 maio 2015.

¹³ Essa forma pode ser vista em quadrinhos da página no Facebook *Assigned Male*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/assignedmale>>.



The screenshot shows the Facebook 'Gender' settings page in English. At the top, the 'Gender' dropdown is set to 'Custom'. Below it, a 'Public' privacy setting is visible. A list of gender options is displayed: Transgender, Non-binary, Genderfuck, Queer, Genderqueer, and Nan0-girl. The question 'What pronoun do you prefer?' is followed by a dropdown menu showing three options: 'Neutral: "Wish them a happy birthday!"', 'Female: "Wish her a happy birthday!"', and 'Male: "Wish him a happy birthday!"'. The 'Neutral' option is selected and highlighted in blue. At the bottom, there are 'Save Changes' and 'Cancel' buttons.

Figura 4 – Personalização de gênero(s) e escolha do pronome na rede social Facebook em inglês.
Fonte: Facebook



The screenshot shows the Facebook 'Gênero' settings page in Portuguese (LP). At the top, the 'Gênero' dropdown is set to 'Personalizado'. Below it, a 'Público' privacy setting is visible. A list of gender options is displayed: Transgender, Non-binary, Genderfuck, Queer, Genderqueer, and Nan0-girl. The question 'Qual pronome você prefere?' is followed by a dropdown menu showing three options: 'Neutro: "Deseje a ele um feliz aniversário!"', 'Feminino: "Deseje a ela um feliz aniversário!"', and 'Masculino: "Deseje a ele um feliz aniversário!"'. The 'Neutro' option is selected and highlighted in blue. At the bottom, there are 'Salvar alterações' and 'Cancelar' buttons.

Figura 5 – Personalização de gênero(s) e escolha de pronome na rede social Facebook em LP.
Fonte: Facebook

Nota-se que os países que falam a língua inglesa como idioma nativo terão um pronome de tratamento neutro. Nesse contexto, os países que possuem a LP como primeira língua também deverão adotar pronomes neutros, visto que, com as mídias internacionais discutindo esse tema, será necessária a adoção de pronomes neutros para o texto circular no

Brasil em uma das línguas oficiais, pois a tradução/adaptação desse texto ainda em pronomes binários perderá totalmente o sentido e a validade.¹⁴

Essa “linguagem neutra” tem sua representatividade quanto ao *gênero*, não importando a (a)sexualidade do sujeito. Pessoas bissexuais, que sentem atração por pessoas de ambos os sexos, não são confusas, como afirmam o tabu da bissexualidade e a bifobia exposta nesta frase. Essas pessoas podem ser bissexuais cis ou trans, pois gênero e sexualidade são aspectos distintos. Quanto ao gênero travesti, este é uma identidade que difere do gênero feminino, ou seja, vai *além* do que é o feminino. Pelúcio (2006, p. 524) define as travestis como “pessoas que nascem com o sexo genital masculino [...] e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos”.

De uma forma geral, travestis *transitam* entre o masculino e o feminino, e o pronome de tratamento é o feminino, ou seja, “ela”. O gênero travesti também pode ser não-binário, apesar de “*pessoas com este gênero quererem viver em uma identidade e nomes femininos, ainda não sentindo-se presa à feminilidade somente, mas também construir-se em referenciais masculinos pela forma do modelo tradicional da sociedade categorizar a mulher, sendo que essas pessoas podem ter preferências de sair como ‘meninos/homens’ de vez em quando*”¹⁵ e o pronome ser feminino.

O que marca os gêneros binários (feminino e masculino) numa forma heteronormativa são os discursos (re)produzidos acerca do que é “ser homem” e “ser mulher”, ambos cis, pois a principal construção discursiva sobre esses gêneros é acerca da genitália, aspectos biológicos e os papéis sociais de cada um na sociedade. A partir disso, alguns discursos que movem essa construção são: “sou mulher por causa do meu útero”, “sou homem por ter um pênis”, aspectos sexuais reprodutivos apenas, pois crianças são “assujeitadas” (cf. Pêcheux, 1993 [1983]; Orlandi, 2013) a pensar dessa forma, pois “se sou menino, serei homem quando crescer, portanto, devo namorar uma menina, que será mulher, e assim reproduzimos”.

¹⁴ A questão da utilização da linguagem neutra neste trabalho é baseada no convívio que tive com pessoas não-binárias que, fazendo a marcação “ela” ou “ele”, não se sentem representadas em alguns casos por não se encaixarem nos padrões femininos ou masculinos. Não é minha intenção oficializar isso para a LP, apenas teço comentários e me baseio em uma “criação” de uma “linguagem neutra” adotada neste trabalho com base nas publicações da página citada anteriormente.

¹⁵ Depoimento de uma travesti não-binária em conversa por rede social. Durante este trabalho, depoimentos de pessoas estarão entre aspas e itálico no corpo do texto.

Estudos sobre a desconstrução desse discurso incluem pessoas trans, que são pessoas que não se identificam com o sexo designado ao nascer, tentando se enquadrar no oposto ao seu nascimento (de homem para mulher ou de mulher para homem), em que características biológicas, como a genitália, por exemplo, não são tão importantes. Elas se constroem pelo que são nesse binário de gênero, por isso a transição de “um corpo para outro”, pois a sociedade *marca* discursivamente como é um corpo feminino e um corpo masculino.

Por sua vez, as pessoas não-binárias não se identificam completamente com essas duas categorias de gênero, como *two-spirits* que são native-americanes que vivenciam os papéis de homem e mulher simultaneamente. Isso será esclarecido mais adiante, em 2.2, e até mesmo *hijras*,¹⁶ que vivem na Índia e tiveram uma pequena representação na novela *Caminho das Índias* (2009 e reprise em 2015), exibida pela Rede Globo.

Pensando a partir de pessoas *two-spirits* e demais identidades de gêneros não-binárias, é importante levar em conta uma linguagem para que essas pessoas possam ser referenciadas sem fazer uma marcação de gênero binária que não lhes compete.

Algumas se sentirão um pouco confuses ao ver essa “nova forma de *neutralizar* o gênero” (SALTZBURG & DAVIS, 2010, p. 87, ênfase minha). De acordo com Burgess (1999), citada por Saltzburg e Davis (2010, p. 88): “Para aqueles que questionam ou desafiam a dicotomia do gênero culturalmente fixo através da expressão de gênero não-convencional, a reação da sociedade pode ser de estigma e rejeição”. Acreditar que a utilização do sinal gráfico arroba e/ou a letra “x” como forma de “neutralizar” a linguagem só funcionará para pessoas que não são cegas, pois os decodificadores que estas usam não conseguirão fazer a leitura com a utilização do sinal arroba e/ou da letra “x”, por exemplo, diferentemente da forma que estou empregando. A tabela abaixo justifica isso e reforça outros motivos que comentei:

¹⁶ Kira Hall (2013, p. 634-635) comenta em seu trabalho a viagem que fez para o norte da Índia, onde pesquisou a linguagem e a sociedade em quatro comunidades hijras, em Banaras. A autora relata que conheceu as hijras em Banaras, e estas renunciaram a todos os laços mundanos quando juntaram-se em suas respectivas comunidades, evitando as estruturas familiares estendidas. A apresentação delas como nem homem e nem mulher é apenas uma parte da história; elas também se veem fora dos sistemas normativos de casta, classe, religião e reprodução. Há também um grupo indiano formado por seis pessoas trans, o primeiro na Índia, chamado *6 Pack Band*. No início do vídeo as pessoas hijras são denominadas como o “terceiro gênero”. “Os indianos defendiam a ideia de três tipos de desejo: o masculino, o feminino e o do terceiro sexo, sendo este último o mais forte. Qualquer pessoa, independente de sua biologia, podia sentir um ou todos os tipos de desejo” (MARQUES, 2008, p. 19).

Quadro 1 – Por que abandonar o X?

O X não é acessível para leitores de tela	Pessoas com deficiência visual não conseguirão fazer programas de leitura de tela pronunciarem corretamente o texto.
O X não torna as coisas mais fáceis de entender	Quanto mais simples e direta for nossa linguagem, melhor poderemos nos fazer entender. Quando a intenção é fazer textos fáceis e didáticos, o X pode ser um constante entrave para quem está lendo.
O X não é pronunciável	Não podemos, em voz alta, usar o X. Isso é problemático especialmente para pessoas trans não-binárias, para quem essa vocalidade é necessária no dia a dia.
O X não transformará a linguagem	Se o X é restrito à língua escrita, então ele não irá alterar a forma como falamos! Isso significa que ele não influenciará como, no dia a dia, nos referimos às pessoas, e no fim das contas ele não alterará a linguagem escrita, perpetuando-a como binária, e a forma neutra como restrita a determinados contextos “feministas”, “LGBT”, “trans”, “de esquerda”. ¹⁷

Fonte: Adaptado de **Batatinhas: perspectivas trans fora da binária**. Disponível em: <<https://naobinario.wordpress.com/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

A respeito de pessoas não-binárias, encontram-se na internet comentários destas sobre a “linguagem neutra”, que é uma ferramenta utilizada para superar a questão de forma resolutive. Embora não seja uma imposição moral, esta se aplica nas demandas de um grupo social, e existe hoje uma demanda de respeito às pessoas trans, que devem ser consideradas sujeito de sua própria liberdade, autonomia e identidade.¹⁸ Ou seja, as pessoas são livres para utilizar (ou não) essa linguagem, tanto na forma oral como escrita, pois a sociedade ainda se fixa em traços estereotipados de gêneros binários.

Por exemplo: uma pessoa que tem seios geralmente será vista/lida pela sociedade como *mulher*, porque normalmente não se considera que uma pessoa que tem seios é *apenas* uma pessoa que tem seios, como a sociedade dispõe de mulheres que não possuem uma vagina, e sim um pênis. Essa pessoa não deixará de ser mulher pelo “padrão” da sociedade que julga uma pessoa pela genitália,¹⁹ porque ela se *sente* mulher, ou seja, não há

¹⁷ Ao mencionar a posição política, refiro-me a demandas específicas e estas precisam aparecer.

¹⁸ Informações retiradas do blog **Batatinhas: perspectivas trans fora da binária**, do post: “Deixando o X para trás na linguagem neutra de gênero”. Disponível em: <<https://naobinario.wordpress.com/>>. Acesso em: 31 abr. 2015.

¹⁹ “Para proporcionar visibilidade a elas [pessoas trans], apresentando sua construção e expressões culturais que provocam fissuras nos gêneros inteligíveis. Os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminilidade *versus* pênis-homem-masculinidade” (BENTO, 2011, p. 553, acréscimo meu).

obrigatoriedade de essa forma ficar apenas em número de dois (cf. Beauvoir, 1980; Butler, 1993, 2003, 2008; Foucault, 1988; Louro, 1997, 2007, 2008, entre outras).

Uma forma positiva de atribuir um gênero a uma determinada pessoa é perguntar a ela por qual pronome de tratamento deseja ser chamada. Isso ocorre muito com pessoas trans. Geralmente, mulheres trans gostarão de ser tratadas no feminino, enquanto homens trans, no masculino, e pessoas não-binárias de forma neutra, ou no masculino ou no feminino, ou em todas essas formas. Por exemplo: determinada pessoa ao nascer foi designada como sendo do sexo masculino por condição da genitália. Com o tempo, descobre não fazer parte do círculo de pessoas cis, que são as que aceitam seu gênero designado no nascimento e, condicionalmente, sua genitália. Portanto, ela se enquadra no círculo de pessoas trans, mais especificamente nos não-binários, pois não se identifica nem como homem nem como mulher. Ela se identifica como *demigirl* (ou *demi-menina*), que é *parcialmente* feminina. Portanto, cabem duas opções, ao meu ver, para a utilização de pronomes: ou o neutro (elu) ou o feminino (ela), dependendo de como essa pessoa quer ser tratada. É recomendado perguntar isso à pessoa antes de impor algum pronome a ela em consequência dos estereótipos que circulam na sociedade. “Desta forma, desconstruindo o binário do gênero, implica o desmantelamento do sistema de gênero linguístico-social; isto inclui reformular pronomes e títulos para palavras de gênero neutro” (SALTZBURG & DAVIS, 2010, p. 94-95).

Com isso, pretendo mostrar a visibilidade de pessoas trans não-binárias na forma escrita, mas principalmente na forma lida/falada. Dessa forma, haverá um maior reconhecimento e acolhimento de pessoas assexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexo e mais – ALGBTQI+.²⁰ Esta sigla é utilizada neste trabalho porque abarca todas as orientações sexuais e identidades de gênero, além de ter uma boa organização: antes de tudo, o nível de atração sexual das pessoas, representadas pelo espectro assexual (A); em seguida, temos as homossexualidades binárias, lésbicas e gays (LG); logo após, entra o espectro das bissexualidades (B); finalizando o momento da

²⁰ Existem variações, como LGBTI, LGBTIQ. Há também a sigla QUILTBAG – *queers, undefined* (indefinides), intersexos, lésbicas, transgêneros, bissexuais, assexuais e gays. Esta sigla, em uma tradução livre, significa “bolsa feita de retalhos” e propõe uma nova ordem para as identidades, clamando por mais atenção às outras além dos gays; e, por fim, uma nova que vem sendo usada entre algunes: GOLBAT – gays, omnissexuais (pansesexuais), lésbicas, bissexuais, assexuais e transgêneros –, mas que não abarca corporalidades intersexo e *queers*.

sexualidade, adentra-se nas questões de gênero, com as pessoas trans,²¹ incluindo aqui as travestis, transexuais, transgêneros e pessoas trans não-binárias (T), seguidas de pessoas *queer*²² – que são questionadoras de gênero – (Q). Inclui-se agora a corporalidade, dando lugar às pessoas intersexo (I). Por fim, as demais identidades, seja sexual, de gênero ou de corporalidades (+).

Feitos esses esclarecimentos, passo agora a situar a proposta deste trabalho.

A partir do segundo ano da graduação, comecei a estudar pesquisas relacionadas a identidades de gêneros e (a)sexualidades. Meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –, na área de literatura,²³ foi o pontapé inicial para os estudos acerca dessa temática.

De agosto de 2012 até o final de 2013, participei do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Nesse período, desenvolvi alguns trabalhos voltados à discussão de identidades de gêneros e (a)sexualidades na escola.²⁴

Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade com outro *corpus*. O tema desta pesquisa surgiu em virtude da vitória à presidência da Câmara do deputado federal Eduardo Cosentino da Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Rio de Janeiro (PMDB-RJ), eleito em 1º de fevereiro de 2015. Com a vitória de Cunha, projetos de sua autoria voltaram a tramitar, dentre eles, o projeto de lei (doravante PL) 1672/2011, que cria o “Dia do Orgulho Heterossexual”.

Em 28 de junho de 2011 foi apresentado o PL 1672/2011, que institui o “Dia do Orgulho Heterossexual”, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro.²⁵ O PL foi desarquivado no dia 10 de fevereiro de 2015, mês da mencionada eleição de Cunha. Com o desarquivamento do PL, muitas opiniões estão sendo formadas e discutidas através das mídias que têm noticiado o caso.

²¹ Adoto essa forma de escrita pelo fato de poder servir tanto a transgênero quanto a transexual. Nem todas essas pessoas fazem a cirurgia de redesignação sexual. Portanto, ao utilizar esta forma de escrita, incluo os indivíduos que fazem e os que não fazem a cirurgia.

²² “O termo *queer*, em português, pode equivaler a esquisito, bizarro, estranho; como também a *viado*, *bicha*. Mas sua conotação em inglês é mais ofensiva, tratando-se de uma injúria que identifica o injuriado como “desviante”, guardando ainda o sentido de anormal, defeituoso, impuro. O *queer* tem sido usado como insulto que procura denunciar no insultado sua “esquisitice”, estreitamente ligada à sexualidade, assim como a sua detectável inadequação de gênero” (PELÚCIO, 2009, p. 205, ênfase da autora).

²³ Conferir LAU & THOMAZ, 2012. No decorrer da minha graduação, desenvolvi trabalhos voltados à linguística. Para mais informações, conferir LAU & BUFFA, 2013a, 2013b.

²⁴ Conferir LAU & BUFFA, 2013c, 2013d.

²⁵ Informações retiradas do Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=510199>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

Embora nossa sociedade disponha de tecnologia avançada e conhecimento científico aguçado, existe uma estagnação quanto ao entendimento que se tem do Outro²⁶ (cf. S. Hall, 2009), e isso certamente não garante que o conhecimento avance em alguns aspectos, especialmente no que se refere à sexualidade humana diferente da heteronormativa e binária. Muitas vezes, aliás, esse obstáculo é endossado por nossos governanties, que se mostram omisso quanto à defesa da classe ALGBTQI+, ou mesmo contrários a ela.

Durante minhas buscas na internet para coletar dados a respeito do PL de Cunha, deparei-me com um PL similar, porém mais antigo, apresentado na Câmara Municipal de São Paulo. Trata-se do PL 294/2005, do vereador Carlos Alberto Eugênio Apolinário, do Partido Democrático Trabalhista (PDT-SP).²⁷ A deliberação deste PL foi aprovada em primeira discussão na sessão extraordinária 187, legislatura 14, em 6/12/2007, e aprovada em segunda discussão na sessão extraordinária 222, legislatura 15, em 2/8/2011. No dia seguinte, 3/8/2011, foi encaminhada para a Prefeitura do Município de São Paulo²⁸ cópia autêntica com prazo para resposta de 15 dias. Segundo o *Diário Oficial de São Paulo*, o PL 294/2005 obteve rejeição mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, em discussão e votação únicas para seu veto total.

Atualmente, vive-se em uma época de comunicação rápida e, por isso, as pessoas têm contato imediato com les governanties e com as leis por elus formuladas (sendo que essa função, em princípio, é des legisladores: vereadores, deputados e senadores), podendo interagir e opinar, concordando ou discordando.

A liberdade que as pessoas têm com relação à opinião permite que sejam formulados discursos de diferentes vertentes, muitos dos quais de cunho homofóbico, preconceituoso e que ferem a dignidade da pessoa humana. Na história, em certas sociedades ocidentais, a opinião das pessoas não era vista como algo positivo, segundo Machado (2003, p. 73-74):

²⁶ Essa aproximação com S. Hall (2009) provém dos estudos acerca de Derrida sobre *différance*: “Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. [...] a *différance* impede que qualquer sistema se estabilize em uma totalidade inteiramente saturada.” (HALL, S. 2009, p. 58).

²⁷ De acordo com o site do vereador de São Paulo, em 2003 ele filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista – PDT. Nesse novo partido, Apolinário tornou-se o líder na Câmara Municipal de São Paulo. Fonte: **Carlos Apolinário**: cronologia política. Disponível em: <<http://www.carlosapolinario.com.br/cronologia.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015. Nas notícias, ele aparece como membro do Democratas (DEM), porém, na assinatura do PL, é mencionado como líder do PDT e, no Diário Oficial de São Paulo, como do PMDB. Como estou analisando o PL do referido vereador, a sigla utilizada relacionada ao partido será do PDT.

²⁸ Informações retiradas da base de dados da Secretaria de Documentação da Câmara Municipal de São Paulo.

O monarca era o intérprete e guardião dos direitos espirituais e da religião, por isso a liberdade de opinião (e religiosa) era vista como uma ameaça ao monismo social hobbesiano. Ponto comum entre Hobbes e Spinoza era o dualismo na personalidade, ou seja: a distinção entre uma religião pública, assunto de toda a comunidade, e uma religião privada, íntima e pessoal. Diferentemente, Locke entendia que a política e a religião constituem espaços separados, mas ambos subordinados à autodeterminação individual (que sofria limitações em decorrência do perigo que as crenças religiosas representavam para a comunidade política estrutura a partir das ideias de reciprocidade e liberdade).

Historicamente, a política e a Igreja eram aliadas. Para Ranquetat Júnior (2012, p. 25): “A religião é vista como parte de um passado pré-moderno que deve ser superado pela razão e pelo conhecimento técnico e científico”. A religiosidade no Brasil é bem marcada, especialmente entre evangélicos, por mais que o Estado seja definido como “laico”. Um exemplo é o título religioso que deputados, senadores e candidatos à presidência colocam antes do seu próprio nome, como o candidato à presidência Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão, do Rio de Janeiro (PSC-RJ). Posso pressupor que se ele fosse citado apenas como Everaldo, ou seu nome completo, Everaldo Dias Pereira, os eleitores desconheceriam essa pessoa ou não fariam ligação com o candidato. Entretanto, se fosse falado o “nome social” que foi utilizado na campanha, aí sim o veriam como candidato.

O Estado é laico, mas é o espaço social de luta dos diferentes grupos sociais, com suas identidades sendo mobilizadas. O “nome social” Pastor Everaldo põe em cena uma identidade religiosa de um grupo que pode querer mais espaço dentro do Estado.

O primeiro capítulo deste trabalho faz uma breve retomada de como a(s) (homo)sexualidade(s)²⁹ era(m) vista(s) nas civilizações antigas, exibindo as diferentes formas de visão sobre “ser homem”, segundo Assis (2006), Ferrari (2000, 2005), Stearns (2010), entre outros, que abordam a temática da homossexualidade.

O segundo capítulo aborda a(s) (homo)sexualidade(s) do ponto de vista das ciências médicas e sociais, e como elas moldaram os discursos presentes na contemporaneidade acerca das sexualidades. Nesse contexto, trata-se da questão da corporeidade, e como a forma de apresentação física se relaciona com a(s) identidade(s) de gênero(s) dos indivíduos. Finalmente, há a demonstração de como a educação é influenciada pelos aspectos que formam a ideia de gênero(s) e (a)sexualidade(s) e de sua presença/ausência na (des/re)construção dessas ideias.

²⁹ Opto pela pluralização dessa orientação sexual, tendo em vista que em cada período histórico ela é vista ou tratada em alguma medida de forma diferente.

No terceiro capítulo, faço um percurso da análise do discurso, em especial a de linha francesa, e como essa disciplina favorece o presente trabalho, sob as contribuições de Charaudeau & Maingueneau (2008), Courtine (2014), Pêcheux (1993, 1995, 1999, 2006, 2012), entre outres, e de autories brasileiros como Orlandi (1984, 1993, 1996a, 1996b, 1999, 2012), Mariani (1988, 1996, 1998), entre outres. Além disso, procuro mostrar como diferentes autories (cf. Bauman, 2005; S. Hall, 2000, 2006; T. Silva, 2000; Woodward, 2000; entre outres) enxergam a construção da identidade e como esta se confronta com outras identidades, semelhantes ou contraditórias.

No quarto capítulo, analiso o *corpus*, que são duas justificativas (ou justificações) dos PLs já mencionados.

Finalizo meu trabalho com as considerações finais acerca do *corpus* analisado, seguido das referências utilizadas e um glossário sobre (expressões de) gêneros não-binários.

1 A CONDIÇÃO DO SER HUMANO E SUA(S) (HOMO)SEXUALIDADE(S) NO DECORRER DA HISTÓRIA

As pessoas gostam de dizer que ser gay não é como a cor da pele, não é uma coisa física. Elas dizem que sempre temos a opção de esconder. Mas, se for verdade, como é que eles sempre nos descobrem?

(Dois garotos se beijando – David Levithan)

Para abordar um conceito como a homossexualidade, é interessante que sejam retomadas as origens históricas do termo. Segundo Deifelt (1999), a existência de práticas homossexuais é constatada em todos os períodos da história. Esse conceito e toda a carga emocional, física e sexual que lhe é atribuída hoje sofreram transformações de acordo com a cultura que o abrigou, desde o Antigo Egito, passando pela Antiguidade Clássica. Os primeiros registros de comportamentos homossexuais datam do século X a.C., entre egípcios, gregos e romanos,³⁰ para os quais a(s) homossexualidade(s) existia(m) como algo comum, natural e que deveria ser estimulado com vistas à formação integral da psique individual, segundo Assis (2006).

César (2004, p. 32) questiona a respeito da história da sexualidade³¹ no passado: “No presente há um tanto de passado, mas o passado não representa um lugar fixo ou um objeto preservado em um ‘baú de prata’, de tal modo que ao se encontrar as chaves corretas poder-se-ia abri-lo e descobrir verdades até então desconhecidas”. Dessa forma, ao escrever sobre a(s) (homo)sexualidade(s) neste trabalho, pressuponho (des/re)construções sobre esta(s), pois, para Foucault (1988, p. 78, ênfase minha): “A história da sexualidade [...] deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma *história dos discursos*”. Para Stearns (2010, p. 285): “O conhecimento do passado – da história da sexualidade –, se não é capaz de gerar previsões certas, propicia as bases para a compreensão das principais tendências e controvérsias relativas a esse aspecto fundamental da experiência humana”. Ferrari (2005, p. 29-30)

³⁰ Estas palavras estão no gênero masculino, pois a homossexualidade abordada no trabalho em questão é a masculina.

³¹ “A história da sexualidade também se relaciona a outros temas – como diferenças de classes sociais e padrões relacionados a gênero. Os governos invariavelmente buscam controlar ou regulamentar o comportamento sexual (nem sempre com muito sucesso), e o sexo certamente figura no impacto causado pelos exércitos e autoridades coloniais – o que associa diretamente a história da sexualidade a tópicos históricos convencionais” (STEARNS, 2010, p. 8).

comenta a respeito da história da homossexualidade: “[...] ela é utilizada para mostrar que a homossexualidade não é nova, que já existiu em outras épocas e que, portanto, os sujeitos não são únicos”. Stearns (2010, p. 19) fala de uma maneira geral acerca da sexualidade: “Não existe algo que possa ser definido como sexo ‘tradicional’, a ser contrastado com o sexo moderno. Antes da época moderna ocorreu um sem-número de mudanças [...]”. Ou seja, as sociedades e períodos que cada uma passou e relatou foram construídas discursivamente (cf. Bakhtin & Volochinov, 2004).

1.1 China

Essa civilização clássica não tinha o sexo como um “tabu”. Ele podia ser praticado tanto para fins de reprodução quanto para fins de prazer.

Textos e outros materiais da dinastia Zhou sugerem uma forte apreciação do prazer sexual, e não simplesmente do sexo com fins reprodutivos. A capacidade de potência e façanhas sexuais, especialmente no caso dos homens, era bastante admirada, e dos maridos esperava-se que mantivessem relações sexuais com múltiplas esposas e, se possível, concubinas. [...] As ligações com a religião também figuravam com destaque, como era comum nas primeiras civilizações: muitos poemas mais antigos usavam a cópula como recurso imagético para simbolizar a relação entre homens e deuses (STEARNS, 2010, p. 49).

Pode-se notar que a sexualidade era a favor do homem, ou seja, há um teor machista, pois ele poderia ter diversas mulheres, como uma espécie de poligamia. “A masculinidade como uma construção imersa em relações de poder é frequentemente algo invisível ao homem cuja ordem de gênero é mais privilegiada com relação àqueles que são menos privilegiados por ela e aos quais é mais visível.” (KIMMEL, 1998, p. 105)

Para He e Ne (2001, p. 17), “o *yin* e o *yang* eram uma espécie de filosofia da época antiga da China. Primeiramente, o seu conteúdo era muito simples: indicava a orientação da luz do Sol: o *yang* correspondia à face do Sol e o *yin* às costas do Sol”. A civilização chinesa acreditava que o relacionamento heterossexual promovia aos homens equilíbrio dos princípios opostos: *yin* e *yang*; o *yang* era consumido no orgasmo e o *yin* era sugado das mulheres. Para o homem, a falta de atividade sexual era considerada um problema de saúde, por isso a masturbação masculina era vista e considerada como algo errado, até proibido, mas tolerável às mulheres, desde que não usassem objetos considerados estranhos (cf. Stearns, 2010). A partir daí, “a relação sexual ganhou um significado especial” (STEARNS, 2010, p. 102).

Na China, especificamente, a obra literária mais antiga é uma compilação de poemas chamada *Shi Jing*. Estes poemas sugerem que a beleza e o erotismo não tinham gênero específico. Os homens sentiam-se atraídos sexualmente ou afetivamente por ambos os sexos. No entanto, estas relações masculinas não excluía as relações com mulheres, pois por norma os homens casavam e tinham filhos, embora o casamento [...] estivesse quase sempre desligado do sentimento, do amor e do afeto (MARQUES, 2008, p. 13).

A sociedade não via problemas quanto à homossexualidade masculina, pois há lendas que relatam imperadores com comportamento homossexual, de acordo com a posição do confucionismo.³² Para essa civilização, o amor entre dois homens era poético, romântico, segundo Stearns (2010, p. 52). “A expressão ‘dividir um pêssgo’ passou a ser usada para fazer referência ao sexo anal, com base no relato de dois homens compartilhando a fruta em sinal de seu amor”. Já no daoísmo,

[...] mesmo havendo uma diferenciação da postura de acordo com as várias tradições existentes – visto que o Daoísmo não é uma religião totalitária –, no geral, a homossexualidade é problematizada, ainda que nem sempre seja condenada. Comumente, é dito que o homem (*yang*) precisa da energia da mulher (*yin*), e vice-versa, para alcançar o equilíbrio e a compleição e transformação espiritual (KRIPAL, 2005 citado por STEARN, 2010, p. 103).

Por causa desse tipo de problematização, em 1987, Zheng Zhanbei sugeriu que a homossexualidade fosse criminalizada por ser prejudicial à saúde física e mental (cf. Stearn, 2010) e, em 1990, “um famoso promotor escreveu que ‘a homossexualidade [...] perturba a ordem social, invade a privacidade e o direito e leva ao comportamento criminoso’” (RUAN & LAU, M. 1997, p. 361). Percebe-se que a homossexualidade passou a ser vista como “antinatural” e, desde então, não há visibilidade de casais homoafetivos na China. “A homossexualidade era considerada doença mental na China até 2001. Até 1997, manter relações homoafetivas na China era considerado crime”, segundo informações da *BBC Brasil*.³³

Para ilustrar que a homossexualidade ainda é vista como um “problema” para a sociedade chinesa, em março de 2016, o país censurou um beijo entre um casal adolescente

³² Segundo Stearn (2010, p. 102) há duas filosofias: confucionismo e daoísmo. “Por volta do século V a.e.c., a China Antiga entrou na Era Clássica de sua filosofia, e da ideia de que todo mal é oriundo da desordem nasceu o Confucionismo. Mas, a partir de 350 a.e.c., alguns filósofos iniciaram um movimento contrário que questionavam o excesso de ordem e moralidade na sociedade chinesa chamado Daoísmo”.

³³ BBC BRASIL. **Gays cedem a pressão social na China com casamento ‘de fachada’**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130204_gays_china_fa_ra.shtml>. Acesso em: 07 mar. 2016.

homoafetivo exibido em uma série chamada *Addicted*. A justificativa da censura foi “conceito de casamento não saudável”, segundo informações da Revista *Lado A*.³⁴ Por mais que a homossexualidade não seja mais vista como doença, ainda há resquícios dessa alegada patologia nos discursos atuais e a falta de problematização sobre o assunto.

1.2 Egito

Sobre a Antiguidade Clássica, passando pela civilização egípcia, Assis (2006, p. 20, ênfase do autor) afirma:

Algun tipo de relação unissexual³⁵ havia e era comum entre os sacerdotes ou mestre de cerimônia religiosa. Sabe-se que nos templos sumérios os mesmos vestiam roupas de mulheres para serem revestidos de poderes pela deusa *Ishtar*, se prostituíam com homens frequentadores dos templos para simbolicamente recolherem fértil sêmen da entidade, mas na prática, visavam manter financeiramente os templos. Acredita-se que garotos e homens, usados exclusivamente para tais práticas, passaram a ser explorados nos templos.

Percebe-se que a homossexualidade, para essa civilização, era relacionada à religião, ainda através de uma questão binária de gênero, em que um homem utilizando uma roupa “de mulher” se “transformaria” em uma para recolher sêmen de outro homem.

Nessa civilização, o órgão sexual masculino era realçado em esculturas, segundo Stearns (2010). De acordo com o autor, havia um mito egípcio datado de 2600 a.e.c.: “Atum, o deus-sol, masturba-se na água, e sua ejaculação cria o rio Nilo. Em um mito sumeriano, o sêmen de um deus enche o Tigre e o Eufrates – ambos são indicações da força e criatividade atribuídas ao poder sexual masculino” (ibid., p. 24).

Pesquisas a respeito da homossexualidade egípcia antiga são poucas, o material é escasso. “No Egito antigo, a relação sexual entre dois homens nunca recebeu reconhecimento formal e institucional. A exigência social do casamento e da constituição de uma família vinha em primeiro lugar” (BRANCAGLION JÚNIOR, 2011, p. 76). Nesta civilização antiga, não havia o conceito de homossexualidade, porém, existiu e há registros em tumbas, na religião, segundo Brancaglioni Júnior (2011).

³⁴ LADO A. *China censura homossexualidade e retira do ar série sobre namorados adolescentes*. Disponível em: <<http://revistaladoa.com.br/2016/03/noticias/china-censura-homossexualidade-retira-ar-serie-sobre-namorados-adolescentes>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

³⁵ O autor comenta essa terminologia em seu trabalho: “Termos como homossexual e unissexual fazem menção ao relacionamento entre duas pessoas do mesmo sexo de forma mais abrangente, ou seja, todo tipo de atividade sexual, de contato ou não, que exista” (ASSIS, 2006, p. 17).

No Egito Antigo só um representante do sexo masculino poderia ser um faraó. Esse simbolismo acontecera com Hórus, o qual além de provar seu caráter divino, o filho de Osíris, teria que provar que havia o *papel de macho* durante a relação sexual que teve com Seth, perante o tribunal. Julgamento que definiria o futuro rei do Egito. Hórus teve que provar sua masculinidade durante a sua relação homoerótica que teve com Seth. Só assim, portanto, Hórus poderia governar o Egito, e não Seth, pois havia feito sexo *tal qual uma fêmea* e [...] o trono do Egito era entregue ao gênero masculino (SILVA, J., 2013 p. 158, ênfase minha).

A visão da homossexualidade no Egito era de algo “inferior”, e o sujeito passivo num ato sexual entre dois homens era visto/interpretado como mulher e não podia assumir determinados cargos, como no caso acima.

1.3 Grécia

Na Grécia Antiga, a homossexualidade era vista de outra forma:

A homossexualidade na Grécia era praticada em escala universal e quase universalmente aceita como expressão sexual comum da vida cotidiana. Não existiam, na época, no sentido em que se entende hoje, grupos de pessoas que se classificavam ou classificavam os outros como homossexuais ou heterossexuais. Em decorrência dessa não classificação, não existia a mesma incompreensão, nem a desaprovação existente hoje (ASSIS, 2006, p. 28).

Na sociedade grega antiga não havia conceitos de homossexualidade e heterossexualidade, ou o que se entende hoje por “ser homem” e “não ser homem”. Isso também é mencionado por Stearns (2010, p. 58), que afirma que os debates entre historiadores têm certa tolerância acerca do tema, inclusive estimulada, pois sabem que essa civilização antiga possuía uma cultura pública e religiosa surpreendentemente erótica, e, de acordo com les estudiosos, esses pareciam ser os comportamentos e os padrões considerados normais para a época.

Na Grécia Antiga, há pinturas e esculturas que retratam a homossexualidade como pederastia, ou seja, contato sexual entre um homem mais velho e um menino bastante novo.

Figura 6– Um homem toca as partes íntimas de um jovem rapaz, prato ático. Autor desconhecido, 530-430 a.e.c. (Ashmolean Museum, Oxford)



Fonte: Stearns (2010)

Na arte e literatura gregas há várias menções aos desejos e relacionamentos homoafetivos, em alguns casos, mencionando boa educação para os cidadãos do sexo masculino. Quanto à educação, era ministrada por homens para homens, em alguns casos escolhidos pelo próprio pai, sendo que o tutor podia ter relacionamento sexual com o aluno. “Na Grécia, a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo-a-corpo de um saber preciso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento” (FOUCAULT, 1988, p. 70). Geralmente, “os homens mais velhos eram casados, e suas atividades com os jovens aprendizes eram simplesmente outra válvula de escape. Por sua vez, mais tarde, se voltariam ao casamento e às atividades heterossexuais”, segundo Stearns (2010, p. 58-59).

Em Esparta, que era considerada uma sociedade guerreira, os homens guerreiros faziam sexo com seus pares como parte do treinamento e da disciplina militar. “Em Tebas, colônia espartana, existia o Pelotão Sagrado de Tebas, tropa de elite composta unicamente de casais homossexuais” (CORINO, 2006, p. 20). Nota-se que a prática homossexual não influenciava a função dos guerreiros, tendo em vista discursos preconceituosos e machistas

segundo os quais homossexuais se equiparam às mulheres e, por consequência, são “fracos”, incapazes de realizarem atividades consideradas masculinas.

De acordo com Assis (2006, p. 28, ênfase do autor), a relação homoafetiva era a “expressão do amor *afrodisíaco*”. O autor também sugere a fundamental importância acerca da pederastia. Sobre isso, Corino (2006, p. 22) afirma:

A relação homossexual básica e aceita pela sociedade ateniense se dava no relacionamento amoroso de um homem mais velho, o *erastes* (amante), por um jovem a quem chamavam *eromenos* (amado) que deveria ter mais de 12 anos e menos de 18. Esse relacionamento era chamado *paiderastia* (amor a meninos), ou, como pode ser melhor compreendido, homoerotismo, e tinha como finalidade a transmissão de conhecimento do *erastes* ao *eromenos*.

Observa-se que, nessa civilização, somente homens tinham o poder do conhecimento, e este era passado para seus semelhantes, de um homem mais velho para um mais novo. As mulheres só tinham a função de reprodução. Nessa sociedade, não havia conceito sobre ser homossexual e essa prática era vista como forma de educação.

A respeito do surgimento da pederastia, Assis (2006, p. 30) comenta:

Alguns autores sugerem que a pederastia tenha surgido em Dorian, última tribo a imigrar para Grécia. Os que apoiam a teoria dizem que os homens mais velhos sequestravam adolescentes. Com a divulgação dessa prática nas cidades de Esparta e Tebas, os soldados começaram a cuidar de recrutas novatos, assim, enquanto em campo de batalha estivessem um ao lado do outro, definitivamente permaneceriam fiéis até a morte. Não apenas isso, mas o amor entre os homens era honrado e visto como garantia da eficiência militar e liberdade civil.

Com o passar do tempo, ao se agregar a pederastia ao significado global de sodomia, consegue-se uma “validação” da proibição bíblica, sendo esta uma justificativa para o “fechamento” dessa prática e acusação de “pecado” em outras civilizações, até o século presente, conforme o desenrolar da história da homossexualidade. Assim, poder-se-ia contestar a cultura grega a partir do ponto de vista católico. Em algumas esculturas, há a possível menção à pederastia, como em situações militares, na educação, por exemplo. Entretanto, a pederastia cabia a famílias que possuíam a mesma posição social.

Esse relacionamento tinha tempo para terminar, ou seja, quando o jovem se tornasse adulto, nesse momento essa relação amante-pupilo se transformaria em uma relação de amizade e o jovem, agora adulto, deveria buscar seu próprio *eromenos* e no devido tempo deveria encontrar uma fêmea, casar e ter filhos. Não se levava em

conta apenas a idade cronológica, mas também sinais externos, como a primeira barba e a resistência física (CORINO, 2006, p. 24).

O relacionamento entre o menino e o homem era apenas para fins educacionais, sem a perspectiva de um relacionamento duradouro como teria com uma mulher, o seu futuro objetivo.

1.4 Roma

Em Roma, a visão que se tinha acerca da homossexualidade era diferente do que foi cultuado na civilização grega antiga.

A relação homossexual no Império Romano estava à disposição dos prazeres masculinos dos homens livres. Esses poderiam *abusar* preferencialmente de um garoto escravo, no momento que desejassem, desde que fosse escravo. Parece haver grande diferença no conceito de homossexualidade da época romana em relação ao modo de se entregar ao sexo anal. Assim, se qualquer tipo de relação sexual fugisse do convencional: o homem livre por cima e o escravo como o parceiro receptivo, o momento seria constrangedor para o homem livre se o mesmo fosse pego como passivo na relação (ASSIS, 2006, p. 33, ênfase minha).

Nota-se que a visão dessa sociedade acerca da homossexualidade se diferencia das outras civilizações aqui ilustradas. Na civilização romana, a homossexualidade era dividida entre sujeito ativo e passivo, em que o sujeito ativo seria o “dominante” e o passivo, o “dominado”, ou seja, há uma hierarquia, um poder sobre um papel determinado no ato sexual. Aqui, percebe-se um caso de submissão (lê-se “abuso”) no caso do sujeito passivo. Além de este ser, de preferência e/ou quase obrigatoriamente, escravo, também poderia ser abusado. Ou seja, o sujeito passivo, para essa civilização, seria um *ser inferior*.

É possível mencionar uma ideologia um tanto machista da civilização romana, pois no caso da homossexualidade o “privilegio” de ser penetrador era visto como algo positivo, e o penetrado, visto negativamente.

Feitosa (2003) argui a respeito da questão da masculinidade romana, em que as categorias homo e heterossexuais, datadas do final da República e início do Império, são formas inapropriadas, sendo substituídas por funções de passivo e ativo. Atos de pederastia tinham níveis para serem considerados pecado; se essa relação fosse entre um homem livre, e este fosse ativo, e um escravo ou um homem de baixa condição, o pecado seria baixo.

Funari (2003), citade por Assis (2006, p. 33), fala do órgão masculino, que era considerado por essa civilização antiga símbolo de fecundidade, sorte e vida. “A própria

palavra falo, emprestada pelos romanos aos gregos, designava, primordialmente, objetos religiosos em forma de pênis usados no culto ao deus Baco”. Essa forma de representação não ficava presa somente à religiosidade, mas “também servia de objetos de decoração nas casas, em áreas públicas, nos tijolos e paredes” (ibid.). É possível notar como o órgão genital considerado masculino era importante para a sociedade romana, diferentemente das demais.

1.5 Idade Média

Avançando historicamente, na Idade Média, a Igreja tinha poder sobre a humanidade nas culturas ocidentais. A prática homossexual era condenada especialmente pela Bíblia, coleção de livros milenares usada nesse período para julgar e condenar tudo que fugisse do que nela estava escrito.

Na Idade Média a homossexualidade é chamada de “heresia do espírito” e “heresia da carne”. Como resultado, muitas fraternidades religiosas e cidades inteiras se envolvem na busca pela ordem do recém inaugurado projeto papal, a Inquisição. Neste período sanções contra a homossexualidade encontram base nos ensinamentos cristãos. Nenhuma outra razão é dada à força da perseguição, senão chamar *abominação o deitar com homem como se fosse mulher*, Levítico 18,22 e 20,13. Os textos de Levítico são amplamente usados para não apenas condenar de morte seus praticantes como também para culpá-los de catástrofes, terremotos e eventos epidêmicos (ASSIS, 2006, p. 34-35, ênfase do autor).

Nesse período, o ser humano é levado a aceitar e acreditar somente em um discurso: o discurso religioso. Porém, a questão do “ser homem” vista nas civilizações antigas é totalmente descartada e apontada como algo “errado”. Nesse caso, a sexualidade é vista apenas para fins de reprodução, e a masturbação, em algumas culturas religiosas, símbolo do pecado.

A sociedade utiliza trechos [...] como código de conduta, especialmente no que se refere à sexualidade. Por ser condizente com o pensamento vigente em determinadas épocas, o texto bíblico funciona como respaldo teórico para os pensamentos conservadores, até mesmo por se tratar de um texto antigo e amplamente difundido, levando-o portanto a ser tradicional e enxergado como argumento irrefutável, já que é visto historicamente como a palavra de Deus (LAU, 2014, p. 11).

No judaísmo, por exemplo, tal prática era pecaminosa aos olhos do Antigo Testamento. A masturbação também era vista como “perda de tempo e de potencial” (STEARNS, 2010, p. 33).

A prática homossexual era considerada errada. A justificativa para isso são alguns versículos que fazem menção à homossexualidade, no livro de Levítico, que equipara uma relação homo a uma relação hétero, porém, colocando o sujeito passivo como “mulher”, segundo a mensagem.

A relação homoerótica masculina foi mais perseguida que os demais atos não-reprodutivos por uma simples lógica aritmética: são dois “semeadores” que desperdiçam a semente vital, diferentemente de quando um homem se masturba ou mantém relação com algum animal, ocorrendo a perda de apenas um produtor da semente vital. É dentro desta lógica, visando a maximização do aproveitamento do esperma, que o Antigo Testamento praticamente ignorou a existência do lesbianismo dentro do povo judeu. A relação sexual entre duas mulheres não representava a menor ameaça ao projeto super-reprodutível tribal, posto que nessa sociedade machista e patriarcal não se levava em conta o interesse ou desejo sexual das fêmeas, mas a vontade e o prazer do macho e seu orgulho em demonstrar, com farta prole, sua potência e poder (MOTT, 2001, p. 43).

Tal fato é citado por Butler (2003), que comenta a respeito do binarismo na questão da heteronormatividade, pois quando se pensa na palavra “casal”, imagina-se geralmente um homem e uma mulher. Há associações errôneas de que um casal homossexual seja chamado de “par”, pois ambos são do mesmo sexo/gênero, iguais, como um par de brincos, por exemplo.

Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição [...], não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (BUTLER, 2003, p. 24).

Segundo Mott (2001), a questão da homossexualidade no livro de Levítico, que menciona uma relação homoafetiva – no caso, dois homens, um deles comparado a uma mulher –, vai contra as leis do Criador, pois foram incumbidas diferentes tarefas para machos e fêmeas.

1.6 Idade Moderna e Pós-Moderna

Segundo Foucault (1988, p. 14), por volta do século XVII, a “burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro”. O sexo, nessa época, é reprimido por um discurso de poder que dita(va) padrões

heteronormativos. Para isso acontecer, primeiramente, teve-se que reduzi-lo “ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível” (ibid., p. 23). Ou seja, nesse período, deixar de falar de sexo fazia com que não “existisse” mais este problema, o que o tornou tabu ao longo do tempo. Atualmente ainda existem resquícios desse período histórico, por exemplo, não falar de masturbação feminina tão abertamente, do prazer feminino, diferentemente da masturbação masculina, que é mais aberta.

O sexo foi levado para dentro de casa pela família conjugal.

O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decadência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 2011, p. 9-10).

Nota-se que apenas um tipo de relação sexual é considerado “correto” (o heterossexual), e além de o casal ser heterossexual não podem ser estéreis, pois o relacionamento sexual que, segundo Foucault (2011), passa a ser “propriedade” de pessoas heterossexuais casadas significa reprodução, perpetuação da espécie. Pessoas estéreis são muito mal vistas pela sociedade pelo fato de não poderem ter filhos biológicos, porém, esta função não está atrelada à sexualidade, pois pessoas estéreis podem ter relacionamentos sexuais normalmente como pessoas não-estéreis.

Outra característica desse período é a repressão do sexo. Para Foucault (2011, p. 16), “[...] essa repressão está profundamente firmada, possui raízes e razões sólidas, pesa sobre o sexo de maneira tão rigorosa, que uma única denúncia não seria capaz de liberar-nos; o trabalho só pode ser longo”.

Historicamente, observa-se que o conceito de homossexualidade em diversas civilizações e épocas varia, mas, principalmente, a prática estava muito relacionada a rituais de fertilidade, veneração a divindades, cultos funestos e demais rituais religiosos, sendo praticada em maioria pelos homens (cf. Assis, 2006).

Segundo Ferrari (2005, p. 40), “a Igreja Católica defendia o casamento como instituição central da sociedade civilizada e como necessário para afastar a homossexualidade que a ameaçava”. Cabe aqui identificar que, para a sociedade, nessa época, o casamento era

direito exclusivo de casais heterossexuais. Para ilustrar, desde 14 de maio de 2013, através do Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, “o Brasil torna-se a 15ª nação do mundo a dar acesso igualitário ao casamento civil”.³⁶ Isso foi garantido graças ao pedido realizado pelo deputado federal Jean Wyllys, do Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro (PSOL-RJ). Com isso, muitos casais homoafetivos possuem seus direitos assegurados pela lei, assim como os casais heterossexuais.

A família “tradicional”, constituída por pai, mãe, filho e filha, funcionava como um sistema de defesa/proteção para a própria perpetuação, fazendo a sociedade excluir os homossexuais da sociedade. “A família passou a ser defendida como célula matriarcal da burguesia e da Nação, justificando a preocupação com a mulher, com a educação das crianças e dos jovens, com a saúde e, de forma geral, com a preservação da civilização e da cultura.” (FERRARI, 2005, p. 41)

Pode-se perceber que, desde a civilização chinesa até a grega, excetuada a romana, por instituir um discurso de poder e hierarquização aos papéis sexuais homoafetivos, a orientação sexual homo era valorizada, e a heterossexual não lhe fazia vistas grossas.

Para Altmann (2001, p. 577, ênfase da autora):

A partir do século XVII, formou-se uma aparelhagem para a produção de discursos sobre o sexo, a qual, baseada na técnica da confissão, possibilitou a constituição do sexo como objeto de verdade. A confissão difundiu amplamente seus efeitos – entre outros, na pedagogia – e, através de dispositivos que passaram a produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, pôde aparecer algo como a *sexualidade*, enquanto verdade do sexo e de seus prazeres. A sexualidade, portanto, não é um sistema de representações, mas uma economia dos discursos. E no jogo de dizer a verdade sobre o sexo, constitui-se um saber, saber este que nos constitui como sujeitos.

Esse período também teve a presença e a inclusão da medicina durante os séculos XIX e XX, em que a “Igreja Católica vinculava o discurso da sexualidade ao respeito à natureza humana, ao estado da graça e a obra de Deus”, segundo Parker (1991, 1996), citado por Ferrari (2005, p. 39). A partir disso, a Igreja começou a conceituar o que era “certo” e “errado”. Ela tinha como obrigação pregar os “bons costumes” e conduzir o homem, pois a sexualidade para o ser humano, segundo a Igreja, tem como maior objetivo a procriação.

³⁶ Informações retiradas do site do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). **Jean Wyllys parabeniza CNJ pela regulamentação federal do casamento civil igualitário no Brasil**. Disponível em: <<http://jeanwyllys.com.br/wp/jean-wyllys-parabeniza-cn-j-pela-regulamentacao-federal-do-casamento-civil-igualitario-no-brasil>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Caso o seu instinto, ou seja, a atração por pessoas do mesmo sexo, fosse maior, passava-se o controle para a medicina, que tinha o dever da “cura” à base de remédios. Para les profissionais da medicina e a Igreja, carne e espírito viviam juntos. Quando o corpo praticava alguma ação, a alma era afetada, e as paixões eram consequências da sensibilidade e do movimento dos nervos, segundo Ferrari (2005, p. 39). “Segundo esse raciocínio, qualquer doença envolveria carne (corpo) e espírito (alma) e, conseqüentemente, a cura deveria envolver essas duas dimensões. Somente assim os homens estariam realmente curados” (ibid.). Com o poder dos discursos médico e religioso juntos, estes puderam construir o discurso heteronormativo, provando cientificamente essa “anormalidade”, juntamente com a “abominação” para Deus.

Em síntese, a visão sobre as (homo)sexualidades são construções discursivas para cada época, pois na China um homem ter relacionamento com outro homem era permitido pelo confucionismo desde que ele casasse e tivesse filhos, assim como na civilização grega.

Na civilização egípcia, a (homo)sexualidade tinha visibilidade na religião, em que um homem que seria o sujeito passivo receberia o sêmen de outro homem no ato sexual, durante um ritual religioso. Há também os mitos que circulam em virtude do órgão considerado masculino como justificativa para criação de coisas, como o rio Nilo, que foi criado através do esperma de deuses, assim como a presença comum desse órgão em objetos artísticos.

Na Grécia, a construção discursiva para a (homo)sexualidade foi através do conceito de pederastia, em que a educação era exclusiva para homens e o professor poderia manter relações sexuais com seu aluno, apenas como prazer sexual. Na civilização romana, o discurso sobre a (homo)sexualidade torna-se hierárquico e inferioriza um dos parceiros, no caso, o sujeito passivo.

Na Idade Média, os discursos que circulam sobre a homossexualidade trazem uma visão negativa acerca dessa orientação sexual, tendo como justificativa determinados versículos bíblicos. Já na Idade Moderna e Pós-Moderna, os discursos sobre sexo são ocultados a fim de não haver problematizações sobre questões heteronormativas, como a “família tradicional”, por exemplo.

A busca histórica do termo não acarreta simplesmente o ato sexual homem com homem, mas as construções discursivas e os resquícios sobre determinadas construções que ainda são repetidas na pós-modernidade de civilizações antigas, como a da romana, por exemplo, em que o sujeito passivo é visto como inferior, “mulher do casal”.

No próximo capítulo, apresento o discurso médico sobre a(s) (homo)sexualidade(s), uma comunidade norte-americana que se autoidentifica como *two-spirit* e como documentos oficiais abordam e discutem as questões de gêneros e (a)sexualidades.

2 A(S) (HOMO)SEXUALIDADE(S) NAS ESFERAS CIENTÍFICAS E SOCIAIS

A luta pela liberdade de todo corpo
 O corpo lampadado, violentado por andar livre
 O corpo que se mexe, ama, fala, fode, beija, toca e se
 transforma
 Do jeito que quiser

O corpo negro
 O corpo que aborta
 O corpo que tinha pinto e agora tem vagina

O corpo pinto
 O corpo de macha
 De sapatão
 O corpo de peito e pau

O corpo grande, pequeno, peludo, pelado
 O corpo inclassificável
 O corpo permitido
 O corpo político
 O corpo livre!

Amazonas, o que é que vocês querem?
 Fervo! Fervo! Fervo!

(A revolta da lâmpada – Amazonas do Fervo)

Tendo em vista a(s) homossexualidade(s) nas civilizações antigas, é possível perceber que essa orientação sexual possui valores distintos; algumas a veem como absolutamente positiva para o homem se “tornar” mais masculino; em outras não havia essa distinção entre “ser homem” ou não, e em algumas, como em Roma, a homossexualidade pressupõe uma hierarquia. Este traço de o “dominante” ser o ativo e o “dominado” ser o passivo é mantido e discursivamente utilizado para empoderar (cf. Foucault, 1979), numa relação homossexual masculina, o sujeito ativo que diz que “come” o outro parceiro. Em contrapartida, o penetrado responde a esse empoderamento falando que “dá”.

Para essa desconstrução, concordo com Saffioti (2004), quando a autora comenta acerca de uma relação heterossexual que o empoderamento discursivo não é diferente do homoafetivo. A abordagem de Saffioti é feita de forma simples: a questão do “comer” está ligada à boca, portanto, numa questão simbólica acerca dos órgãos, o que parece uma boca ou é o ânus ou a vagina; e o que é “comido” simbolicamente no ato sexual é uma banana, que é o pênis. Portanto, essa questão de empoderamento é machista, porque quem “come” é o “comido”.

Outro exemplo para a desconstrução desse discurso machista está presente na música *Fama de putona*, de Tati Quebra Barraco, em que canta: “Não adianta, de qualquer forma eu esculacho, fama de putona só porque *como* seu macho” (ênfase minha). A letra da música demonstra que a cantora não se sente envergonhada ao ser chamada de “puta”, segundo o discurso reproduzido às mulheres que são “fáceis”, isto é, aquelas que não se sentem presas pelas amarras da sociedade, exercendo sua sexualidade sem a necessidade de escondê-la e/ou por ter vários parceiros. Além disso, o trecho “só porque como seu macho” faz uma inversão da ideia que se tem de “comer” durante o sexo, já que, segundo a cultura popular, o ativo “come” o passivo, isto é, numa relação cis e heteronormativa, o homem “come” e a mulher “dá”. Mais uma vez, a cantora (re)significa a partir de observações, vozes e discursos as relações de poder estabelecidas pela sociedade, levando a uma reflexão sobre quem detém o poder na relação sexual.

Em alguns movimentos históricos vistos no capítulo anterior, a(s) homossexualidade(s) era(m) tratada(s)/vista(s) de outras formas, porém, pelo viés religioso, algumas concepções a respeito da(s) homossexualidade(s) tiveram força, e para algumas ainda a têm no tempo presente.³⁷

Como não é possível dar conta de todas as concepções de (homo)sexualidade(s), para apresentar uma amostra dessa diversidade, trato a seguir da forma como ela é vista e/ou vivida em três esferas distintas a fim de representar diferentes posições sociais sobre (homo)sexualidades: na medicina dos séculos XIX e XX; em uma comunidade indígena norte-americana³⁸ em que a identidade de gênero foge do binário ocidental; e no(s) discurso(s) de Estado que gerenciam o ensino, mais especificamente nos documentos oficiais sobre gênero(s) e (a)sexualidades do Brasil e do Paraná.

³⁷ “Uma das razões pelas quais a história da sexualidade adquire importância é que envolve a oportunidade de analisar padrões de mudança vigentes e as reações à mudança – usando a história recente para compreender melhor as nossas identidades globais contemporâneas” (STEARNS, 2010, p. 14).

³⁸ A concepção de “comunidade” indígena tomada neste trabalho é baseada em Bauman (2005), em que a identidade do sujeito é “criada” em “comunidades”. “A questão da identidade só surge com a exposição a ‘comunidades’ [...] – e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a ‘comunidade fundida por ideias’ a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural. É porque existem tantas dessas ideias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas ‘comunidades de indivíduos que acreditam’ que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar oscilar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis” (BAUMAN, 2005, p. 17). Ou seja, a identidade des *two-spirits* é visibilizada quando estes se encontram. Essa questão será mais esclarecida na seção 2.2.

2.1 Ciências médicas

A medicina do século XIX,³⁹ em especial, tentou provar para a sociedade que a homossexualidade era uma doença e que tinha cura, tanto é que o termo utilizado nesse período era “homossexualismo”: os indivíduos eram frequentemente encaminhados para terapias psicológicas, tratados e considerados como “anormais”, segundo Ferrari (2005). Esse discurso era importante para a sociedade devido à heterogeneidade da sexualidade que se iniciou nesse século, segundo Foucault (2011).

Durante esse período, assumir a homossexualidade ou qualquer outra sexualidade que fugisse do padrão heteronormativo era visto/tratado como anormal. Pelos discursos (re)produzidos acerca da heteronormatividade, pessoas que sabiam que eram atraídas por pessoas do mesmo sexo pensavam que estavam “erradas” (lê-se doentes) e procuravam tratamento médico. Por isso, foi instaurado um/o “silêncio” nessas pessoas.

O silêncio imposto ao homossexual pelo discurso médico significou de tal forma que toda e qualquer informação que escapasse ao objetivo da descrição da doença, era irrelevante: *“isso não é da minha conta, não me interessa, não é importante ou não cabe aqui diante das minhas intenções”*. Falava-se então para não dizer os outros sentidos ou dizer apenas os sentidos que não fugissem ao controle desse discurso (SOARES, 2006, p. 75-76, ênfase do autor).

Geralmente, a forma de tratamento eram conversas com psicólogos e/ou psiquiatras. Nessas conversas, essas pessoas, em especial homens, falavam sobre isso achando-se estranhos. Isso pode ser entendido como uma forma de confissão.

[...] da “confissão”, garantia de *status*, de identidade e de valor atribuído a alguém por outrem, de suas próprias ações ou pensamentos. O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem [...]; posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder (FOUCAULT, 2011, p. 66-67).

³⁹ Nesse mesmo século surgiu o termo “sexualidade”, segundo Foucault (1984, p. 9-10): “O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. Em suma, tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma “experiência” tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma “sexualidade” que abre para campos de conhecimentos bastante diversos, e que se articula em um sistema de regras e coerções”.

Ao “confessar” sua orientação sexual desviante a uma pessoa que fala em processos de “cura”, marca-se uma relação de poder entre le paciente e le médique. A partir dos discursos (re)produzidos pelas médeciques sobre processos de “cura”, vistos/tidos como “verdade”, o indivíduo passa a (re)produzi-los a fim de alcançar a “cura” (tornar-se heterossexual).⁴⁰ “[...] na maior parte do tempo aqueles que dizem querer ‘curar’ os homossexuais estão mais interessados em colocá-los fora de circulação, não se importando com a natureza dos meios que usam para diminuir a sua possibilidade de ‘prejudicar a sociedade’” (FRY & MACRAE, 1985, p. 72).

A etimologia desta palavra – *homossexualismo* – é híbrida, formada pela fusão de três radicais: *homo* – do grego, que significa “igual, semelhante, o mesmo que”; *sexus* – do latim, que significa “sexo”; e *ismo* – “próprio de”, também de origem latina (cf. Furlani, 2009, p. 153-154). Muites ainda utilizam essa palavra para falar do conceito, pois associam o *-ismo* a uma corrente ideológica, como *feminismo*, por exemplo. Devido aos discursos religioso-moralista, médico-patológico, jurídico-criminal entre pessoas do mesmo sexo, sendo estas consideradas anormais para a época, a homossexualidade (o homossexualismo) tornou-se uma palavra negativa, sinônimo de doença para quem sentisse atração por pessoas do mesmo sexo. No século XX, foi adotado o termo *homossexualidade*, tendo seu sufixo – *dade* – do latim, que significa “qualidade de”, segundo Furlani (ibid.), em contrapartida ao significado a que o termo homossexualismo remetia.

Não há qualquer estranhamento quando o homossexual se diz anormal, doente, criminoso, pecador etc. Ele tem a *certeza* de que não pode haver outros sentidos além desses a respeito da sua sexualidade. Falar, então, da homossexualidade é reproduzir esses sentidos como verdades absolutas e inquestionáveis (SOARES, 2006, p. 67, ênfase do autor).

Em 1973, a Associação Psiquiátrica Americana – APA – excluiu a homossexualidade da lista de transtornos mentais, deixando de ser considerada doença, desvio de comportamento ou perversão. Na década de 90, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM⁴¹-IV), que serve para identificar códigos ou distúrbios mentais para orientar a classe médica e psiquiátrica, também excluiu a homossexualidade como

⁴⁰ O filme *Prayers for Bobby* (2009), dirigido por Russell Mulcahy, aborda um pouco essa questão.

⁴¹ Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders.

distúrbio mental. Em 1993, a Organização Mundial de Saúde – OMS – retirou o termo “homossexualismo”, que transmite a ideia de doença, e adotou o termo “homossexualidade”, segundo Godoi & Arantes (2012, p. 65-66). A mudança do termo serve para desvincular a orientação sexual da ideia de enfermidade. O termo atual possui diferentes variações também aceitas como homoafetividade,⁴² homoconjugalidade,⁴³ homoerotismo⁴⁴ (cf. Ferrari, 2000, 2005; Furlani, 2009).

A partir de meados da década de 1990 começa-se a assistir a uma alteração significativa desse quadro, visível na maior diversificação temática e metodológica das reflexões sobre o homoerotismo. Esse momento é o do esforço de instituição de um novo cânone a partir do qual questões tradicionais são re-examinadas e novas indagações são levantadas. Essencial nessa fase foi a disputa em torno da adequação da palavra homossexualidade para identificar a experiência dos *amantes do mesmo sexo*. Tal disputa difundiu nos estudos sobre a questão novos vocábulos – homoerotismo, homens que fazem sexo com homens, homoafetividade, homocultura, etc. – os quais, mais do que dilemas semânticos, referiam-se a viragens (ou tentativas de) conceituais significativas, notadamente novas adesões à chamada *queer theory* e aos pressupostos construtivistas utilizados na reflexão sobre a sexualidade. Do ponto de vista teórico-metodológico, os estudos dessa fase têm características as mais diversas trazidas das disciplinas de origens dos seus autores, ainda que seja visível a predominância de reflexões vindas da história, da sociologia, da antropologia e da psicologia, e mais recentemente da literatura e das artes visuais (GÓIS, 2003, p. 290, ênfase do autor).

Também se utiliza a palavra *gay* para se referir a homossexuais masculinos. Segundo Mott (2003, p. 8, ênfase do autor):

[...] é um termo que já existia no português antigo com o mesmo significado atual: *gay* significa “alegre” – (“*gaiato*”) – muito embora nem sempre nós, homossexuais, tenhamos motivo para ser chamados de “rapazes alegres”, tantas são as amarguras e preconceitos que temos de enfrentar nesta sociedade heterossexista.

⁴² “É necessário reconhecer que os relacionamentos entre pessoas, independente de sua identidade sexual, é uma união de afetos e como tal precisa ser identificada. Daí a expressão *homoafetividade*” (DIAS, 2009, p. 40, ênfase minha).

⁴³ Lopes (2010, p. 23), ao discutir homoconjugalidade: “[...] parte da concepção de que tais categorias são constructos sociais que se baseiam em uma estilística do vínculo, ou seja, na elaboração de um ‘estilo de criação’ que toma como elementos a arte da construção do vínculo conjugal, a gestão da exclusividade sexual e a organização de uma estética dos prazeres, compartilhados ou não pelo casal”.

⁴⁴ Ferrari (2000) explica, retomando J. Costa (1992), o motivo de utilizar esse termo em seu trabalho: “O autor defende a troca da palavra homossexualidade pela palavra homoerotismo, no intuito de retirar do termo conotações preconceituosas (poupando delas as pessoas classificadas como homossexuais), em função da origem médica do conceito. Além disso, o termo homoerotismo representaria melhor a variedade de práticas sociais e sexuais das pessoas que sentem algum tipo de atração pelo mesmo sexo e o uso dessa palavra levaria ao abandono da ideia da existência de uma identidade homogênea e de essência, que ainda hoje está presente quando se emprega o termo homossexual” (COSTA, J. 1992 citado por FERRARI, 2000, p. 9).

É interessante abrir parênteses para comentar a respeito de pessoas trans, pois, para a medicina, esta identidade de gênero ainda é considerada um transtorno da personalidade e do comportamento do adulto, tendo como sua descrição *transexualismo*,⁴⁵ segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID. Em 2012, nos EUA, a Associação Estadunidense de Psiquiatria aprovou a retirada das identidades trans da próxima versão de seu manual de doenças mentais, o DSM-V. Deixando de lado a classificação da CID e também o termo “transtorno de identidade de gênero”, há a terminologia “disforia de gênero” para se referir às pessoas transexuais, o que significará um sofrimento emocional que pode resultar de uma incongruência entre o gênero expresso na pessoa e o gênero com o qual ela se identifica.⁴⁶ No Brasil, ainda a transexualidade é vista como *doença*, segundo o discurso médico, porém, a cirurgia de redesignação sexual FtM e MtF pode ser feita de forma gratuita pelo Serviço Único de Saúde – SUS.

Travestis e pessoas trans não se identificam com o gênero designado ao nascer e também com o nome imposto. Por isso, elas utilizam o nome social, que é o nome pelo qual realmente se identificam, assim como seu gênero. No Paraná, em Ponta Grossa, o jornal *A Rede* noticiou o caso de uma travesti que foi presa. Porém, ao relatar a notícia, o jornalista Afonso Verner utilizou o pronome masculino e revelou seu nome de registro na reportagem. Na manchete é possível ver a falta de informação a respeito do gênero travesti: “Travesti é preso em PG após atos obscenos e desacato”⁴⁷ (ênfase minha). Isso fere a identidade com a qual se identifica pela ignorância do repórter.

Ainda, estudiosos da área não conseguiram provar cientificamente que as orientações sexuais possuem influência genética. Porém, o foco a que chamo a atenção neste trabalho é de cunho cultural/social,⁴⁸ segundo o qual somente a própria pessoa pode afirmar seu gênero, ou

⁴⁵ Informações retiradas do portal TOTVS. Disponível em: <<http://cid.ninsaude.com/cid/f640/transexualismo.html#.VULsBo5Vikq>>. Acesso em: 01 maio 2015.

⁴⁶ Informações retiradas do portal Sul 21. **Transexualidade deixa de ser considerada doença mental nos EUA.** Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-doenca-mental-nos-eua/>>. Acesso em: 1º maio 2015.

⁴⁷ A REDE. **Travesti é preso em PG após atos obscenos e desacato.** Disponível em: <http://arede.info/ponta_grossa/travesti-e-preso-em-pg-apos-atos-obscenos-e-desacato/>. Acesso em: 01 mar. 2015.

⁴⁸ “Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, *o gênero é culturalmente construído*: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo” (BUTLER, 2008, p. 24, ênfase minha).

seja, sua identidade de gênero⁴⁹ e sua orientação sexual sem confirmar estes por meio de estereótipos e/ou padrões ditados pela heteronormatividade e possíveis discursos machistas.

2.2 Two-spirit: concepções e pontos de vista de indígenas norte-americanes

Decidi abrir um espaço em meu trabalho para falar da identidade *two-spirit* (ou “dois espíritos”), mencionada por Stearns (2010) em uma matéria publicada no portal *Fusion*, em 9 de fevereiro de 2015, intitulada *Indígenas norte-americanes e a identidade two-spirit powwow*.⁵⁰

Em fevereiro de 2015, em São Francisco (CA), houve uma cerimônia indígena norte-americana (powwow) focada somente em pessoas de dois espíritos (ou *two-spirit*, no original). O evento foi aberto ao público.

Two-spirit é um termo guarda-chuva para todos os gêneros não-ocidentais⁵¹ (que não se limitam a mulher ou homem) das tribos indígenas norte-americanas. *Two-spirit* é um termo relativamente moderno, ao contrário do conceito. Em 1724, o missionário francês Joseph-François Lafitau registrou a presença de *two-spirits* no livro *Customs of the American Savages*. Houve documentações de *two-spirits* em mais de 130 tribos norte-americanas. Nem todas as pessoas *two-spirit* se identificam da mesma forma. Muitas dizem que incorporam

⁴⁹ A identidade de gênero diz respeito a como a pessoa se reconhece: homem, mulher, os dois e/ou nenhum dos dois. Na concepção de Silveira (2010a, p. 10): “Expressão utilizada primeiramente no campo médico-psiquiátrico para designar os ‘transtornos de identidade de gênero’, isto é, o desconforto persistente criado pela divergência entre o sexo atribuído ao corpo e a identificação subjetiva com o sexo oposto. Entretanto, atualmente, a identidade de gênero corresponde à experiência de cada um, que pode ou não corresponder ao sexo do nascimento. Podemos dizer que a identidade de gênero é a maneira como alguém se sente e se apresenta para si ou para os outros na condição de homem ou mulher, ou de ambos, sem que isso tenha necessariamente uma relação direta com o sexo biológico. É composta e definida por relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. Os sujeitos têm identidades plurais, múltiplas, identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem até ser contraditórias. Os sujeitos se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constroem suas identidades de gênero”. Cabe lembrar que a pessoa não necessariamente vai se identificar apenas ou como homem ou como mulher, pois há vários gêneros.

⁵⁰ A reportagem no original se intitula “Native Americans talk gender identity at a ‘two-spirit’ powwow”. A partir do próximo parágrafo, será relatada a reportagem em LP. Agradeço a Cari Rez Lobo por ter me apresentado o texto e pela ajuda na tradução. Disponível em: <<http://fusion.net/story/46014/native-americans-talk-gender-identity-at-a-two-spirit-powwow/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

⁵¹ Gêneros não-ocidentais são um grupo imenso e diversificado que inclui todas as identidades não-mulher e não-homem de culturas não-ocidentais. Não é correto chamar esse gênero de “gêneros étnicos”, porque o termo reafirma o entendimento branco ocidental como hegemônico. O “étnico” é considerado como “o outro”, enquanto que o contexto ocidental seria o “normal” (cf. Burks; Robbins & Durtschi, 2011; Fan & Wolters, 2014; Garrett & Barret, 2003; Sheppard & Mayo Jr., 2013).

características femininas e masculinas simultaneamente, enquanto outras dizem que são um terceiro-gênero.⁵²

O papel social de *two-spirits* era e permanece reconhecido e honrado dentro de suas tribos, porém essas pessoas são alvo de muito preconceito pela cultura ocidental (há muitos crimes de ódio contra *two-spirits* e essa população apresenta uma elevada taxa de suicídio). Houve casos de certas tribos que passaram a discriminar *two-spirits* por causa da colonização ocidental. Há *two-spirits* que preferem se chamar de gays ou lésbicas para pessoas não-indígenas quando estão fora de suas tribos.

O evento aberto ao público chamado “Bay Area American Indian Two-Spirit Powwow” é a única cerimônia desse tipo nos Estados Unidos. A organização do evento estimou que duas mil pessoas compareceram no dia. Foram realizadas entrevistas com *two-spirits* nessa cerimônia questionando: “o que significa ser uma pessoa indígena norte-americana e *two-spirit*?”.

Landa Lakes cresceu em uma família cristã em uma comunidade tribal Chickasaw em Oklahoma.

⁵² Não se pode dizer que pessoas de gêneros não-ocidentais são transgêneros/transexuais, porque, na maioria das vezes, não existe o conceito de trans nessas culturas ou o conceito é completamente diferente. Também existem culturas em que não há gênero designado. A mesma coisa vale para não-binaridade: não se pode ditar que gêneros não-ocidentais, como *two-spirit*, não podem ser relacionados e colocados como equivalentes a gêneros não-binários, como o bigênero, por exemplo. Muitas pessoas de gêneros não-ocidentais se identificam como um “terceiro gênero”, porém, deve-se lembrar que não é o mesmo terceiro-gênero enquanto gênero não-binário ocidental. Originalmente, o termo terceiro-gênero era um rótulo imposto por colonizadores europeus a pessoas nativas que não eram nem mulher e nem homem simplesmente. Hoje em dia, esse termo foi reapropriado por pessoas de gênero não-ocidentais e também por pessoas trans da cultura ocidental (as pessoas escolhem esse termo como identidade). É importante ressaltar que é preconceituoso classificar o gênero da pessoa.

Figura 7 – Landa Lakes. São Francisco, Califórnia



Fonte: Fusion

Antigamente, Landa se identificava como homossexual. “Mas assim que eu aprendi sobre *two-spirit* e que ele foi um termo criado pelo nosso próprio povo, eu percebi que era algo que eu poderia adotar”, disse Lakes, que ajudou a organizar a cerimônia Powwow.

Landa Lakes define *two-spirit* como uma mistura de feminino e masculino. “O termo *two-spirit* também ajuda a solidificar quem nós somos e nos coloca em uma categoria diferente da cultura contemporânea, porque nós estamos tentando manter nossas tradições que foram perdidas quando nos levaram do ambiente rural para o ambiente urbano”.

Landa Lakes escolheu este nome para si, porque: “é uma referência à famosa mascote da marca de manteiga *Land O’Lakes*, porque eu gosto de apontar que, mesmo hoje em dia, nós ainda usamos pessoas indígenas como mascotes”.

Sheldon Raymore cresceu na Dakota do Sul, na Reserva Indígena Sioux do Rio Cheyenne.

Figura 8 – Sheldon Raymore. Nova York

Fonte: Fusion

“*Two-spirit* significa ter nascido com um espírito feminino e masculino”, disse Raymore, que foi o dançarino principal no evento. Raymore usou vestimentas e ornamentos diferentes, realizando sua performance tanto como homem quanto como mulher durante as danças.

“*Two-spirit* é a palavra apropriada para se usar na sociedade atual”, disse Raymore, enquanto explicava que sua tribo, Lakota, tem uma palavra indígena alternativa para pessoas que se identificam com os espíritos feminino e masculino ao mesmo tempo. “Nós passamos a morar em casas, ao invés de morar em tipis (tendas cônicas feitas de couro de animais e estacas de madeira), então, em muitos sentidos, as coisas mudaram. Mas nós conseguimos sobreviver e manter nossas tradições e nossa língua para sermos fiéis ao que somos enquanto povo”.

“*Two-spirit* significa ter duas partes no seu espírito: o lado masculino, o lado feminino, e também ter identidade de gênero que não é necessariamente homem ou mulher”, disse Talon Stammers.

Figura 9 – Talon Stammers. 17 anos. Berkeley, Califórnia



Fonte: Fusion

Stammers explicou que ir à cerimônia powwow foi importante, porque elu ajudou as pessoas *two-spirit* a se curarem juntas. “Quando conquistadores e viajantes mudaram tudo ao nos colonizarem, fizeram com que não fosse mais socialmente aceitável ser *two-spirit*. Agora, estamos voltando a nos reunir para curar cada um de nós que sofreu com essa colonização”.

Talon está no ensino médio e é abertamente *two-spirit*. “Eu vou à escola com várias pessoas que têm diversas identidades variadas, então não é uma coisa estranha que eu seja *two-spirit*”.

Houve cenas no evento powwow que foram incomuns até para pessoas que frequentam regularmente esses eventos. Houve uma competição especial exclusiva para dançarines transgêneros, na qual le dançarine principal realizou tanto danças femininas quanto masculinas. Uma pessoa chamada Charlie Tippie Toe Ballard apareceu em traje de gala completo, incluindo uma peruca branca bem alta.

Figura 10 – Charlie Tippie Toe Ballard. Oakland, Califónia



Fonte: Fusion

“*Two-spirit* é uma pessoa que personifica traços femininos e masculinos. Elas são pessoas boas e amáveis, amigas de todo o mundo”, disse Charlie Tippie Toe, cuja mãe é do povo Anishinaabe, do estado de Michigan, e o pai é da nação indígena Sacand Fox, de Oklahoma. “Se as pessoas quiserem me chamar de *two-spirit*, tudo bem, mas eu sou Charlie”.

Spirit Wildcat disse que viajou até o evento powwow em São Francisco para mostrar solidariedade.

Figura 11 – Spirit Wildcat. 31 anos, Fort Hal, Idaho



Fonte: Fusion

“Eu vim aqui para representar a sociedade *two-spirit* de Montana”, disse Wildcat, membro integrante da tribo Shoshone-Bannock. “Contanto que os espíritos feminino e masculino estejam dentro de você, você pode se identificar como *two-spirit*”.

Derek Smith diz que ter dois espíritos significa que você caminha em dois mundos.

Figura 12 – Derek Smith. Bay Area, Califórnia



Fonte: Fusion

“Realmente todos nós deveríamos ter um lado feminino e um lado masculino. Se estamos fornecendo alimento e cuidando da família ou caçando e coletando, nós sempre temos estes papéis para cumprir”, disse Smith, que é do povo Anishinaabe.

Smith diz que geralmente chama a si mesmo de gay, a não ser que esteja entre outras pessoas indígenas. “Explicar o que *two-spirit* significa pode ser complicado. Se eu estou em uma comunidade não-nativa, eu não me identifico como *two-spirit*, porque eu teria que ter uma conversa longa para explicar e a maioria das pessoas não iria entender mesmo”, disse Smith, que ajudou a organizar a cerimônia powwow.

Figura 13 – Ruth Villasenor. Bay Area, Califórnia



Fonte: Fusion

“O termo *two-spirit* é um termo moderno para que, quando as pessoas o escutem, automaticamente assumam que é uma pessoa feminina e masculina, que é como muitas pessoas realmente o definem”, disse Ruth Villasenor. “Mas, para mim, é também uma lembrança histórica de que antes da colonização, todas as nossas tribos tinham múltiplos gêneros. Havia termos para vários gêneros em todas as nossas nações e nós éramos conhecidos pelos nossos papéis sociais nas comunidades, não pelos gêneros”. Villasenor é uma das pessoas que fundaram esse evento powwow para *two-spirits*.

Aiden Warrior define *two-spirit* como um terceiro-gênero, mas aponta que há um outro elemento importante requerido: uma conexão com a tribo.

Figura 14 – Aiden Warrior. 27 anos, Baisan, Idaho.



Fonte: Fusion

“Alguém que é *two-spirit* participa ativamente da nossa cultura”, disse Warrior, que se integrou à tribo Echota Cherokee de Alabama. “Nós vamos às cerimônias, nós temos funções em powwows e nossa cultura é parte de nós. Historicamente, minha tribo incluía *two-spirit*, mas atualmente não há mais celebrações *two-spirit* por causa da influência dos colonizadores brancos”.

Jacob Edwards disse ter viajado duas horas de Sacramento em busca de um senso de comunidade.

Figura 15 – Jacob Edwards Dunlap. Sacramento, Califórnia



Fonte: Fusion

“Eu estou procurando por conexões e um lugar para pertencer”, disse Dunlap, que é originalmente Anishinaabe.

Dunlap define *two-spirit* como um gênero. “*Two-spirit* não é necessariamente relacionado à minha sexualidade, mas existe em relação ao meu gênero. Em relação à minha tribo, eu ser *two-spirit* significa que eu tenho naturalmente dons espirituais (ou medicinais) a oferecer à minha comunidade”.

Dessa forma, é possível ilustrar que o gênero não-binário contempla várias possibilidades e, em outros casos, ambos andam juntos, como o *two-spirit*. Para Sheppard & Mayo Jr. (2013, p. 262):

Tradicionalmente, muitas culturas nativas reconhecidas aceitam a grande variação na forma como os indivíduos expressam sua identificação de gênero, que está em contraste com a tradição da cultura ocidental de aderir a um binário rigoroso (masculino/feminino) de conceituação de gênero.

Pode-se pressupor que as teorias que aplicam a (des)construção do binário podem estar ligadas ao *two-spirit*, já que este é um gênero não-ocidental, mostrado como algo “diferente” do Ocidente, conforme Sheppard & Mayo Jr. (2010) apontam.

A reportagem também mostra que alguns se adequam ao ocidentalismo, identificando-se para les outres como gays, lésbicas, sendo que estas orientações não se aplicam a elas.

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2007, p. 11).

Pela observação das fotos, pode-se tentar enquadrar les *two-spirits* em corpos masculinos ou em corpos femininos, devido à interpretação que se tem sobre corpos femininos e masculinos, ou seja, o olhar é social. Isso é algo que deve ser desconstruído, porque *two-spirits* não possuem corpos somente masculinos nem somente femininos. Pode parecer complexa a forma de *two-spirits*, mas cada membro constrói/possui uma visão diferente sobre si, assim como pessoas da comunidade ALGBTQI+. “A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2008, p. 24). Da mesma forma que algumas pessoas não-binárias não querem ficar presas somente a corpos, estereótipos masculinos ou femininos. “Frequentemente nos apresentamos (ou nos representamos) a partir de nossa identidade de gênero e de nossa identidade sexual” (LOURO, 2007, p. 13). Portanto, *two-spirits* estão apresentando e representando este gênero, cada pessoa à sua maneira.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...]; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2008, p. 25, ênfase da autora).

Pensar em les *two-spirits* como pessoas binárias por seus papéis na sociedade, como foi o relato de Derek Smith, é voltar esses discursos para o ponto de vista dos colonizadores, para o ocidentalismo, para a visão de como os discursos foram/são para “construir” o homem e mulher ainda no século XXI, em virtude da (re)produção desses discursos da biologia, das

relações de poder, do machismo. Derek Smith, porém, afirma isso, pois no final do seu relato ele percebe que pessoas que não são *two-spirits* não entendem a relação desses gêneros, em forma de espírito, ou seja, possuem uma visão fechada. Então, não há como engavetá-lo e/ou compará-lo às expressões de gênero ocidentais.

As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem. As identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo – num mundo que se pode chamar de pós-colonial. Este é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento (WOODWARD, 2000, p. 25).

Porém, o que Louro (2007) afirma é que pessoas não-binárias também estão apresentando e representando sua(s) identidade(s) de gênero e sua(s) (a)sexualidade(s), mas a sociedade ainda divide o ser humano em azul (homem) e cor-de-rosa (mulher), e não olha as diversas cores, suas diferentes tonalidades, que são as expressões de gênero e as identidades de pessoas não-binárias.

2.3 A questão das identidades de gêneros e sexualidades nos documentos oficiais de ensino no Brasil e no Paraná

Neste tópico exploro, de forma geral, com alguns exemplos para ilustrar, dois documentos oficiais de ensino: um de nível nacional, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN – *de Temas Transversais*, e um documento oficial de nível estadual, paranaense: as *Diretrizes Curriculares Estaduais* – DCE – *de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná*.

Trago para este trabalho esses documentos a fim de discutir formas de abordar gênero(s) e (a)sexualidades em sala de aula.

2.3.1 Parâmetros Curriculares Nacionais de Temas Transversais: Orientação Sexual

O documento oficial maior em relação ao ensino nacional, os PCN de Temas Transversais, em destaque especial neste trabalho, o volume de *Orientação Sexual* (1998a), recomenda que se aborde criticamente a visão didática de como les professorias estaduais das escolas públicas e privadas devem trabalhar a orientação sexual em sala de aula. Os demais temas que compõem os PCN são *Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo*.

A justificativa para abordar e incluir o tema no currículo remete à luta de grupos considerados “minoritários”,⁵³ como o movimento feminista. De acordo com o documento, “há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 20” (BRASIL, 1998a, p. 291). O objetivo do documento é “transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos” (ibid., p. 67).

O documento, porém, não apenas “transmite informações”, mas produz efeitos de sentido (cf. Orlandi, 2013), ou seja, produz diversas possibilidades de leituras, o que somente uma perspectiva centrada na ideia de transmissão de informação não é capaz de reconhecer. O que esse documento também ressalta é que é importante trabalhar com as percepções que les alunes têm sobre o(s) assunto(s) a ser(em) abordado(s).

As famílias⁵⁴ educam sexualmente seus filhos, por mais que não abordem abertamente o assunto. Isso varia dos comportamentos, valores, crença ou não em uma religião. Com as crianças na escola, elas irão conversar sobre sexo/sexualidade e, muitas vezes, trazem imagens negativas, distorcidas, estereotipadas de algum membro da comunidade ALGBTQI+, por exemplo, muitas vezes transmitidas pelas mídias, reforçando o preconceito e a homofobia⁵⁵ (cf. Brasil, 1998a). “Desde o berço, meninos e meninas são submetidos a um tratamento diferenciado que os ensina os comportamentos e emoções considerados adequados. Qualquer ‘desvio’ é reprimido e recupera-se o ‘bom comportamento’” (FRY & MACRAE, 1985, p. 11).

Portanto, faz-se necessário les professorias e diretorias discutirem com alunes sobre o tema. “Cabe, portanto, à escola – e não mais apenas à família – desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes” (ALTMANN, 2001, p. 576).

⁵³ O sentido de “maioria”/“minoría” é ideológico (cf. Cavalcanti, 1999).

⁵⁴ Faço a marcação no plural pela inclusão de famílias homoafetivas, constituídas ou por dois homens ou por duas mulheres, famílias monoparentais (les filhos criados ou somente pelo pai ou pela mãe ou outro membro), as poliafetivas (em que, geralmente, o relacionamento é a três, mas que podem ser compostas de mais de três pessoas, sendo várias as possibilidades), também chamadas de multiparentais, e a família constituída por mãe, pai e filho(s), chamada de “tradicional”.

⁵⁵ Este ainda é um termo em discussão, pois, quando se fala apenas de homofobia, restringe-se a crimes contra gays. Lesbofobia remete às lésbicas, bifobia aos bissexuais e transfobia às travestis e todes les trans, inclusive não-binários. Algumas pessoas utilizam também LGBTfobia. Infelizmente, nenhuma dessas siglas faz menção à acefobia, que remete às pessoas assexuais.

Louro (2007, p. 14) rompe com essa questão binária (homem e mulher) através da questão do corpo:

Os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma “marca” definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo.

Os estereótipos acerca dos corpos foram atribuídos socialmente, assim, “homens” têm pomo-de-adão e mulheres não, diferentemente de uma pessoa não-ocidental, como *hijras*, comentado na introdução, em cujo grupo social esse estereótipo/padrão não se aplica. Isso deve ser problematizado, tanto na escola quanto na sociedade, pois pessoas que se autoidentificam como travestis e/ou estão na transição FtM ou MtF (male to female – masculino para o feminino) sofrem transfobia em função de seus corpos não “pertencerem” ao gênero que sentem/veem.

A forma como determinada pessoa se apresenta (falo em questões estéticas, como roupa, cabelo etc.) não remete muitas vezes à sua identidade de gênero, nem à sua orientação sexual. Isso é rompido, fragmentado, ou seja, não se fica preso às amarras do discurso heteronormativo. “Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais [...], a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural” (BRASIL, 1998a, p. 81).

Os PCN de Orientação Sexual comentam esse tema:

Muitas escolas, atentas para a necessidade de trabalhar com essa temática em seus conteúdos formais, incluem Aparelho Reprodutivo no currículo de Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo (BRASIL, 1998a, p. 78).

Através da fragmentação e separação entre identidade de gênero, sexualidade e expressão de gênero, a discussão sobre orientação sexual apenas pela perspectiva biológica pode gerar algumas controvérsias, pois, ainda hoje, quando uma criança nasce, o atributo que irá enquadrá-la em um “padrão” será sua genitália: se tiver um pênis, será categorizada como

um menino, se tiver uma vulva, será uma menina. Há casos de pessoas nascerem com uma genitália que não se define exatamente nestes padrões, os chamados intersexos. Pelo ponto de vista da medicina, caso uma pessoa nasça intersexo, é pela questão da penetração que será definido se será uma menina ou um menino.

Discutir o aparelho reprodutivo é importante, mas é preciso tomar cuidado para não ficar marcando que genitais definem uma pessoa ou ordem dos cromossomos, como faz a medicina, por exemplo. No ambiente escolar, pode haver alunos trans e poderia gerar desconforto para eles ouvirem que “quem tem vulva é mulher e quem tem pênis é homem”. Isso seria uma atitude transfóbica. Como afirma o documento, somente a questão biológica do corpo não satisfaz todas as curiosidades dos alunos. Uma sugestão para os profissionais da educação que discutirão essa tema é problematizar a questão do corpo. Fala-se que travestis e/ou mulheres trans que fazem cirurgias “deformam” o corpo quando aplicam silicone para o aumento dos seios, mas quando uma mulher cis o faz, não é visto dessa mesma forma, por exemplo.

Na tabela abaixo é possível esclarecer mais essa questão:

Quadro 2 – A fragmentação generalizada da identidade de gênero e sexualidade

Sexo designado ao nascer	Identidade de gênero	Atração sexual	Apresentação/expressão de gênero
Feminino	Feminina	Masculina	Mulher cis heterossexual
Feminino	Feminina	Feminina	Mulher cis lésbica
Feminino	Feminina	Feminina e masculina	Mulher cis bissexual
Feminino	Feminina	Nenhuma	Mulher cis assexual
Masculino	Masculina	Feminina	Homem cis heterossexual
Masculino	Masculina	Masculina	Homem cis homossexual
Masculino	Masculina	Feminina e masculina	Homem cis bissexual
Masculino	Masculina	Nenhuma	Homem cis assexual
Feminino	Masculina	Feminina	Homem trans heterossexual
Feminino	Masculina	Masculina	Homem trans homossexual
Feminino	Masculina	Feminina e masculina	Homem trans bissexual
Feminino	Masculina	Nenhuma	Homem trans assexual
Masculino	Feminina	Feminina	Mulher trans homossexual
Masculino	Feminina	Masculina	Mulher trans

			heterossexual
Masculino	Feminina	Feminina e masculina	Mulher trans bissexual
Masculino	Feminina	Nenhuma	Mulher trans assexual
Masculino	Travesti	Masculina	Travesti heterossexual
Masculino	Travesti	Feminina	Travesti lésbica
Masculino	Travesti	Feminina e masculina	Travesti bissexual
Masculino	Travesti	Nenhuma	Travesti assexual
Intersexo	Feminina	Feminina	Mulher intersexcis OU trans lésbica
Intersexo	Feminina	Masculina	Mulher intersexcis OU trans heterossexual
Intersexo	Feminina	Feminina e masculina	Mulher intersexcis OU trans bissexual
Intersexo	Feminina	Nenhuma	Mulher intersexcis OU trans assexual
Intersexo	Masculina	Feminina	Homem intersexcis OU trans heterossexual
Intersexo	Masculina	Masculina	Homem intersexcis OU trans homossexual
Intersexo	Masculina	Feminina e masculina	Homem intersexcis OU trans bissexual
Intersexo	Masculina	Nenhuma	Homem intersexcis OU trans assexual

É impossível demarcar todas as identidades de gênero, suas expressões, sexualidades e romanticidades.⁵⁶ Tanto é que, de certa forma, as pessoas não-binárias⁵⁷ não estão representadas também. Um exemplo de que as combinações são infinitas foi feito na introdução deste trabalho. Este quadro serve apenas para ajudar a compreender um pouco melhor a respeito da desconstrução binária. Outra forma de apresentação/expressão de gênero que pode ser incluída em todas essas formas é a androginia,⁵⁸ ou seja, não marcar especificamente o feminino ou o masculino.

⁵⁶ Optei por não abarcar as expressões de gênero e romanticidades com maiores detalhes neste trabalho, o que não descarta a hipótese de abarcar em trabalhos futuros.

⁵⁷ Pessoas trans não-binárias podem ser assexuais, androssexuais (atração por homens ou estereótipos ligados à masculinidade), ginessexuais (atração por mulheres ou estereótipos ligados à feminilidade), pansexuais, polissexuais e também skliossexuais. A skliossexualidade (também chamada por não-binária sexualidade) é uma orientação sexual em que pessoas se sentem atraídas por pessoas de gêneros não-binários e *genderqueer*, independente da expressão de gênero, segundo informações do *Wiki Identidades*. Os termos hétero, homo e bi não fazem muito sentido para essas pessoas, pois esses termos estão relacionados e fazem referência aos gêneros binários.

⁵⁸ Essa apresentação/expressão de gênero também possui orientação sexual chamada de androginossexualidade, androginossexualidade ou ginossexualidade. A atração sexual pode ser ou por pessoas de aparência andrógina de qualquer gênero ou por pessoas trans não-binárias de gênero andrógine, segundo informações do *Wiki Identidades*.

O quadro é dividido em quatro colunas: **sexo designado ao nascer**, que pode ser: feminino, masculino ou intersexo;⁵⁹ **identidade de gênero**, que pode ser: feminina, masculina ou travesti; **atração sexual** (que diz respeito às orientações sexuais de cada um), que pode ser: heterossexual, homossexual, bissexual e assexual;⁶⁰ e, por fim, a **apresentação/expressão** que, de maneira geral, é como a pessoa se vê e se expressa, independentemente do estereótipo construído pela sociedade, como roupas, acessórios designados “masculinos” ou “femininos” etc. A pessoa também pode se expressar de forma andrógina, ou seja, sua apresentação não é nem feminina nem masculina. A saia ou o vestido, que são vestimentas consideradas femininas no Brasil, por exemplo, ao serem utilizadas por um homem (cis ou trans) causam em outros homens (cis, neste caso) e mulheres certo estranhamento e dúvidas acerca da orientação sexual do indivíduo, que pode ser visto como homossexual.

Jaden Smith, filho do ator Will Smith, por exemplo, usa saias e vestidos,⁶¹ e mesmo assim sua sexualidade não é discutida nos portais de notícias que comentam o assunto. Pressupõe-se que esse não questionamento de sua sexualidade decorra da fama e do apoio/orgulho do seu pai. Outro exemplo é a apresentadora de TV Ellen DeGeneres, lésbica, que lançou em 2015 sua marca de roupas sem marcação de gênero, tendo peças como camisetas e blazers semelhantes àqueles que ela mesma usa. Dessa forma, ela apostou em peças mais “neutras”, que não pendem nem para o estereotipicamente feminino nem masculino.⁶²

A respeito do sexo designado ao nascer feminino, se o indivíduo se entende como mulher, este será uma mulher cis, podendo a atração ser oposta ao seu sexo, semelhante ou

⁵⁹ “A palavra intersexual é preferível ao termo hermafrodita e é um termo usado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições de masculino e feminino, tendo parcial ou completamente desenvolvidos ambos os órgãos sexuais, ou um predominando sobre o outro. A intersexualidade, enquanto transgeneridade é uma condição e não uma orientação sexual. Portanto, as pessoas que se autodenominam intersexuais podem se identificar como homossexuais, heterossexuais ou bissexuais” (SILVEIRA, 2010a, p. 11).

⁶⁰ Na tabela não foram mencionadas a pansexualidade e a polisssexualidade, mas deve-se pensar nessas hipóteses também. Pessoas pansexuais são atraídas por todos os gêneros e polisssexuais são atraídas por vários gêneros, porém, não com todos os gêneros que pessoas pansexuais sentem atração.

⁶¹ Em janeiro de 2016, a grife *Louis Vuitton* apresentou um vídeo com o ator desconstruindo objetos considerados apenas para pessoas que se (auto)identificavam como mulheres, segundo informações da revista *Exame*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/louis-vuitton-divulga-video-de-campanha-com-jaden-smith>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

⁶² VOGUE. **Ellen DeGeneres lança marca de roupas agênera**. Disponível em: <<http://vogue.globo.com/moda/moda-news/noticia/2015/05/ellen-de-generes-lanca-marca-de-roupas-agenera.html>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

transitar entre as duas ou nenhuma. Isso serve também para o sexo designado ao nascer masculino e se o indivíduo se entende como homem.

Agora, se o indivíduo com o sexo designado ao nascer for feminino e não aceita nem seu gênero nem, em alguns casos, seu sexo, passa então a ser um homem trans. Isso não significa, porém, que um homem trans seja necessariamente heterossexual, pois sua orientação sexual pode variar também. Da mesma forma que um indivíduo com o sexo designado ao nascer masculino pode não aceitar seu gênero nem seu sexo, em alguns casos.

Há homens e mulheres trans que respeitam a genitália com que nasceram. Buck Angel, por exemplo, considerado um ícone da comunidade ALGBTQI+, é ativista dos movimentos, produtor de filmes adultos e uma das maiores vozes de homens trans do mundo. “Seu empoderamento é a vagina. A vagina, afinal, é parte do corpo que resiste há anos a quaisquer tentativas de retirá-la para dar espaço a um pênis”, segundo informações da revista *Carta Capital*.⁶³

Além disso, o ser humano é capaz de nascer com o sexo designado masculino e sua identidade de gênero transitar entre o masculino e feminino, mas não assumir nenhuma dessas identidades, e estarem em maior parte no campo da feminilidade. Essas pessoas são chamadas de travestis. Por elas estarem nesse campo, o correto é tratá-las pelo pronome feminino, podendo ser diversa sua orientação sexual.

E quando a pessoa ao nascer não deixa claro, pelo aspecto biológico, se é designado feminino ou masculino? Atualmente, são chamadas de intersexo,⁶⁴ que, como visto mais acima, ao pé da letra significa “entre os sexos”. Portanto, é possível afirmar que a genitália não tem ligação com a identidade de gênero e atração do indivíduo. Historicamente, médiqes ao observarem esse tipo de genitália “diferenciada” notavam traços maiores e/ou semelhantes de uma vulva ou pênis, e a adequavam ao que mais se aproximava. Muites tinham vergonha do que eram. Com minhas buscas e contato com uma pessoa intersexo, descobri que existe uma bandeira do orgulho intersexo brasileira.

⁶³ Informações retiradas do portal CartaCapital. “**Minha vagina é poderosa”, diz homem trans ativista**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cminha-vagina-e-poderosa201d-diz-ativista-trans-2278.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

⁶⁴ Outros termos utilizados que já estão em desuso: dupla genitália e hermafrodita.

Figura 16 – Bandeira do orgulho intersexo brasileira

Fonte: Wiki Identidades

A cor púrpura representa a ambiguidade, o estar entre os dois sexos não-intersexo. O triângulo designa o intersexo, já que representa-se o sistema ovariano como um círculo e o sistema testicular como o quadrado. Além disso, durante o desenvolvimento intrauterino, a região da genitália, tanto masculina quanto feminina, lembra um triângulo invertido. O branco representa uma área vaga na qual o indivíduo pode colocar o gênero ou não-gênero que o retrata melhor. E as cores verde e amarela exprimem o Brasil.⁶⁵

Nesse caso, quem nasce intersexo não é obrigatoriamente trans. Isso depende da identificação da própria pessoa, assim como sua atração.

Gênero e sexualidade necessariamente não precisam andar juntos, assim como a romanticidade, como foi discutido acima. Por exemplo, *“é bastante comum que homens trans, antes da hormonização, se relacionem afetivamente com mulheres cis lésbicas e, ao longo do relacionamento, ele comece a transicionar, gerando “crise” para todos os lados. Provavelmente ele vai pensar se sua identidade de gênero está sendo respeitada e ela será pressionada a “mudar” sua orientação sexual. Enfim, várias problemáticas que podem ser levantadas. Contudo se há um relacionamento entre uma mulher cis e um cara trans, se ambas as partes concordam que estão em um relacionamento hétero, se existe respeito à identidade de gênero masculina dele e à orientação sexual lésbica dela, (entendo que não é relacionamento com um cara, cis ou trans, que vai interferir em toda a construção afetiva e política, e obrigá-la a se definir como bi), se todas essas partes estão muito bem conversadas,*

⁶⁵ Informações retiradas de Wiki Identidades, do post **Bandeiras do orgulho intersexo**. Disponível em: <<http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Intersexo>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

*não existe motivo para questionar se alguém possivelmente/talvez/quem sabe pode estar sendo desrespeitado”.*⁶⁶ Ou seja, é possível que a sexualidade do ser humano seja “líquida”.

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. Em outras palavras, a ideia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada (BAUMAN, 2005, p. 17-18).

É interessante problematizar essa forma de relacionamento para que não haja estranhamento e transfobia quando virem um homem trans hétero, antes do processo de hormonização, com uma mulher cis lésbica, como no caso acima, a fim de evitar o “rótulo” de homem trans como “lésbica” também e/ou afirmar que ele ainda é mulher por estar em um relacionamento com uma lésbica. “Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero [...] têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural [...]” (LOURO, 2007, p. 12).

Os PCN de Orientação Sexual tratam o tema a partir do ponto de vista sexuado, isto é, pressupõe que o indivíduo terá uma vida sexual ativa a partir de um determinado momento da vida. Isso é visto dessa forma pelo fato de a sociedade sexualizar tudo e de forma binária. O sentido produzido pelo texto do documento faz com que se pense sempre a partir do ponto de vista sexuado, apagando/excluindo pessoas assexuais.

[...] na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo *sexuado* de menino ou menina. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas também com todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos e transmitidas pela educação, o que atualmente recebe a denominação de relações de gênero. Essas representações absorvidas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança (BRASIL, 1998a, p. 81, ênfase minha).

⁶⁶ Postagem de um homem trans em uma rede social, no dia 16 de fevereiro de 2016, com ênfase minha.

É complexo pensar que as crianças são “neutras” em virtude da sociedade sexuada em que vivem. Pensar no corpo de uma menina ou de um menino refere-se no documento a algo sexual, sendo que essa descoberta do próprio indivíduo (se ver em um corpo de menina ou menino, as atrações) acontece na adolescência, o que não exclui a possibilidade de haver crianças trans, o que ainda é um tabu a ser quebrado. Um exemplo disso no Brasil é uma criança de nove anos que foi autorizada pela justiça a alterar o nome e o gênero nos documentos de registro, nos quais se identifica como feminina.⁶⁷ Outro ponto diz respeito ao “corpo de menina ou menino”, em que é fixada a ideia de que para “ser homem” o corpo deve apresentar determinados traços, em especial a genitália, e o mesmo para “ser mulher”. Por mais que algumas travestis e pessoas trans recorram à cirurgia de redesignação sexual e tratamento hormonal, elas sofrem discriminação porque esse “corpo” não é delus.

Ver o corpo como um “objeto sexuado”, como a sociedade o representa/mostra, faz com que pessoas assexuais se vejam/sintam “estranhas”, por não sentirem atração sexual por outras pessoas e, por consequência, sofrerem acefobia. Isso geralmente ocorre na adolescência. Há casos de pessoas com cerca de 12 anos que olham para meninas e/ou meninos e não sentem atração nenhuma. Por conta disso, procuram psicólogues, fazem exame de taxa hormonal para saber se o corpo tem algum “problema”, porque a ausência de atração sexual, para a sociedade, ainda é vista com maus olhos. Seria interessante a escola problematizar a sexualidade, os corpos sexuados, para não oprimir pessoas assexuais,⁶⁸ e estas não se verem como “estranhas” e não se envergonharem por serem assim. Essas problematizações podem estar ligadas às disciplinas que pertencem à grade curricular da escola.

Nos demais PCN das disciplinas que compõem a matriz curricular, não há discussão sobre orientação sexual e identidades de gênero, por isso a criação dos PCN de Temas Transversais (1998a), que podem abarcar todas as demais disciplinas, já que o documento

⁶⁷ NLUCON. **Criança trans de 9 anos é autorizada a mudar nome e gênero em registro no Mato Grosso.** Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2016/02/crianca-trans-de-9-anos-e-autorizada.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

⁶⁸ A assexualidade é a ausência do ato sexual, mas há pessoas que sentem atrações afetivas. As orientações são: **heterorromântico** – alguém que se sente romanticamente atraído por alguém do gênero oposto; **homorromântico** – alguém que se sente romanticamente atraído por alguém do mesmo gênero; **birromântico** – alguém que se sente atraído por ambos os gêneros; e **panrromântico** – se sente romanticamente atraído por todos os gêneros. Também há assexuais que não sentem atração sexual nem romântica, os quais são chamados de **arromânticos**, segundo informações do UOL TAB. Disponível em: <<http://tab.uol.com.br/assexuais/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

propõe a transversalidade, “o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento” (BRASIL, 1998b, p. 87). Destaco os PCN de LP (1998b) por pressupor ter como interlocutories professories principalmente dessa disciplina. Esse documento não aborda o tema, como já foi comentado. Mas é

[...] estreita [a] relação com os usos efetivos da linguagem socialmente construídos nas múltiplas práticas discursivas. Isso significa que também são conteúdos da área os modos como, por meio da palavra, a sociedade vem construindo suas representações a respeito do mundo (BRASIL, 1998b, p. 40, acréscimo meu).

Como descreve Saleh (2014b, p. 84), “a proposta dos PCN assenta-se na visão de que a linguagem não é neutra e por isso atribui à disciplina de Língua Portuguesa um papel fundamental no desenvolvimento de uma visão crítica das representações sociais”. É interessante observar que o documento diferencia um pouco sexo de gênero, contemplando a abordagem biológica, mas também a psíquica e a sociocultural.

O documento traz a abordagem da orientação sexual e gênero como construção social, (des)construindo os padrões relacionais de gênero, os estereótipos. “As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente [...]” (LOURO, 2007, p. 9). Ilustro as condições que o volume de Orientação Sexual aborda com dois trechos de Levithan (2015, p. 19-77):

Avery do cabelo rosa nasceu um garoto que o resto do mundo via como garota. Conseguimos entender como é isso, ser visto como uma coisa que você não é. Mas, para nós, era mais fácil esconder. Para Avery, havia uma cadeia biológica mais grossa para quebrar. Logo cedo, os pais dele perceberam o que estava errado. A mãe acha que talvez sempre tivesse sabido, e foi por isso que escolheu o nome Avery, o nome do pai dela, que seria dado ao bebê quer fosse menino ou menina. Com a ajuda e a bênção dos pais, embora nem sempre com a compreensão, Avery planejou uma nova vida, dirigiu muitos quilômetros, não para dançar e nem para beber, mas para tomar os hormônios que colocariam seu corpo na direção certa. E funcionou. Olhamos para Avery agora e sabemos que funcionou, e apreciamos a maravilha que é isso. Na nossa época, ele teria ficado preso em um corpo do qual não poderia se livrar em um mundo difícil.

[...]

Ryan pergunta a Avery sobre o cabelo rosa.

– Eu sei, é uma escolha estranha de cor, né? Pra um garoto que nasceu garota e quer ser visto como garoto. Mas pense bem: só mostra o quanto o sexo é arbitrário. Rosa é feminino, mas por quê? Garotas são mais cor-de-rosa do que garotos? Garotos são mais azuis do que garotas? É uma coisa que vivem nos dizendo, principalmente pra que as outras coisas possam ser vendidas pra nós. Meu cabelo pode ser rosa porque

sou garoto. Seu cabelo pode ser azul porque você é garota. Se você se livrar de toda a merda idiota e arbitrária com a qual a sociedade controla a gente, vai se sentir mais livre, e, se você se sentir mais livre, vai se sentir mais feliz.

– Meu cabelo é azul porque gosto de azul – diz Ryan.

– E o meu é rosa porque gosto de rosa. Mas não pretendia dar sermão em você. É que me deixa furioso. Toda a merda idiota e arbitrária.

– Faz você querer detonar o mundo.

– Diariamente.

No primeiro trecho, relata-se como a família de Avery tratou a questão de ter um filho trans, apoiando-o para fazer tratamento hormonal e frisando que esse processo, incluindo a intervenção cirúrgica, não é regra para todas as pessoas trans. Nesse caso, Avery adequou seu corpo ao correspondente ao estereótipo masculino da sociedade por meio de tratamento hormonal, pois havia nascido em um corpo designado feminino. Percebe-se também a (des)construção de gênero da (trans)sexualidade, como o nome “masculino” utilizado para um corpo feminino que se enxerga no masculino – essa transição FtM.

Geralmente, pessoas trans mudam o nome que sua família escolheu em decorrência do sexo, mas também não é regra para ser seguida, como no caso de Avery. Nota-se que o fato de ele se identificar como menino não decorre de questões biológicas, mas sociais, aspecto problematizado nos PCN (1998a), ao ressaltarem que somente características biológicas não significam uma pessoa. Outro tema abordado nos trechos são os papéis de gênero, a desconstrução do que é “de menina” e o que é “de menino”, pois Avery, um menino trans, ter o cabelo cor-de-rosa, essa cor, já discutida neste trabalho, ser voltada ao público feminino, e uma garota ter o cabelo azul tornam essas cores “unissex”, “compartilhadas”.

Pode parecer confuso, mas as (des)construções apresentadas por Levithan (2015) podem ser um aporte ilustrativo para a quebra de estereótipos e tabus que cercam a sociedade, inclusive de pessoas trans.⁶⁹ O documento abarca a questão da homossexualidade, mas não da transexualidade/transgeneridade, a qual só é mencionada. Com este exemplo, abarco essa discussão juntamente com os demais temas propostos.

⁶⁹ Os PCN do volume de *Orientação Sexual* trazem os termos “hermafroditismo” e “transexualismo”. Como já foi mencionado, les educadores devem tomar cuidado para não usar mais o primeiro termo. Quanto à questão de “transexualismo”, tenho a mesma percepção de “homossexualismo”, sendo ainda considerado uma “doença” para a medicina, portanto, defendendo a utilização de transexualidade/transgeneridade, ou apenas trans. O glossário apresentado nas DCE por Silveira (2010a) traz os termos utilizados atualmente como intersexual ou intersex, transexual, transgêneros ou trans e travesti.

2.3.2 Diretrizes Curriculares Estaduais: Gênero e Diversidade Sexual

As DCE de Gênero e Diversidade Sexual (2010) são uma coletânea de textos de diversas autorias. Ainda em versão preliminar, expõem a justificativa do documento a ser trabalhado, como devem ser abordadas a questão de gênero em sala de aula, a homofobia, entre outros temas. O documento trata da (des/re)construção de gênero(s) e (a)sexualidades, buscando (novos) (re)significados. “[...] sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique” (ORLANDI, 1994, p. 53).

Silveira (2010a) apresenta no documento um glossário com 41 termos que esclarecem melhor a respeito das desigualdades de gênero, feminismo e algumas siglas da comunidade, como: assimetrias de gênero, binarismo, heterossexismo, lesbofobia, transfobia, entre outros. Um diferencial se comparado aos PCN (1998a). Porém, les profissionais da educação devem estar atentos a algumas informações desse glossário, pois Silveira (2010a) apresenta apenas três orientações sexuais (homossexual, bissexual e heterossexual), sendo que, em estudos recentes, o leque é mais amplo, como vimos no quadro 2.

Outro ponto desse glossário diz respeito à definição de travesti que a autora propõe: “pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta a seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade” (ibid., p. 14). Essa identidade de gênero se dá apenas com pessoas que foram designadas do sexo masculino ao nascer, portanto, uma pessoa designada do sexo feminino ao nascer que não se identifique como mulher não se enquadra na identidade de gênero travesti. Elu pode ser um homem trans e/ou algum(ns) outro(s) gênero(s) da não-binaridade.

César (2010a) comenta que a escola trabalhou a questão da sexualidade somente pelo ponto de vista heterossexual, deixando a desejar para as demais identidades de gêneros e sexualidades que, quando visibilizadas, despertaram preconceito contra a comunidade ALGBTQI+, entre outras minorias.

Afrodescendentes, indígenas, mulheres, quilombolas, *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, isto é, sujeitos e experiências que não pertenciam ao mundo do conhecimento oficial e escolarizado, através das lutas sociais, fizeram-se presentes e hoje são partes fundamentais da construção de propostas educacionais, currículos, diretrizes, etc. (CÉSAR, 2010a, p. 17)

Esse documento se coloca como “contranarrativas” ou “contradiretrizes” que “representam um texto que se propõe a ser um lugar de questionamento das verdades

estabelecidas e que fazem funcionar as relações desiguais entre os gêneros e os sexos” (ibid., p. 19). A proposta aborda diversos temas a serem discutidos em sala de aula, como a questão de gênero, a homofobia, a educação sexual, a diversidade sexual, entre outros.

Silveira (2010b) discute a questão do gênero, falando de como a sociedade construiu e definiu o que é “para homem” e “para mulher” em argumentos biológicos, sendo cultural essa construção, pois a sociedade estranha pessoas que não seguem esse viés heteronormativo-biológico, mais especificamente pessoas trans e travestis.

Entender que existem corpos marcados por diferenças biológicas, mas que também, são marcados pela socialização. Desde que nascemos somos ensinados a ser meninos ou meninas, conforme a decoração do quarto, as cores das roupas, os brinquedos e as brincadeiras. Tudo isso constitui modos de pensar e de agir correspondente a cada gênero (ibid., p. 20).

Conforme a autora, essa construção de marcar os gêneros de forma binária, seja através dos papéis sociais ou da utilização de objetos, precisa ser revista, pois um menino brincar de boneca não o “tornará” homossexual, como a cultura machista afirma, da mesma forma que uma menina brincar de carrinho não “despertará o desejo” de ela ser homem. As crianças, muitas vezes, vão para a escola com esses discursos formados sobre a construção de gênero do ponto de vista heteronormativo, portanto, les profissionais da educação devem ficar atentos e “neutralizar” brincadeiras sem ficar afirmando que “menino brinca disso” e “menina brinca daquilo”.

[...] é importante estar atento e considerar o modo como o conceito de gênero foi se constituindo e quais são suas bases teóricas e suas dimensões conceituais para que a prática pedagógica possa se efetivar longe da construção de estigmas, estereótipos e preconceitos. Desnaturalizar hierarquias de poder baseadas nas diferenças de sexo tem sido um recurso utilizado para romper com argumentos pautadas na biologia que desqualificam as mulheres, corporal, intelectual e moralmente e qualificam um sujeito homem a partir de uma masculinidade hegemônica desconsiderando todas as perspectivas de respeito às diferenças (SILVEIRA, 2010b, p. 23).

A forma de observar a mulher como um ser frágil e o homem como detentor da força gerará preconceito e discursos machistas quando a situação se inverte, mais ainda para o homem se ele demonstrar sensibilidade.

Nessa mesma linha de raciocínio, César (2010b, p. 35) afirma:

Nessa perspectiva, trabalhar as relações de gênero significa apenas e tão somente demonstrar que meninos podem ser também meigos e sensíveis sem que isso possa ‘ferir’ sua masculinidade, e que meninas podem ser agressivas e objetivas, além de gostarem de futebol, sem que essas características firam sua feminilidade.

A autora fala em “ferir” a masculinidade e a feminilidade. Essa questão remete ao fato de que homens não “se tornarão” gays ou mulheres por serem sensíveis e mulheres não “se tornarão” lésbicas ou homens por praticarem esportes que são considerados masculinos. Desconstruir os discursos machistas, misóginos, homofóbicos e transfóbicos ajudará as próximas gerações a terem empatia com a diversidade sexual e de gênero. Um exemplo é a forma “natural” como pessoas machistas culpabilizam mulheres agredidas quando estas usam roupas curtas, como se isso indicasse que são promíscuas, “fáceis”, e não que o homem foi o agressor. Israel (2015, p. 76-77) discute em seu trabalho a pornografia de vingança ou de revanche:

Esta violência se caracteriza pela exposição de mulheres através de fotos ou filmes produzidos em contexto de intimidade entre a mulher e o parceiro, e este material é exposto na internet pelo homem quando há um conflito, principalmente provocado pelo término de um relacionamento. [...] Este tipo de violência se caracteriza por uma agressão que vai além da exposição do corpo da mulher, engloba a vida profissional e pessoal.

Ter sua vida íntima exposta em redes sociais sem consentimento, principalmente para as mulheres, é algo violento. O discurso que as silencia é: “Por que você tirou fotos desse tipo? Agora, aguente!”, “Putal!”. As fotos, porém, diziam respeito a ela e ao seu parceiro. O culpado por expor a mulher, por outro lado, é “defendido” por pessoas machistas com os seguintes discursos: “Bem que fez, ela merece! Vadia!”, “Essa piranha teve o que mereceu!”. Isso também pode ter uma relação com os discursos que colocam que a mulher é frágil, que precisa de alguém para defendê-la. Denunciar o ex-parceiro parece ser errado, levando-se em conta esses discursos. Portanto, como afirma a autora, é preciso promover a equidade de gêneros e sexualidades no cotidiano escolar quando surgirem provocações como essa.

Ferrari (2010) analisa a “homofobia na escola” e a questão da linguagem utilizada para se referir a pessoas não-heterossexuais, mais especificamente a gays e lésbicas.

[...] quando um menino chama outro de “viadinho” em sala de aula, mais do que ferir, essa utilização da linguagem está constituindo sujeitos, está definindo fronteiras, estabelecendo distâncias entre “nós” e “eles” está servindo para construir tanto as homossexualidades quanto as heterossexualidades (FERRARI, 2010, p. 42).

Utilizar esse tipo de linguagem para menosprezar pessoas não-heterossexuais oprime e faz pensar que essas outras sexualidades são erradas, que a correta e única é apenas a heterossexual, colocando-a numa situação hierárquica. Em suas “comunidades” (cf. Bauman, 2005), algumas pessoas gays e lésbicas não se sentem ofendidas quando são chamadas de “viado”, “sapatão”, e até mesmo entre os gays pronomes femininos são utilizados nas conversas. Porém, isso não é regra para gays e lésbicas se referirem/serem assim.

“Viado”, “sapatão”, ou qualquer outro nome que sirva para agredir tem uma história, assim como a homossexualidade. Uma história que revela a constituição de um nome e de seu significado. No entanto, é importante entender esse processo como construção, o que significa que não são dados, mas que estão organizados numa onda de desconstrução e reconstrução e que abre caminhos para um fazer diferente, na medida em que problematizamos essas formas de ser e de se constituir (FERRARI, 2010, p. 53).

Pessoas homofóbicas, ao se referirem aos gays, utilizam pronomes femininos, marcam em substantivos e adjetivos o gênero feminino como *ofensa*. Além de ser uma atitude homofóbica, faz pensar que uma pessoa ser tratada no feminino, com tom de menosprezo, é errado/feio. “O menino é ensinado desde cedo a se afastar e mesmo ignorar o que é entendido como feminino” (FERRARI, 2010, p. 51). O discurso machista, mais uma vez, impera na sociedade com palavras corriqueiras do cotidiano, como: “isso é coisa de mulherzinha”, “você é mesmo homem?”, entre outros. A heterossexualidade do homem precisa ser marcada/provada, nesses casos, com opressão ao gênero feminino, não abrindo espaço para se pensar em várias formas das masculinidades.

Maio (2010, p. 56) trata das questões de gênero e comenta que “A escola acaba disciplinando e escolarizando corpos”. Tratar os corpos apenas pelo viés biológico cis-heteronormativo, como já foi comentado mais acima, não abarca todas as questões de gêneros e sexualidades. Assim como os PCN (1998a) comentam essa questão, é importante problematizar corpos cis e não deixar que corpos trans sejam tabus (lê-se “errados”). É importante que essa forma de problematizar corpos e ter uma discussão mais profunda, segundo a autora, seja tratada em cursos de formação continuada para professorias e funcionárias.

A escola pode deixar de ser um espaço de opressão e repressão na questão da sexualidade, para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para

todas as pessoas. E, hoje, não é mais possível que as questões relativas à sexualidade passem despercebidas ou que sejam tratadas com deboche ou indignação moral (MAIO, 2010, p. 60).

A formação continuada para professorias e funcionárias sobre questões de gêneros e sexualidades é importante para discutir quando alunes chamam a colega travesti de “traveco”, desrespeitam seu nome social e o pronome por qual quer ser tratada. Essa questão, inclusive, pode abarcar a escola, vendo quantes colegas trans e travestis passaram pela instituição, até mesmo na formação des professorias e funcionárias em cursos de capacitação. Essa formação também é importante para não ferir pessoas que são heterossexuais, mas que são filhas de casais homoafetivos, como ocorreu em março de 2015 em São Paulo, quando o filho de pais homossexuais foi espancado e morto. A orientação sexual do adolescente não foi noticiada, então, presume-se que era heterossexual.⁷⁰

Santos et al. (2010, p. 65) apresentam algumas perspectivas e possibilidades para se discutir gêneros e sexualidades em sala de aula:

[...] uma abordagem provocativa pressupõe a articulação de múltiplas linguagens tais como a utilização de imagens, filmes, dramatização, as performances de gênero, com vistas a problematizar os esquemas binários historicamente construídos e reiterados pela educação.

Além de propor aulas mais dinâmicas com as múltiplas linguagens, dá visibilidade para o rompimento do binarismo, desconstruções de estereótipos femininos e masculinos. Algumas dessas linguagens múltiplas que poderiam ser levadas para a sala de aula, objetivando a desconstrução da ligação com performances de gênero, seria(m) algum(ns) episódio(s) de *RuPaul's Drag Race*, um reality show americano em que várias *drags*⁷¹ competem pelo título de próxima estrela *drag* da América.

Uma construção sobre *drag queens* é que os homens são gays, mas ser *drag queen* não está ligado a gênero e sexualidade. Algumas personagens desse *reality show* merecem

⁷⁰ PRAGMATISMO POLÍTICO. **Filho de pais gays morre após ser espancado.** Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/filho-de-pais-gays-morre-apos-ser-espancado.html>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

⁷¹ *Drag queen* é uma artista cênica que utiliza alegorias exageradas de um gênero oposto ao qual ela se identifica, sendo esta persona apenas assumida quando em apresentações, não utilizada no cotidiano. “Ser *drag* associa-se ao trabalho artístico, pois há a elaboração de uma personagem. A elaboração caricata e luxuosa de um corpo feminino é expressa através de artes performáticas como a dança, a dublagem e a encenação de pequenas peças” (CHIDIAC & OLTRAMARI, 2004, p. 471).

destaque para mostrar a desconstrução disso: Tyra Sanchez, interpretada por James William Ross IV,⁷² vencedora da segunda temporada em 2010, é cis e heterossexual. Por causa da fama conquistada depois do *reality show*, produtorias se interessaram em fazer um documentário sobre sua personagem e a visão que o filho do ator, Jeremiah, tem sobre isso.⁷³ Outra *drag queen*, Carmen Carrera, participante da terceira temporada, em 2011, é também uma mulher trans. Após sair do programa, iniciou a transição MtF e seu nome social é o mesmo que o artístico.

Não é minha intenção, nem a do documento oficial do Paraná, mostrar de que forma o conceito de *drag queen* pode ser trabalhado, são apenas ilustrações que podem ajudar no processo de desconstrução de gêneros e sexualidades. “Refletir, repensar e transformar as práticas educativas com as quais fomos socializadas/os na nossa história escolar pode provocar olhares críticos sobre nossas próprias práticas educativas” (SANTOS et al., 2010, p. 69). Ou seja, ao olhar como foram discutidas as questões de gêneros e sexualidades em épocas passadas, percebe-se o viés cis-heteronormativo-biológico e sua reprodução sobre isso. A desconstrução desse viés, com o qual se ensinaram gêneros e sexualidades, é um processo lento, mas é preciso valorizar a visibilidade que pessoas não-cis e/ou não-heterossexuais vêm ganhando.

No próximo capítulo, discuto as contribuições da Análise do Discurso para o embasamento teórico deste trabalho, juntamente com a questão identitária do sujeito.

⁷² Revelar o nome verdadeiro de artistas *drags* não é errado, como revelar o nome civil de pessoas trans e travestis. Isso é desrespeitoso e transfóbico.

⁷³ O documentário chama-se *Drag Dad: a documentary about Tyra Sanchez and her son Jeremiah*. O *teaser* foi postado no YouTube em 19 de julho de 2012. Disponível em: <<https://youtu.be/4xAgk8hRdF0>>. Acesso em: 16 fev. 2016. No final do *teaser*, pede-se ajuda para financiar o documentário. Desde então, no canal criado, em que foi postado o *teaser*, não foi encontrado mais nenhuma informação. Pressupõe-se que a produção do documentário foi cancelada.

3 AS QUESTÕES TEÓRICAS ACERCA DA ANÁLISE DO DISCURSO E DO SUJEITO

Não escolhemos nossa identidade, mas fomos escolhidos para morrer por meio dela. Por motivos idiotas e arbitrários incutidos por pessoas que se recusavam a ver o quanto eram arbitrários. Acreditamos na ética da reciprocidade, mas também acreditamos que as pessoas não são capazes de viver à altura dela de tempos em tempos. Porque elas são vítimas das diferenças. Porque algumas pessoas usam o que é arbitrário de forma deliberada, para manter o próprio poder.

(*Dois garotos se beijando* – David Levithan)

Antes de iniciar este capítulo, que traz conceitos da Análise do Discurso (doravante AD), é necessário situar essa corrente filosófico-linguística, já que adoto a perspectiva de autorias da AD francesa (cf. Courtine, 2014; Pêcheux, 1993, 1995, 2006, 2012; Charaudeau & Maingueneau, 2014) e suas seguidorias brasileiras (cf. Brandão, 1998, 2004, 2013; Mariani, 1988, 1996, 1998; Orlandi, 1984, 1993, 1994, 1996a, 1996b, 2012, 2013, entre outras), que seguem uma linha especialmente pêcheuxtiana.

Nos anos 1960 houve uma série de greves, protestos, revoltas e manifestações. Alguns países, em destaque a França, desviaram-se para a esquerda. Nessa mesma década, surgiu o feminismo e movimentos civis positivos à comunidade negra e à ALGBTQI+. Nessa mesma época questões voltadas à língua(gem) também estavam em discussão, como aponta Berti-Santos (2013, p. 210):

Do século XIX até o final da década de 1950, são realizados muitos estudos sobre *langue*, *parole*, competência, variação etc. A partir daí, são introduzidos estudos enunciativos, pragmáticos, discursivos e textuais com vistas a analisar os diferentes usos linguísticos e seus aspectos teóricos.

Através desses manifestos, em 13 de maio de 1968 um movimento foi organizado pela União Nacional dos Estudantes – UNE – e pelo Sindicato de Docentes do Ensino Superior, que tiveram também apoio dos trabalhadores, a respeito das práticas políticas de resistência de ascensão no contexto político, segundo Zandwais (2011).

É nesse contexto sócio-histórico que entra Michel Pêcheux. Com sua disciplina, a AD, “enquanto uma área de conhecimento híbrida, cujos objetos remetem à articulação entre

saberes dos campos da Ciência da Linguagem, da Sociologia, da Psicologia Social e da História, emerge no cenário francês no final dos anos 60 [...]” (ZANDWAIS, 2011, p. 48). Essa disciplina, para Pêcheux, conduz proposições e incitações para os domínios da história, ciências sociais e políticas, inserindo pressupostos do materialismo histórico e dialético, para redefinir os princípios que orientariam os estudos da linguagem, que surgem no contexto acadêmico de forma paradoxal devido à resistência da academia em relação à produção de saberes e de práticas conservadoras (cf. Zandwais, 2011).

Segundo Oliveira (2013, p. 10), “discurso é, antes de tudo, um fenômeno político”. Com isso, neste capítulo, irei traçar alguns caminhos de autories de linha francesa, conforme exposto mais acima, suas contribuições, referindo-me também a outres autories no Brasil que seguem a mesma linha de pensamento.

3.1 O que é AD?

Como já foi mencionado, a AD surgiu na França em meados de 1960. Ela é diferente análise de conteúdo, “que concebe o texto como projeção extradiscursiva, sem preocupações referentes às articulações linguísticas e textuais, [...] trabalhando com a ideia de o discurso ser entendido como seu objeto próprio” (BERTI-SANTOS, 2013, p. 210). Com isso, a AD cogita “o modo de funcionamento linguístico-textual dos discursos, as diferentes modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção” (BRANDÃO, 1998, p. 19).

Para Mariani (1996), a AD tem um caráter eminentemente político, visto que analisa práticas discursivas de teor político-ideológico e sua influência na sociedade, ou seja, é impossível que se analise um discurso sem que sejam observadas as nuances políticas nele presentes. Portanto, pode-se dizer que política e discurso são indissociáveis. “Quando falamos em discurso, portanto, estamo-nos reportando a um dos aspectos materiais da ideologia, ou seja, no discurso se dá o encontro entre língua e ideologia” (ibid., p. 26).

Para a AD, do ponto de vista filosófico, “a linguagem não é transparente, mas opaca” (MARIANI, 1996, p. 29), ou seja, é possível “enxergar” a(s) palavra(s), mas não necessariamente da forma que le locutore deseja que ela seja interpretada.

Orlandi (2013, p. 17, ênfase minha) afirma que a análise de conteúdo procura responder à questão “o *que* este texto quer dizer?”, diferente da AD, para a qual a questão colocada é: “*como* este texto significa”?

Há aí um deslocamento, já prenunciado pelos formalistas russos, onde a questão a ser respondida não é o “o quê”, mas o “como”. Para responder, ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade (ibid., p. 18).

Orlandi (2013) trata da noção de discurso distanciando esse conceito do modo que se compreende o que é mensagem, que é constituído por: emissor, receptor, código, referente e mensagem. Para a AD:

[...] não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não separados de forma estanque. [...] A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: *o discurso é feito de sentidos entre locutores* (ibid., p. 21, ênfase minha).

Assim, a autora apresenta o trabalho da língua não como um sistema, mas com a significação, com suas produções de sentidos. Segundo Brandão (2004, p. 33), é “um conjunto de enunciados que se (sic) remetem a uma mesma formação discursiva [...]”. Orlandi (2013) fala da ideia de percurso, de movimento, ou seja, que o discurso é sempre aberto, livre para várias interpretações. Não se fica preso a regras gramaticais, sintáticas, mas sim à mediação entre o falante e sua realidade social. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ibid., p. 15).

Para Charaudeau & Maingueneau (2014, p. 168, ênfase dos autores), o discurso “já estava em uso na filosofia clássica, na qual, ao conhecimento *discursivo*, por encadeamento de razões, opunha-se o conhecimento *intuitivo*”. Para fazer uma delimitação melhor, já que este termo é utilizado em inúmeras circunstâncias e com significados diferentes, detenho-me à linguística e definirei o termo em quatro oposições consideradas clássicas: discurso e frase; discurso e língua; discurso e texto e discurso e enunciado, conforme os autores.

A partir da primeira oposição, é possível dizer que “o discurso é uma unidade linguística constituída por uma sucessão de frases” (ibid.). A segunda oposição afirma que “A *língua* definida como sistema de valores virtuais opõe-se ao discurso, ao uso da língua em um contexto particular, que filtra esses valores e pode suscitar-lhes novos” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 168, ênfase dos autores). Essa oposição aproxima-se daquela que Saussure (1975) propôs para língua e fala.⁷⁴ Com referência à terceira oposição, discurso/texto, cabe dizer que “o discurso é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto” (ADAM, 1999, p. 39, citado por CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 169). A respeito da última oposição, Guespin (1971, citade por CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 169) elucida: “Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação ‘em língua’ faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso”.

O discurso, para Charaudeau & Maingueneau (2014, p. 169, grifo meu), possui quatro “agrupamentos”: através de **um posicionamento em um campo discursivo** (o discurso comunista, o discurso surrealista etc.); de **um tipo de discurso** (o discurso jornalístico, o discurso des professories em sala de aula etc.); de **uma função da linguagem** (o discurso polêmico, o discurso prescritivo etc.); e **das produções verbais específicas de uma categoria de locutories** (o discurso des médiques, o discurso de mães e pais etc.).

Mariani (1988, p. 52) afirma que “O discurso [...] é tanto uma construção do analista como uma construção em si, ou seja, fruto de uma prática discursiva intersubjetiva, mediada pela inscrição em suas condições de produção”. Sobre as condições de produção (doravante CP), Courtine (2014, p. 49, ênfase do autor), com base em Haroche, Henry & Pêcheux (1971), comenta que estas são divididas em dois conjuntos: as *definições empíricas*, conjunto “no qual as CP do discurso tendem a se confundir com a definição de uma situação de enunciação [...]”; e as *definições teóricas*, que são opostas às empíricas, que aparecem “desde 1971 em AD como termo de *formação discursiva*”.

Pêcheux (1995, p. 160, ênfase do autor) apresenta o conceito de formação ideológica (doravante FI):

⁷⁴ Na concepção de Saussure (1975, p. 15), a linguagem deve ser observada como um objeto duplo, visto que “o fenômeno linguístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra”. Dessa forma, a linguagem assume um lado social, ou seja, a *língua* (*langue*), e um lado individual, a *fala* (*parole*), segundo M. Costa (2009).

[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem.

Uma FI compõe um “conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se reportam mais ou menos às posições [de classe] em conflito umas com as outras” (HAROCHE; HENRY & PÊCHEUX, 1971, 102, acréscimo meu). Em determinado contexto, uma FI pode ser constituída por apenas um discurso ou pela junção de várias formações discursivas (doravante FD) diferentes, ou seja, “aquilo que se pode e deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma conferência, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (ibid.).

O conceito de FD, forjado preliminarmente por Michel Foucault,⁷⁵ é situado por Pêcheux (1993 [1983], p. 314) na segunda época da análise do discurso – AD-2: “[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”. Na visão de Mussalim (2001, p. 119):

Nesta segunda fase da AD, portanto, o objeto de análise passará a ser as relações entre as “máquinas” discursivas. Vale ressaltar, no entanto, que o fechamento da maquinaria ainda é conservado, pois a presença do outro (outra FD) sempre é concebida a partir do interior da FD em questão.

Para Charaudeau & Maingueneau (2014, p. 241), o termo permite “designar todo um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa”. Para Brandão (2004, p. 33), que também se refere à contribuição de Foucault, o conceito de FD é visto “na descrição dos enunciados que a compõem”, levando a várias interpretações.

É na FD que se dá a interpelação do indivíduo em sujeito. O efeito ideológico que resulta do processo de constituição do sujeito está na ilusão que este carrega de que é livre e de que pode entre outras coisas, dominar a linguagem. No entanto, o sujeito é assujeitado pelo discurso: retoma os sentidos pré-existentes e é conduzido a tomar um lugar social possível que ele mesmo se institui ao falar (MARIANI, 1988, p. 48).

⁷⁵ “Chamar-se-á ‘discurso’ um conjunto de enunciados na medida em que se inscrevem na mesma FD” (FOUCAULT, 2005, p. 153).

Charaudeau & Maingueneau (2014, p. 172) afirmam que “o discurso é assumido em um interdiscurso”. O sentido de um discurso se dá somente quando este se insere entre outros discursos, isto é, com os quais entra em relação e concorda ou discorda, compondo uma rede de discursos que, em conjunto e conectados por semelhança ou diferença, dão-se sentidos mutuamente. Pêcheux (1993 [1983], p. 314) na AD-2 elaborou a noção de interdiscurso, introduzida para designar “o exterior específico” de uma FD, “‘o todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

Cada gênero de discurso tem características próprias de interdiscurso, ou seja, um discurso conversa e produz sentido(s) mais facilmente quando colocado lado a lado com outros do mesmo gênero ou reproduzindo e reinterpretando um discurso com finalidade semelhante, conforme Charaudeau & Maingueneau (2014). Sobre o interdiscurso, os autores sustentam que “Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso” (ibid., p. 286).

Segundo Charaudeau (1993d), citado por Charaudeau & Maingueneau (2008), interdiscurso é um diálogo implícito e, muitas vezes, indireto entre discursos, isto é, apesar de terem um teor ou uma destinatária semelhantes e embasados na mesma ideologia ou ideologia semelhantes, não se percebe claramente com qual discurso há conexão e nem como são conectados.

Mariani (1996, p. 47, acréscimo meu) comenta o interdiscurso e faz apontamentos de como o analista de discurso pode trabalhar com esse aspecto:

No interdiscurso, memória e esquecimento estão congregados. O analista de discurso precisa trabalhar, então, com a presença do interdiscurso no intradiscurso, ie [isto é], fazer a análise dessa memória (na relação com o esquecimento) presente nas constelações de enunciados que, movimentando-se entre as FDs e, assim, reconfigurando suas fronteiras, constituem os monumentos textuais das formações e ordens sociais em seus diversos tempos históricos.

O discurso só pode ser abordado levando-se em conta o contexto social de sua produção:

A Análise do Discurso considera como parte constitutiva do sentido o contexto histórico-social. [...] O contexto histórico-social, então, o contexto de enunciação, constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado (MUSSALIM, 2004, p. 123).

Logo, a partir da consideração do contexto histórico-social, se conhece melhor o sujeito e, portanto, sua(s) identidade(s). Esta é caracterizada pela formação social. Ninguém é exclusiva, recria-se alguma coisa sempre, seja o modo de vestir ou de falar. Orlandi (2005, p. 50) denomina esse fenômeno de assujeitamento, ou seja, “é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso”, pois é livre com as escolhas, mas está sempre “manipulado” através dos discursos pelos meios de comunicação, como a TV e a internet, grupos sociais religiosos, discursos do cotidiano etc.

É já conhecido, na análise de discurso, que há interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. É assim que se considera que o sujeito se constitui em sujeito por ser afetado pelo simbólico. Daí seu assujeitamento, ou seja, para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele se submeta à língua (ORLANDI, 1999, p. 60).

Assim, de uma maneira resumida e breve, entender o que é AD é pensar, segundo Berti-Santos (2013, p. 209), o discurso “como um efeito de sentidos dentro da relação entre linguagem e ideologia”. É o que Pêcheux (1975), de acordo com Orlandi (2013, p. 17), afirma: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. É desse modo que a AD vê a língua: como produtora de sentidos (cf. Orlandi, 2013).

Para Orlandi (2013, p. 45), a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”, dado que o ser humano é levado a interpretar qualquer objeto simbólico, a fim de “esclarecer” o sentido das palavras e das coisas. “Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições de existência” (ibid., p. 46).

O sentido de uma palavra apaga seu caráter material, faz com que ela seja percebida como algo que remete a diferentes discursos. “As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações” (ORLANDI, 2013, p. 46), sendo esse o efeito do interdiscurso (memória).

Entendemos por memória social [...] um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Isto não quer dizer, porém, que o sentido predominante apague (anule) os demais ou que ele(s), todo(s) não possa(m)

vir a se modificar. Muitas vezes os sentidos ‘esquecidos’ funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico (MARIANI, 1996, p. 38).

Orlandi (2013) afirma que a língua faz sentido a partir da relação do enunciado com a história, com o contexto sociocultural e pelo uso do significante em si. A interpretação não é apenas a decodificação de signos e apreensão do sentido, mas é dependente da formação social. É garantida pela memória, seja ela institucionalizada, isto é, aquela que depende do sujeito e do grupo social ao qual este pertence, ou constitutiva, isto é, dependente do sentido por si mesmo. “A memória – o interdiscurso, como definimos na análise de discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 1999, p. 64). A interpretação se dá entre a memória institucional e o interdiscurso, podendo estabilizar, deslocar e determinar sentidos, sendo que estes não se tornam imóveis ao serem determinados.

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. [...] Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2013, p. 48-49).

Para Marx, segundo Brandão (2004), o termo “ideologia” possui uma carga semântica negativa. “Marx e Engels identificam ‘ideologia’ com a separação que se faz entre a produção das ideias e as condições sociais e históricas em que são produzidas” (ibid., p. 19-20). Na concepção de Konder (2002, p. 40), a ideologia para Marx “era a expressão da incapacidade de cotejar as ideias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade. E se dava conta de que essa incapacidade também precisava ser compreendida historicamente”.

De uma forma geral, Marx e Engels discutem a questão da ideologia sob o viés das ideias da classe dominante, em que o ser humano, segundo Brandão (2004), é levado a pensar, ter uma visão ilusória acerca da realidade

[...] como um sistema lógico e coerente de representações [...] e de normas ou regras [...] que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e

como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUI, 1980, p. 113).⁷⁶

Segundo Pêcheux (1995), o sujeito apenas identifica quem é enquanto pessoa quando localiza a posição em que se encontra diante da sociedade, isto é, ele faz um processo subconsciente de compilação de diferentes discursos, interpretando-os, aceitando ou refutando seu conteúdo e, assim, integrando-os a seu ser, isto é, sendo assujeitado pelos diferentes discursos. No entanto, conforme constrói sua identidade e o seu entendimento desta, apaga da memória o reconhecimento de quais discursos o levaram a assumir uma posição enquanto sujeito.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1995, p. 160, ênfase do autor).

Brandão (2004, p. 24) tece comentários a respeito do conceito de ideologia na visão de Althusser. “Sua ‘ideologia em geral’ seria, no fundo, a ‘abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia’ [...]”. A partir daí, conforme a autora, Althusser formula três hipóteses: a primeira diz respeito ao ser humano que cria representações simbólicas da sua relação com o mundo que o cerca, isto é, há um imaginário que depende da forma como o homem reage às condições da vida real. Dado que estas relações são uma representação abstrata, pode-se supor que haja um distanciamento da realidade.

A ideologia representa as relações vividas, isto é, faz-se necessário que o indivíduo participe de práticas em ideologias concretas, ou seja, a ideologia orienta as ações do sujeito.

⁷⁶ Esse **posicionamento** ideológico pode ser percebido acerca do que discuto sobre a corporalidade, visto no capítulo anterior. A sociedade, de uma forma geral, “classifica” homens e mulheres por seu órgão genital. Pressupõe-se que, ao nascer com um pênis, é homem, e ao nascer com uma vulva, é mulher. Isso, para a comunidade médica e alguns membros da sociedade de maneira geral, ainda é visto como norma/regra, tendo em vista a cirurgia de redesignação sexual pelo SUS para pessoas trans. Nascidas e classificadas dessa forma, essas pessoas são levadas a pensar e a se interessar apenas por pessoas do sexo oposto a fim de valorizar a defesa da família, da procriação da raça humana. “Essa manobra camufladora vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de ‘lacunas’, ‘silêncios’, ‘brancos’ que preservem a coerência do seu sistema” (BRANDÃO, 2004, p. 22). E, assim, tem-se a **ideologia heteronormativa**.

Althusser conclui que a prática se dá em uma e através de uma ideologia. Esta é a segunda hipótese de Althusser, aos olhos de Brandão (2004).

E, por fim, a ideologia transforma indivíduos em sujeitos, sendo necessário para isso o autorreconhecimento. A ideologia deve se aplicar aos rituais da vida cotidiana. O sujeito se reconhece no momento em que insere a si e a suas ações numa determinada ideologia. Assim, a ideologia se dá no sujeito e através do sujeito.

Como todas as evidências, incluídas as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa”, ou “tenha uma significação” (logo, incluídas as evidências da “transparência” da linguagem), essa evidência de que você e eu somos sujeitos – e que isso não é um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 2001, p. 30).

Para Ricoeur, na interpretação de Brandão (2004), o conceito de ideologia é marcado pelo marxismo.

A ideologia, então, é um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, ie [isto é], natural para ele enunciar daquele lugar. O sujeito se imagina uno, fonte do dizer e senhor de sua língua; do mesmo modo, parece-lhe normal ocupar a posição social em que se encontra. O funcionamento ideológico provoca as ilusões descritas: apaga-se para o sujeito o fato de ele entrar nessas práticas histórico-discursivas já existentes (MARIANI, 1996, p. 26-27, acréscimo meu).

A ideologia afirma para o sujeito que há uma corrente, um grupo de pessoas que concordam com elu, ou seja, a ideologia fortalece e dá veracidade ao discurso individual. Os discursos expressos não são novidade, eles já foram (re)produzidos antes. “O interdiscurso refere-se ao já-dito, o que regula os deslocamentos das fronteiras das FDs, possibilitando apagamentos, esquecimentos, paráfrases, lembranças, degenerações, deturpações dos elementos que o possibilitam” (BERTI-SANTOS, 2013, p. 221-222). Na visão de Pêcheux (1999, p. 50):

[...] aquilo que, face um texto que surge como acontecimento a ser lido vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

A memória tem relação com o discurso, e é nessa relação que se tem o interdiscurso, que é

[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2013, p. 31).

Uma “memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 58). Isso significa que eu, ao dizer algo, estarei repetindo em alguma medida algo já dito anteriormente por outra(s) pessoa(s).

A memória discursiva pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização [...], na história de uma formação ou grupo social. O ‘recordar’ possibilitado pela memória também se concretiza no movimento o presente em direção ao devir, engendrando assim uma espécie de ‘memória do futuro’ tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias (MARIANI, 1996, p. 42).

No que eu falo há influências de que eu não me dou conta, dado que esse fato não é apenas no sentido da memória biológica/neurológica, mas da impossibilidade constitutiva de o sujeito reconhecer essa influência, de saber exatamente quem o falou e, muitas vezes, penso que meu discurso é “original”. Segundo Soares (2014, p. 127), “A memória discursiva é constituída pelo esquecimento. Esquecemos quando os sentidos se constituíram em nós, mas eles nos aparecem como evidentes, como um sempre ‘já-lá’”.

Pêcheux (1995, p. 163) comenta que o sujeito do discurso se institui “pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”. Isso ocorre devido à “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso [...] pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (ibid.), pois o sujeito se sustenta por conceitos ideológicos que lhe antecedem, ou seja, por pré-construídos.⁷⁷

O sujeito do discurso não é aquele incapaz de operar mudanças no sistema de signos, mas sim aquele que, ao produzir um enunciado, está produzindo linguagem e

⁷⁷ “O pré-construído corresponde ao ‘sempre-já ali’ da interpretação ideológica que fornece-impõe a realidade de seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (‘o mundo das coisas’), enquanto a articulação constitui o sujeito na sua relação com o sentido, de sorte que ela representa no interdiscurso o que determina a dominação da forma sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 92).

ao mesmo tempo é reproduzido nela, embora se tenha a ilusão de que o sujeito é fonte exclusiva de seu discurso. A AD esclarece que seu assujeitamento, isto é, os enunciados que compõem seu discurso, está inserido em determinadas formações ideológicas e instituições da qual ele é apenas porta-voz (SOARES, 2006, p. 31).

Para ilustrar, pode-se perceber quando alguém pergunta para um casal homoafetivo “quem é o ‘homem’ da relação?”. Se num casal lésbico uma delas possui traços considerados masculinos, utiliza roupas estereotipicamente masculinas e a outra é vista como uma mulher/moça delicada, a pessoa que fez essa pergunta irá pensar que a primeira mulher/moça é o “homem” e a outra, a “mulher”, devido aos traços “delicados” que ela manifesta. O mesmo pode se aplicar a um casal gay, se o primeiro homem/rapaz apresenta voz fina, utiliza roupas curtas, traços considerados afeminados, e o segundo possui voz grave, não utiliza as mesmas roupas que o parceiro usa e a sua apresentação/forma de agir é considerada “natural”, ou seja, não é afeminado. O sujeito do discurso, através dos seus pré-construídos e com relação a suas subjetividades, “classifica” o primeiro homem/rapaz como “mulher” por causa da sua apresentação e, em decorrência do machismo, este é visto como passivo na relação sexual. Essa classificação é natural, óbvia para o sujeito.

O entendimento de que se trata de um silenciamento vem dos estudos a respeito das formas de silêncio. Orlandi (1993, p. 11) afirma que “há um modo de estar no sentido [...]. As próprias palavras transpiram silêncio”. Isso quer dizer que o silêncio não fala: significa. Porém, esse silêncio se diferencia da instância do implícito, concepção de Ducrot (1987, citado por Orlandi, 1993). Diferentemente da significação implícita que “aparece – e algumas vezes se dá – como sobreposta a uma outra significação [...] o sentido do silêncio não é algo juntado, sobreposto pela intenção do interlocutor: há um sentido no silêncio” (ORLANDI, 1993, p. 12). Ou seja, através dessa concepção, Orlandi (1993) defende que é preciso evitar que se presuma o silêncio de forma a atribuir-lhe um sentido metafórico em relação ao dizer. Segundo Mello (2008, p. 2589), “a palavra é um meio privilegiado para (se) conhecer e (se) fazer conhecer. E o silêncio pode parecer vir na contramão desse mundo discursivo”. Porém, através dessa abordagem, Orlandi (1993) nota de que maneira o ato de silenciamento se forma em uma política de sentido.

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante. [...] o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio (ORLANDI, 1993, p. 23).

A autora, em seu trabalho, estabelece diferença entre o silêncio fundador, no qual “Muitos acreditam, ainda hoje, isto é, que ‘*no princípio era o verbo*’. Mas na verdade, o verbo só se instaurou depois do silêncio, para rompê-lo. No início era o silêncio. Depois se fez a linguagem” (MELLO, 2008, p. 2589, ênfase do autor) e o silenciamento ou política do silêncio.

O silêncio fundador, na concepção de Orlandi (1993), não se refere à carência de sons e/ou palavras. Nas palavras da autora, este é o “princípio de toda significação”. Tal silêncio tem a ver com o “‘lugar’ que permite à linguagem significar” (ibid., p. 70). Como esse silêncio não diz respeito à falta de sons, palavras, ele é tomado como sentido, como história.

Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que esta relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando (ORLANDI, 1993, p. 71).

A política do silêncio ou silenciamento “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1993, p. 75). Este último subdivide-se em dois: o primeiro como constitutivo, ou seja, “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído” (ibid., p. 76); e o segundo, denominado silêncio local, o que é proibido dizer. “Trata-se da produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunscrita em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (ORLANDI, 1993, p. 76-77).

Um exemplo do primeiro é o episódio em que o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) se retirou do seu assento de um avião da TAM porque quem sentaria ao seu lado era o deputado federal Jair Bolsonaro, do Partido Progressista do Rio de Janeiro (PP-RJ). Este gravou em vídeo o momento em que o deputado do PSOL se levantou e afirmou na gravação que foi vítima de “heterofobia”. Na afirmação de Bolsonaro, nota-se um ocultamento à “homosbóbitransfobia”, por causa da qual pessoas da comunidade ALGBTQI+ são agredidas diariamente, e fala-se em “heterofobia”, uma possível “aversão” aos heterossexuais,

tendo em vista que não se sabia, até essa determinada situação, que heterossexuais sofriam discriminação em razão de sua orientação sexual.⁷⁸

Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer (ORLANDI, 1993, p. 76).

Ou seja, quando o deputado Bolsonaro (PP-RJ) afirma ter sido vítima de “heterofobia” pelo fato de Wyllys (PSOL-RJ) ter se levantado, não o fez somente devido a isso, e sim porque o primeiro sabe que o deputado do PSOL é homossexual assumido. “É neste nível que percebemos de que forma há coisas que são ditas para que outras não sejam mencionadas” (MENDONÇA, 2001, p. 70). A respeito do silêncio local, no decorrer do seu trabalho, Orlandi (1993) mostra uma censura na sociedade durante o período da ditadura militar brasileira.

[...] quando falamos em censura (silêncio local), não se trata do dizível sócio-historicamente determinado (o interdiscurso, a memória do dizer) mas do dizível produzido pela intervenção de relações de força nas circunstâncias de enunciação: não se pode dizer aquilo que (se poderia dizer mas) foi proibido (ORLANDI, 1993, p. 108).

Houve uma censura – embasada no discurso da medicina com uma relação com o discurso religioso – da sociedade contra os relacionamentos da comunidade ALGBTQI+. Tentou-se provar que a homossexualidade era uma doença passível de cura com terapias psicológicas (cf. Ferrari, 2005), sendo inclusive chamada de “homossexualismo”,⁷⁹ palavra que é associada a doença e confundida com uma ideologia, conforme já visto no capítulo 2. Devido a diferentes discursos, pessoas homossexuais eram consideradas anormais, sendo a palavra “homossexualismo” considerada negativa.

Durante muitos anos ao homossexual foi imposto o silêncio, mas um silêncio que não o colocava apenas à margem da sociedade heterossexual, mas que o constituía como criminoso-pecador-doente, a partir dos discursos que podiam lhe dar sentido:

⁷⁸ Em Lau (2015a), discuto mais detidamente esse episódio.

⁷⁹ “Em 1869, o médico húngaro Karoly Maria Benkert inventa a palavra homossexualismo, no contexto do discurso da medicina ocidental, para caracterizar uma forma de comportamento ‘desviante’ e ‘perversa’ entre pessoas do mesmo sexo; portanto, o sujeito homossexual passa a existir, na história humana, apenas a partir do século XIX” (FURLANI, 2009, p. 153).

jurídico-religioso-médico. E ele não fazia sentido se não fosse desse lugar já estabelecido (SOARES, 2006, p. 20).

O ser humano estar em silêncio, na concepção de Orlandi (1993, p. 36, ênfase da autora), causa um certo “desconforto”.

Quando alguém se pega em silêncio, se rearranja, muda a “expressão”, os gestos. Procura ter uma expressão que “fala”. É a visibilidade (legibilidade) que se configura e *nos* configura. A linguagem se constitui para asseverar, gregarizar, unificar o sentido (e os sujeitos).

Ou seja, a relação com a linguagem faz-se importante para tornar o ser humano visível. Elu não suporta a ausência das palavras, precisa fazer o silêncio falar, segundo a autora. “Quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o ‘pensamento’, a introspecção, a contemplação, etc.” (ORLANDI, 1993, p. 37).

Orlandi (1993) fala de ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, como já comentado, que o ser humano não se sente confortável em silêncio, é necessário se expressar, precisa estar produzindo signos continuamente. A autora parte do pressuposto de que há uma progressão histórica do silêncio e discute isso com base no mito, tragédia, filosofia e ciências humanas e sociais, sendo que no primeiro momento histórico há mais silêncio, que vai diminuindo progressivamente.

No mito, não existe a necessidade de explicitar o significado por meio de palavras, a significação existe por si só, isto é, não se dialoga com um mito, pois seus fatos e sua lógica se encerram nele mesmo. No caso da filosofia, há um diálogo entre diferentes vertentes, e o significado que se dá a um fato ou um termo se diferencia de acordo com o aspecto que se analisa, ou seja, há uma abertura à discordância e sobreposição de olhares e interpretações.

Authier-Revuz (1990, 2004) mostra, em seus trabalhos sobre heterogeneidade enunciativa, que a relação entre dois textos não se faz apenas nos enunciados, mas principalmente na enunciação, na qual se encontram os sujeitos e seus discursos. Abro parênteses para comentar a primeira época da análise do discurso – AD-1 –, conhecida também como análise automática do discurso (AAD). Nessa primeira época, Pêcheux (1993 [1983], p. 311-312, ênfase do autor) não reflete sobre isso, pois o modo de produção discursiva era “concebido como uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma” e o escopo para essa primeira fase da AD era “um *corpus* fechado de seqüências discursivas,

selecionadas [...] num espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas”.

Na AD-2, é feita uma revisão e incorporada a noção de FD, já discutido mais acima. “A heterogeneidade, portanto, passa a caracterizar a formação discursiva, o que vai determinar a natureza heterogênea do discurso” (MESQUITA & ROSA, 2010, p. 131). Na AD-3, essa época é caracterizada como “um trabalho de interrogação-negação-desconstrução” (ibid., p. 315) em que o autor revê as fases anteriores da AD.

Segundo Mussalim (2001, p. 120):

Na AD-3 [...] adota-se a perspectiva segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Será a relação interdiscursiva, portanto, que estrutura a identidade das FDs em questão.

Nessa época, a maquinaria discursiva é refutada, pois “o primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua, empurrando até o limite a crise da noção de máquina discursiva estrutural” (PÊCHEUX, 1993 [1983], p. 315). Com isso, o autor manifesta algumas interrogações que pairam no propósito da AD-3:

Se a análise de discurso se quer uma (nova) maneira de “ler” as materialidades escritas e orais, que relação nova ela deve construir entre a leitura, a interlocução, a memória e o pensamento?

O que faz com que textos e sequências orais venham, em tal momento preciso, entrecruzar-se, reunir-se ou dissociar-se? Como reconstruir, através desses entrecruzamentos, conjunções e dissociações, o *espaço de memória* de um corpo sócio-histórico de traços discursivos, atravessado de divisões heterogêneas, de rupturas e de contradições? Como tal *corpo interdiscursivo de traços* se inscreve através de uma língua, isto é, não somente por ela mas também nela? (PÊCHEUX, 1993 [1983], p. 317, ênfase do autor).

Nos trabalhos de Authier-Revuz (1990, 2004), sob a noção de heterogeneidades enunciativas, vê-se o funcionamento de elementos interdiscursivos pela/na língua. “Foi na teoria enunciativo-linguística desta autora que a AD vislumbrou um aporte teórico-metodológico para a análise desse primado teórico do outro na discursividade produzida por e em materialidades linguísticas” (MESQUITA & ROSA, 2010, p. 131).

Segundo Authier-Revuz (1990, p. 28), um discurso quase nunca é similar/homogêneo, pois “sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia (discursiva), se faça escutar a polifonia não

intencional de todo discurso”. O sujeito não é dono do seu próprio dizer, segundo Authier-Revuz (1990, p. 26): “As palavras são, sempre e inevitavelmente, ‘as palavras dos outros’”. Ou seja, tudo que é falado retoma discursos já proferidos, o já-dito.

Constituindo-se na atmosfera do “já-dito”, o discurso é determinado ao mesmo tempo pela réplica não ainda dita, mas solicitada e já prevista. É assim em todo diálogo vivo. [...] A relação dialógica à palavra de outro no objeto, e à palavra de outro na resposta antecipada do interlocutor, sendo essencialmente diferentes [...], podem, no entanto, entrelaçar-se muito estreitamente [...] (BAKHTIN, 1993, p. 104-105).

O motivo da heterogeneidade enunciativa parte da presunção de que a linguagem – e, portanto, o discurso – é constitutivamente heterogênea (cf. Mesquita & Rosa, 2010). Dessa forma, Authier-Revuz (1990, 2004) expõe duas formas de heterogeneidade: a *constitutiva* e a *mostrada*.

A primeira diz respeito à presença do outro no discurso, dada de uma forma inconsciente. “Está no exterior, ou seja, no outro, que são os discursos construídos sócio-historicamente e que atravessam as enunciações do sujeito” (MESQUITA & ROSA, 2010, p. 136). Embora o sujeito tente discursar por si só, ele involuntariamente sofre influência externa, isto é, seu enunciado é um reflexo de discursos anteriores e exteriores ao seu.

[...] a consideração da heterogeneidade constitutiva é, a meu ver, uma *ancoragem*, necessária, no *exterior* do linguístico: e isso, não somente para as formas que parecem oscilar facilmente, para as formas mais explícitas, mais intencionais, mais delimitadas da presença do outro no discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 22, ênfase da autora).

Portanto, todo discurso, embora enunciado por um sujeito, carrega diversas vozes diferentes e convergentes, ou seja, o discurso não pertence ao sujeito, mas às diferentes vozes que o construíram.

A heterogeneidade mostrada “é a inscrição do outro na cadeia discursiva, alterando sua aparente unicidade” (RECHDAN, 2009, p. 47). O sujeito e seu(s) discurso(s) estão impregnados do Outro através de suas marcas linguísticas, como discurso direto, discurso indireto, negação, aspas (cf. Authier-Revuz, 1990). Ao mesmo tempo, o discurso mostra a heterogeneidade, isto é, quando o sujeito fala algo por si ou de si, ele nega ou reafirma a visão do Outro ou de várias “Outres”, sobre um tema.

3.2 A questão identitária do sujeito

Bauman (2005) afirma que no período pós-moderno o sujeito não possui uma identidade fixa como uma rocha, ao contrário, possui uma identidade líquida, que muda constantemente. Isso se dá pelo fato de o sujeito estar inserido em e exposto a diversas “comunidades”,⁸⁰ nas quais compartilha de várias formas sua identidade. “O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, S. 2006, p. 12).

Por intermédio dessas “comunidades”, o sujeito é refletido pelo “eu”, como S. Hall (2006) esboça: somos diferentes a todo momento, nossas identidades não estão fundidas em apenas um “eu”, mas sim em vários. “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (ibid., p. 13). O sujeito, partindo do senso comum, percebe-se enquanto a “mesma pessoa”, mas “Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais” (WOODWARD, 2000, p. 30). Ou seja, sua identidade estudante não é a mesma identidade quando se está com amigos, por exemplo.

Navarro (2007, p. 143) afirma que: “[...] as identidades não são dadas *a priori*, mas construídas nas práticas discursivas que têm lugar na sociedade”. E continua:

A definição do que seja identidade [...] considerar que tal noção é um processo de produção e um efeito de discurso. Nesse sentido, sendo as identidades produzidas no e pelo discurso, é preciso compreendê-las como produtos de lugares históricos e de instituições. É no interior de práticas discursivas e pelo emprego de estratégias específicas que as identidades emergem. [...] O que existem, na verdade, são *práticas de subjetivação que produzem identidades em constante mutação* (ibid., ênfase minha).

O que é “imposto” social e culturalmente como “natural”, desde a questão política, religiosa, entre outras ideologias a que se é exposto, é construído discursivamente, formando uma determinada identidade a respeito de tais temas: a(s) homossexualidade(s), por exemplo, que, historicamente, foi/foram vista(s)/tratada(s) como doença, abominação, de acordo com os

⁸⁰ “A questão da identidade só surge com a exposição a ‘comunidades’ [...] – e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a ‘comunidade fundida por ideias’ a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural. É porque existem tantas dessas ideias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas ‘comunidades de indivíduos que acreditam’ que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar oscilar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis” (BAUMAN, 2005, p. 17).

discursos que foram (re)produzidos sobre isso. “A diferença é sustentada pela exclusão” (WOODWARD, 2000, p. 9).

Atualmente, essa orientação sexual e demais, inclusive identidades de gênero e suas expressões, estão sendo revistas e tratadas como “normais”, ou seja, em uma época sócio-histórica, como nos séculos anteriores, o “certo” era achar que a(s) homossexualidade(s) e/ou as demais orientações sexuais não-heterossexuais e identidades de gênero não-cis eram “erradas”, como esboçado nos capítulos anteriores, porém, os conceitos e os discursos são outros, já que a sociedade começa a tentar tratar essas questões igualmente à da heterossexualidade. “As identidades sexuais também estão mudando, tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações que podem ser descritas em termos de uma crise de identidade” (ibid., p. 31).

Esses deslocamentos discursivos acerca da(s) homossexualidade(s), segundo o discurso médico, mostram que eram entendidas como doença, e isso é marcado no termo “homossexualismo”. Para caracterizar uma não-doença são trazidos outros termos, sendo o mais comum “homossexualidade”, em que os discursos sobre este fazem essa orientação sexual ser (re)pensada como a heterossexualidade, ou seja, há uma mudança discursiva. Toda essa mudança foi propiciada por deslocamentos de discursos para designar a homossexualidade hoje. O discurso não é estagnado, não é mera reprodução, sofre deslocamentos, e quando se retomam discursos, são (re)significados.

A identidade é formada tanto por aquilo que é intrínseco quanto pelas questões exteriores, isto é, a forma que eu sou enxergade e a forma como quero ser enxergade. “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*” (HALL, S. 2006, p. 39, ênfase do autor).

Como a identidade homossexual é vista como não-natural e “diferente” da comum, é necessário que os indivíduos gays se identifiquem com seus semelhantes, criando um grupo (“comunidade”, cf. Bauman [2005]) mais forte e capaz de veicular uma imagem própria, como um contraponto à heteronormatividade. Como afirma S. Hall (2006, p. 30, ênfase do autor): “Quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso”.

Essa concepção discursiva de que sujeitos buscam igualdades por terem suas orientações sexuais “diferentes” da estabelecida “padrão” na sociedade significa que a identidade se faz na/com a diferença (cf. Burke, 2004; Hall, 1997, 2000; T. Silva, 2000; Woodward, 2000, entre outros).

A identidade cis-heterossexual é vista como “normal/natural”, pois houve a construção do seu significado, por meios biológicos (a questão da reprodução), religiosos (homem e mulher formam um casal). Isso foi (re)produzido pela sociedade, em contrapartida, as demais (a)sexualidades foram vistas como desviantes, com preconceito pelos mesmos meios: biológico (“duas pessoas do mesmo sexo não reproduzem”) e religiosos (“homem com homem e mulher com mulher não são um casal”), sem falar que não havia representatividade de casais homoafetivos em meios midiáticos como há nos dias atuais. Ou seja, “[...] a forma como vivemos nossas identidades sexuais é mediada pelos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação” (WOODWARD, 2000, p. 32).

Woodward (2000, p. 7) comenta que a identidade “se distingue por aquilo que ela não é. [...] A identidade é, assim, marcada pela diferença”. A identidade é formada através de comparações com imagens e ideias que são contrárias a ela, isto é, só existe identidade quando há “comunidade”. “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças [...] são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares. [...] a emergência dessas diferentes identidades é histórica [...]” (ibid., p. 11).

Se a identidade sexual não é heteronormativa, ela é vista como “errada”, portanto, a forma como ela é expressa depende da visão cultural que se tem sobre a mesma. Essa visão é criada a partir de imagens e ideias veiculadas pelas mídias, religiões, por exemplo. “Identidades diferentes podem ser construídas como ‘estranhas’ ou ‘desviantes’. [...] a forma como vivemos nossas identidades sexuais é mediada pelos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação” (ibid., p. 32). Por isso a importância da representatividade e visibilidade de pessoas não-heterossexuais e não-cis.

Para obter visibilidade e voz na sociedade que oprime mulheres, negres e pessoas ALGBTQI+, foram criados grupos/correntes ideológicas com essas representações, por exemplo, o feminismo, direitos civis e a política sexual. Ao tratar dessas vozes, pressupõe-se

que estas não tinham visibilidade. Na medida em que são criadas, essas vozes vão começando a aparecer, pois partindo de um discurso hegemônico, que elege um sujeito branco, cisgênero, heterossexual, masculino, visto como um ser “racional”, “da razão”, começam a aparecer essas vozes ressonantes, o que implica produção discursiva. Há deslocamentos de discurso, que (re)posicionam o sujeito hegemônico. Isso se chama política de identidade. Segundo Woodward (2000, p. 34):

A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica.

O feminismo vem crescendo no Brasil, ainda mais com a ajuda de redes sociais e campanhas feitas nelas, em especial, sobre a cultura do estupro. Alguns exemplos foram a utilização de hashtags como **#MeuPrimeiroAssédio** e **#MeuAmigoSecreto** no *Twitter*, a primeira em virtude de comentários durante a estreia do *reality show* infantil “Master Chef Jr.”, exibido pela *Band* em 2015, em que internautas do sexo/gênero masculino faziam comentários pedófilos sobre uma menina de 12 anos do programa. Esses comentários pedófilos e sobre o “consentimento” do estupro foram feitos durante a exibição do programa em que internautas utilizavam o *Twitter* com a *hashtag* do programa **#MasterChefBR**.

Em alguns tuítes como: “com doze anos ela vai virar secretária de filme pornô” e “a culpa da pedofilia é dessa molecada gostosa”, as respostas dadas a esses tuítes afirmavam a cultura do estupro na sociedade brasileira, em que a culpada é a vítima. Em virtude disso, mulheres criaram a *hashtag* **#MeuPrimeiroAssédio** para denunciar e mostrar a primeira vez que sofreram assédio, seja no trabalho, na escola, na família, na rua.

No dia 21 de outubro de 2015, essa *hashtag* foi um dos assuntos mais comentados no Brasil pelo *Twitter*.⁸¹ A respeito da segunda *hashtag*, esta foi utilizada em 25 de novembro, dia de luta mundial contra a violência contra as mulheres, em que elas falavam a respeito da cultura machista heteronormativa da sociedade. Alguns tuítes foram: “**#MeuAmigoSecreto** adora sexo, mas acha que, se a mulher quer transar no primeiro encontro, não serve pra

⁸¹ BRASIL POST. **#PrimeiroAssédio**: mulheres compartilham no Twitter primeira vez que sofreram assédio. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/10/22/primeiro-assedio_n_8356762.html>. Acesso em: 20 fev. 2016.

namorar, afinal, se ela transa de primeira, ela é uma puta” e “**#MeuAmigoSecreto** é cristão, antifeminista, ‘pró-vida’ e casado. Mas, quando a amante engravidou, procurou Cytotec (pílula abortiva) até na China”.⁸² Assim como a **#MeuPrimeiroAssédio**, **#MeuAmigoSecreto** foi um dos assuntos mais comentados do Brasil pela mesma rede social. Ou seja, “[...] a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL, S. 2000, p. 106).

T. Silva (2000, p. 74) define a identidade como *positividade*. Nas palavras do autor: “aquilo que sou”. E a diferença, como oposição: “aquilo que o outro é”. “A afirmação [...] [de uma identidade], na verdade, é parte de uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade, de diferenças” (ibid, p. 75, acréscimo meu). Ou seja, quando eu afirmo: “sou homossexual”, estou dizendo que “não sou heterossexual”, “não sou bissexual” etc. “Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, T. 2000, p. 75). Em outras palavras, esse processo de identificar o “outro” e a si mesmo é contínuo. Discursos são construídos em relações de aliança e de confronto com outros discursos.

T. Silva (2000) comenta também a identidade e diferença como atos de *criação* linguística, que significa que estas são “ativamente produzidas. [...] Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (ibid., p. 76). Não são dados naturais, foram criados. Ele também comenta os atos de criação *linguística*, que são os atos de linguagem: “É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais” (SILVA, T. 2000, p. 77). Para exemplificar, T. Silva (2000) fala a respeito do signo “vaca”, cujo conceito que se aplica a essa palavra é uma forma de resumir que “isto não é um bode”, “não é uma árvore” etc. Resumindo, assim como a língua é um sistema de diferenças/oposições de valores, a identidade também é, porque a identidade é construída discursivamente.

Além da questão da identidade e da diferença serem vistas como relações sociais, estas também são vistas como relações de poder. “Elas não são simplesmente definidas; elas são *impostas*. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; *elas são disputadas*” (SILVA, T. 2000, p. 81, ênfase minha). Através dessa imposição de

⁸² EL PAÍS. **#MeuAmigoSecreto, nova investida feminina contra o machismo velado**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683_866934.html>. Acesso em: 20 fev. 2016.

identidade/diferença dada pele Outre (cf. S. Hall, 2006), o ser humano é classificado, e, através do seu discurso, é colocado de forma que possa se sentir “fora” da sociedade, ou até ser visto como uma forma de “aberração”.

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis [...] (WOODWARD, 2000, p. 18-19).

Um exemplo disso são as pessoas intersexo, a quem les médiques sugerem fazer a cirurgia para garantir a aparência de um determinado órgão genital, para “moldar” essa pessoa como “menina” ou como “menino”, de acordo com os estereótipos de gênero da sociedade, ou seja, ou com uma vagina ou com um pênis. Porém, quando os familiares da pessoa intersexo decidem não fazer a cirurgia para “moldá-la” em apenas uma vulva ou um pênis, e trabalham/discutem com ela que sua genitália não é “feia” (lê-se “errada”), ela afirma sua identidade como intersexo.

O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de um passado partilhado seja a “verdade” biológica. O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual (WOODWARD, 2000, p. 15).

A fuga ao “padrão/norma” está evidente na sociedade atual. É possível ver, através das marcas linguísticas dos discursos, essas formas desconstruídas. Ao mesmo tempo, porém, o “padrão/norma” ainda é visto como algo “natural”, sem precisar de marcações nos discursos (re)produzidos.

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente *a* identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais (SILVA, T. 2000, p. 83, ênfase do autor).

Isso é muito (in)visível, pois ao mesmo tempo em que se fala em “homem”, faz-se uma construção de este ser branco, heterossexual, cisgênero, entre outros elementos que são

considerados “normais”, e essas “normalizações” o empoderam, sem que seja necessário atribuir essas demais classificações, diferente do homem negro, da mulher lésbica, do homem e/ou da mulher trans etc. Estes são les “outres”. “O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, T. 2000, p. 97).

Essa atribuição característica da “outra identidade” também marca a questão da representação. “É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’” (SILVA, T. 2000, p. 91). Sendo assim, através da representação da “outra identidade” há outras relações de poder, em que são colocadas em jogo a definição e a determinação da identidade; em outras palavras, questionamentos sobre elas. “Questionar a identidade e a diferença significa, neste contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (ibid.).

Em alguns casos, essa questão de representação e questionamentos acerca da “outra identidade” muitas vezes cai em cima do estereótipo que pode corresponder ou não à realidade, pois, como afirma Burke (2004, p. 156):

O estereótipo pode não ser completamente falso, mas frequentemente exagera alguns traços da realidade e omite outros. O estereótipo pode ser mais ou menos tosco, mais ou menos violento. Entretanto, necessariamente, lhe faltam nuances, uma vez que o mesmo modelo é aplicado a situações culturais que diferem consideravelmente umas das outras.

Por exemplo, em uma propaganda infantil destinada às meninas a respeito de uma sandália na qual há um desenho de uma princesa *Disney* estampado, geralmente aparece o castelo do Walt Disney no fundo, meninas usando roupas de princesas, podendo inclusive ser exatamente a roupa da princesa que está sendo utilizada para fins de comercialização, algo cor-de-rosa, geralmente designada uma “cor de menina”, entre outros elementos possíveis. Ou seja, esse exemplo pode soar familiar quando se vê tal tipo de propaganda, pois é estereotipado, já que taxa o produto apenas como feminino, ou seja, meninos não podem se vestir de princesas, pois nas propagandas e desenhos animados os príncipes e/ou meninos não utilizam vestido, não há brinquedos “de meninos” cor-de-rosa, uma cor que foi com o tempo *discursivamente*, para fins de comércio, transformada e estereotipada como uma “cor feminina”, entre outros elementos.

Comento em um trabalho a respeito de anúncios publicitários que tem como público-alvo homossexuais como, de maneira geral, existe uma visão estereotipada acerca disso:

Os anúncios publicitários para esse tipo de público, aos quais estamos acostumados a ver, geralmente encontram-se em revistas de moda, pornô, sempre com um tom de que o homossexual é muito vaidoso ou pode trazer outra visão para o comprador: algo que não se encaixa para ele, pois não o está representando, ou seja, expressa algo determinado como “geral” para a sociedade. Em alguns casos muito estereotipados, o sujeito é geralmente representado como um ser afeminado, que, numa questão binária [e machista], faz o papel da mulher (LAU, 2016, p. 135, acréscimo meu).

Essa visão que se tem do homossexual é muito comum, apesar de que alguns meios midiáticos rompem determinados paradigmas. Um exemplo é um vídeo do canal *Põe na Roda*, intitulado “Não é por ser gay que eu... (It’s not because I’m gay that I...)”, publicado em 22 de abril de 2014 no *YouTube*, que possui 1.596.337 visualizações,⁸³ incluindo legendas em inglês. O vídeo mostra uma visão “contrária” ao que se está acostumado a ver a respeito da comunidade ALGBTQI+, mais especificamente aos gays. Essa também é uma forma de representatividade que questiona a identidade atribuída à comunidade ALGBTQI+ de uma forma geral, porque, ao perceber que nem todo gay tem “barriga tanquinho”, “é afeminado”, “tira a camisa na balada”, entre outros, os estereótipos atribuídos aos demais membros da comunidade podem ser questionados. Ou seja, é um (contra)estereótipo (cf. Lau, 2015b, 2016). O conceito de identidade, segundo S. Hall (2000, p. 108), é “estratégico e posicional”, ou seja:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Pensar o homem homossexual só como afeminado é apenas uma identidade, além do mais, não é regra para todos os homens homossexuais. Da mesma forma que nem todos os membros da comunidade ALGBTQI+ precisam saber/usar gírias criadas/usadas por alguns, pois algumas expressões e termos que a comunidade ALGBTQI+ utiliza não ficam presos

⁸³ Essa informação foi retirada no dia 10 de julho de 2015. Fonte: <https://youtu.be/f5E5U_LO2c4>.

somente a esta. Algumas pessoas, especialmente mulheres, também as utilizam quase no mesmo contexto. Por exemplo, no contexto de fofoca, alguns membros da comunidade ALGBTQI+ utilizam o termo “babado”, e quando algumas mulheres estão reunidas utilizam esse termo para se referir ao mesmo que a comunidade ALGBTQI+ criou/adotou, segundo Lau (2015c).

Ao ver a questão identitária, sua representatividade, seus rompimentos na sociedade pós-moderna, Saleh (2014a, p. 94) comenta as contribuições de Seffner (2008):

Do ponto de vista dos estudos sociológicos, a identidade decorre das relações sociais, as quais são, acima de tudo, relações de poder construídas e exercidas nas diversas instituições sociais: família, grupos de amigos, escola, igreja, trabalho, mídia, etc. Dessa forma, assume-se que é a partir das relações sociais que se constroem as diversas facetas identitárias constitutivas do sujeito, as quais não se definem de forma isolada, mas na interação umas com as outras. [...] ser homem ou mulher não é algo dado biologicamente, mas aprendido nas interações sociais que ocorrem desde que nascemos, algo que tem sido constantemente lembrado em estudos sobre o tema.

A identidade é fruto das relações sociais, sendo principalmente relações de poder entre o sujeito e as diversas instituições, como família, escola, mídia etc. Portanto, os aspectos identitários do sujeito são construídos pelas relações sociais, sendo que estes se definem de acordo com a interação entre si e não de forma isolada. O gênero não é dado biologicamente, mas aprendido nas interações sociais que se tem desde o nascimento.

Por isso, cada enunciado é um acontecimento singular, cuja produção e interpretação supõem um processo no interior da língua e no interior de vários discursos, num processo que ao mesmo (re)produz e desloca sentidos. Consequentemente, a identidade, em seus múltiplos e cambiantes aspectos, se define a partir dos discursos em que somos significados e significamos o mundo, ainda que imaginariamente a tomemos como uma unidade estável e homogênea (SALEH, 2014a, p. 96-97).

O enunciado se produz e é interpretado a partir da língua e de diferentes discursos, (re)produzindo sentidos e os deslocando. A identidade, em seus diversos aspectos, ainda que vista como uma unidade estável, é definida a partir dos discursos que nos significam e que significam o mundo.

Em suma, a AD visa a tratar as construções discursivas como fenômeno político, pois estão vinculadas a uma determinada posição ideológica (cf. Mariani, 1988, 1996, 1998). Através da posição ideológica em que se insere o sujeito, este busca por representatividade (cf. T. Silva, 2000), voz na sociedade, muitas vezes, porém, fazendo deslocamentos

discursivos. A importância dos conceitos da AD vistos neste capítulo, assim como o(s) de identidade(s), serão de suma relevância para a análise do *corpus*, pois serão observados os deslocamentos discursivos expostos nas justificações dos PLs já mencionados, através das posições (em) que os sujeitos (se) colocam.

Dessa forma, no próximo capítulo, apresento o *corpus* e passo para a análise.

4 O(S) SILENCIAMENTO(S) NOS PLs 294/2005 E 1672/2011

Um dos cartazes dos manifestantes chama minha atenção. Está escrito: “HOMOSSEXUALISMO É OBRA DO DIABO”. E, mais uma vez, penso em como as pessoas usam o diabo para dar nome às coisas que temem. A causa e o efeito estão invertidos. O diabo não obriga ninguém a fazer coisas. As pessoas é que fazem as coisas e culpam o diabo por isso.

(Todo dia – David Levithan)

O PL 294/2005, do vereador de São Paulo Carlos Apolinário (PDT-SP), e o PL 1672/2011, do deputado federal e presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), têm em comum a proposta de instauração do “Dia do Orgulho Heterossexual”, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro. A única diferença é que o primeiro é de âmbito municipal. O deputado Eduardo Cunha propõe para todo o país algo semelhante ao que foi proposto para o município de São Paulo.

Para a realização das análises pretendidas em meu trabalho, a metodologia utilizada é obviamente a qualitativa, embora, em determinado momento, sejam utilizados dados quantitativos.

A pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos “qualitativos” e “quantitativos”, ou entre ponto de vista “estático” e “não estático”. Além disso, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade (GOODE & HATT, 1973, citados por RICHARDSON, 2008, p. 79).

Sob a ótica da AD, o importante

[...] é o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso (FERREIRA, 2000, p. 29).

Dessa forma, a análise pode ser realizada em diferentes níveis: morfológico, lexical, sintático ou semântico. “Não importa o nível ou a categoria, pois o que importa é o seu funcionamento no discurso” (ibid.). Neste caso, uso, em minha pesquisa, elementos enunciativos. A “análise de discurso não é um nível diferente de análise, mas um ponto de vista diferente” (ORLANDI, 1984, p. 15).

Tendo em vista que “a análise de discurso não visa à exaustividade ‘horizontal’, em extensão, mas sim, uma exaustividade ‘vertical’, em profundidade, considerada em relação aos objetivos do analista” (ORLANDI, 1996, p. 157), o *corpus* deste trabalho é composto pelas justificativas (ou justificações) dos PLs 294/2005 e 1672/2011, que instituem o “Dia do Orgulho Heterossexual”, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro.

A estrutura de um PL se constitui de: epígrafe, ementa, fórmula de promulgação, texto, fecho e motivo. No entanto, decidi trabalhar apenas com os fechos (as justificativas) dos PLs por conterem um teor argumentativo, diferente dos demais aspectos que compõem esse gênero discursivo. Feita essa delimitação, pretendo observar as formas de silenciamento na esfera política (a justificativa dos PLs) tendo como conceito que le “analista de discurso recorta os textos, i.e. [isto é], busca correlacionar fragmentos de linguagem-exterioridade” (MARIANI, 1998, p. 25, acréscimo meu).

Para isso, adoto o paradigma indiciário, de Ginzburg (1989, p. 177, ênfase minha):

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. *Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.*

Ginzburg (1989) compara esse método com o conto *A caixa de papelão*, de Sir Arthur Conan Doyle, devido ao detetive Sherlock Holmes, que observa os mínimos detalhes buscando pistas. Esse paradigma é baseado em investigação predominantemente qualitativa e interpretativa, cuja principal análise é feita sobre dados e/ou fatos. Estes funcionam como dicas, pistas ou ideias que permitem que o pesquisador percorra o caminho que levou à compreensão de fatos ou fenômenos menos específicos.

Em suma, ao adotar o paradigma indiciário, considero que minha pesquisa não é neutra. A partir dos dados analisados, mostro que há marcas de subjetividade, análises e leituras a partir do meu ponto de vista em estudos da análise do discurso.

Segundo Courtine (2014, p. 54), “a constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma [...] hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa”. Através das SD analisadas, não estou selecionando apenas o que quero analisar, mas sequências que mostram como os autores dos PLs abordam a homossexualidade e a heterossexualidade no âmbito da

cidadania. Com isso, faço essa análise apenas com uma “certa neutralidade”, pois, ao analisar os discursos, também estou imerso nos funcionamentos destes e posso ser afetado por eles (ou já estou?).

Tendo isso em mente, defino como objetivo geral do meu trabalho:

- Verificar as formações discursivas nos PLs 294/2005, 1672/2011 a respeito das identidades heterossexuais e homossexuais sob o aspecto da cidadania.

E como objetivos específicos:

- Observar de que forma(s) as identidades heterossexual e homossexual apresentam-se por meio das marcas enunciativas;
- Identificar os mecanismos linguísticos por meio dos quais os sentidos hétero e homo são construídos no *corpus*;
- Verificar a recorrência de determinados termos a serem utilizados pele(s) (inter)locutor(ies).

4.1 A justificativa para celebrar um dia

As celebrações que constam dos calendários como feriados nacionais, municipais, religiosos, além de outras que não são consideradas feriados, mas datas importantes, foram criadas por um motivo: (re)lembrar a história, o motivo daquela data, remeter a um marco histórico para a sociedade. Um exemplo é o Dia do Trabalho, a ser comemorado no dia 1º de maio. O motivo inicial ocorreu em Chicago (EUA), no dia 1º de maio de 1886, quando trabalhadoras fizeram uma greve geral por melhores condições salariais.

No dia 4 de maio, em uma praça da cidade referida, uma bomba explodiu, matando sete pessoas e ferindo muitas outras, sendo elas policiais ou manifestantes. Les policiais revidaram com tiros em les manifestantes, matando outras dezenas de pessoas no mesmo local. Esses eventos, iniciados em 1º de maio, tornaram-se símbolo para as manifestações e lutas por direitos trabalhistas nas décadas seguintes ao redor do mundo.⁸⁴ Ou seja, esse feriado possui um movimento político, há uma justificativa para celebrar esse dia, para lembrar o que aconteceu em Chicago e que, em tese, les trabalhadoras possuem seus direitos assegurados desde então.

⁸⁴ BRASIL ESCOLA. **1º de maio**: dia do trabalho. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-do-trabalho.htm>>. Acesso em 27 jul. 2015.

Neste trabalho, analiso o motivo do vereador do PDT-SP e o do deputado do PMDB-RJ por meio de sequências discursivas (doravante SD) que compõem as justificativas, a fim de verificar marcas discursivas que silenciam outro(s) discurso(s).

Antes de passar à análise propriamente dita, falarei brevemente da elaboração de um PL. Segundo o portal da Câmara dos Deputados, um PL se origina da ideia de uma lei nova que atenda uma demanda social ou da mudança numa lei vigente. Primeiramente, analisa-se se seu conteúdo não é de iniciativa privada e se pode ser apresentado, isto é, verifica-se primeiramente se é constitucional.⁸⁵ Para a apresentação de um PL é preciso obedecer a algumas regras, caso isso não ocorra, ele é devolvido.

Um PL deve seguir a Constituição e os Regimentos Comum e Internos das Casas, e, em caso de alteração de alguma lei, embasar-se na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona” (BRASIL, 1998a).

O Portal da Câmara dos Deputados divide a construção de um PL em três partes básicas:

- i. parte preliminar;
- ii. parte normativa;
- iii. parte final.

A parte preliminar é formada por epígrafe, ementa, preâmbulo, enunciado do objeto e indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas. A ementa é um resumo do que trata a proposição. Quanto ao enunciado do objeto e ao âmbito de aplicação, um projeto, na maior parte das vezes, não pode conter duas ou mais matérias distintas. A parte normativa trata das normas do conteúdo da matéria regulada, enquanto a parte final trata das disposições quanto às medidas necessárias para se implementar as normas de conteúdo substantivo e as disposições transitórias e cláusula de vigência e revogação, se cabíveis.⁸⁶

O objeto que analiso a seguir será apenas a justificativa (ou justificação) dos PLs. Segundo o Portal da Câmara dos Deputados, “é um texto que acompanha os PLs e, em geral,

⁸⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parlamento jovem brasileiro**: como elaborar um projeto de lei? Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/diretoria/cefor/tutoriais/cursoprojetodelei/projeto_de_lei/Modulo6/loader.html>. Acesso em: 27 jul. 2015.

⁸⁶ Op. cit.

as demais proposições com origem no Poder Legislativo, que visa a explicar a proposta e/ou expor as razões de se editar a norma”.⁸⁷ Passo agora à análise da justificção do vereador Carlos Apolinário (PDT-SP) do PL 294/2005, que, como já explicitado, pretendia instaurar o “Dia do Orgulho Heterossexual”, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro na cidade de São Paulo.

4.2 A justificção de Carlos Apolinário (PDT-SP)

O PL a ser discutido neste t3pico, de autoria do vereador do PDT-SP Carlos Apolinário, prop3e a cria33o do Dia do Orgulho Heterossexual na cidade de São Paulo, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro.⁸⁸

SD 1 – linhas 1 a 4

Um dos direitos mais importantes do ser humano 3 o livre arb3trio que abrange: escolha da profiss3o, lugar do domic3lio, estado civil e at3 mesmo suas prefer3ncias sexuais.

Entretanto os homossexuais se dizendo discriminados ou perseguidos est3o tentando aprovar leis que na realidade concedem a eles verdadeiros privil3gios.

O autor do PL, em sua posi33o de sujeito legislador, ao utilizar “livre arb3trio”, remete ao discurso jur3dico (FD), j3 que, segundo a Constitui33o Federal Brasileira, no t3tulo II, no cap3tulo I:

Art. 5º Todos s3o iguais perante a lei, sem distin33o de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Pa3s a inviolabilidade do direito 3 vida, 3 liberdade, 3 igualdade, 3 seguran3a e 3 propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres s3o iguais em direitos e obriga33es, nos termos desta Constitui33o;

II – *ningu3m ser3 obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa sen3o em virtude da lei [...]* (BRASIL, 1988, 3nfase minha).

⁸⁷ C3MARA DOS DEPUTADOS. **Processo legislativo:** perguntas sobre iniciativa e elabora33es de leis, tramita33o de proposi33es e formas de participa33o popular. Dispon3vel em: <<http://www2.camara.leg.br/participe/fale-conosco/perguntas-frequentes/processo-legislativo##7>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

⁸⁸ Para facilitar a localiza33o de cada SD a ser analisada, transcrevi a justific33o no final deste trabalho (Anexo A) e numerei cada linha. Durante a transcri33o, foi respeitada a paragrafa33o deste. Pontuarei cada SD de acordo com as linhas do Anexo A em um quadro com borda azul. As 3nfases presentes em cada SD s3o minhas.

Ou seja, as pessoas têm o direito de ser como quiserem a menos que sejam proibidas por lei. Isso também pode ter relação com o discurso jurídico-liberal em que “todes são iguais perante a lei”, porém, essa SD acaba “produzindo o apagamento das diferenças constitutivas dos lugares distintos, reduz o interlocutor ao silêncio [...]” (ORLANDI, 1993, p. 43). Essa FD também tem um teor religioso, segundo o qual Deus permite que o ser humano faça suas próprias escolhas sem interferência externa. No entanto, as realizações de atos contrários aos preceitos religiosos são altamente malvistas e servem como justificativas para preconceitos, causando um silenciamento a respeito de pessoas homossexuais.

[...] no caso dos homossexuais, o que foi apagado, censurado, foi simplesmente o sujeito/discurso homossexual, negando, dessa forma, um lugar para a sua sexualidade (seu estilo de vida, sua história etc.), um lugar em que o sujeito desse discurso fosse ele mesmo e não o objeto de um outro discurso (SOARES, 2006, p. 82).

Nota-se um entrelaçamento de discursos (interdiscurso) a partir dessa SD, ao observar que esse termo (livre-arbítrio) remete a pelo menos duas FDs distintas. “Um discurso quase nunca é homogêneo: ele mistura diversos tipos de sequências textuais, faz variar a modalização, os registros de língua, os gêneros de discurso, etc. Entre os fatores de heterogeneidade, atribui-se um papel privilegiado à presença de discursos ‘outros’ [...]” (CHARAUDEAU & MANINGUENEAU, 2008, p. 261). Ou seja, não é possível analisar partindo apenas de uma FD dada, mas de interdiscursos nela (re)produzidos.

Todo dizer é assim já um gesto de interpretação, uma posição, entre outras, em relação a uma memória. Para que nossas palavras façam sentido é preciso que já signifiquem, que se produzam em uma memória discursiva, que possam ser interpretadas. Falamos com palavras que (já) fazem sentido (ORLANDI, 2012, p. 171).

Ao observar essa SD, noto a questão linguística e juntamente a histórica, isto é, “o discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico” (FIORIN, 1990, p. 177), pois os discursos possuem essas duas cargas.

A AD não aceita que um enunciado possua apenas um sentido, mas considera que os sentidos das palavras, das expressões ou dos textos são plurais, na medida em que cada um advém de um discurso. O sentido é um efeito de sentido, de maneira que a existência de determinada forma não garante a ocorrência de um funcionamento do discurso específico, mas possibilidades de várias leituras, explícitas ou não. O efeito

de sentido dependerá da ocorrência de material verbal em condições de produção definidas (SOARES, 2006, p. 32).

A locução adverbial de inclusão “até mesmo” indica que as “preferências sexuais” seriam uma espécie de limite da possibilidade de escolha. Os termos que antecedem essa locução (“escolha da profissão”, “lugar do domicílio”, “estado civil”) marcam o que a pessoa tem por direito, o que sucede ao “livre-arbítrio” comentado mais acima. Quer dizer, o ser humano pode “escolher” sua profissão, levando em conta o tempo escolar (ou não), onde morar, estar em um relacionamento sério ou não, e, com relação à questão das sexualidades, parece que essa locução (“preferência”) enfatiza isso, até mesmo para les leitoríes “prestarem mais atenção” no que virá a ser dito, levando em conta que as sexualidades não-heterossexuais são colocadas no mesmo patamar.

Quando o vereador do PDT-SP utiliza o termo “preferências sexuais”, em vez de “orientação”, identifico cargas ideológicas diferentes: a que Apolinário coloca em seu PL e a que a teoria *queer*⁸⁹ entende sobre o mesmo.⁹⁰ Uma equação linguística⁹¹ (cf. Soares, 2006) que dá conta dessa formulação seria: a) *sujeito + preferências sexuais = não-heterossexual*, pois o discurso médico-religioso-moral diz que o sujeito que possui uma orientação sexual “desviada” a *escolheu*, e, segundo Katz (1996), na visão de Soares (2006, p. 36):

Tratamos a heterossexualidade como axioma, e essa suposição impede que ela seja examinada, o que provoca um silêncio constantemente repetido na prática. A heterossexualidade é tratada como se sempre-lá, como se tivesse estado presente em todas as categorias mentais – por isso nunca é questionada.

O autor do PL coloca a questão da sexualidade no mesmo patamar de “escolhas” de vida pública. Isso também pode marcar uma possível consequência, pois há diferentes

⁸⁹ “A escolha do termo *queer* para denominar esta corrente teórica está baseada no uso contextual da palavra nos Estados Unidos, que significa, dentre outras denominações, xingamento, anormalidade, perversão e desvio. Nesse sentido, a palavra *queer* é socialmente utilizada de forma negativa e agressiva em relação às sexualidades não-hegemônicas e foi incorporada pelos teóricos para demarcar o espaço de estigmatização, análise e desconstrução de identidades hegemônicas, numa tentativa de dialogar diretamente com um sujeito fragmentado, efêmero e contextual; e questionar as definições do que é ser homem e ser mulher. Além disso, buscam a compreensão de uma sexualidade na qual a premissa de rótulos só serve para fortalecer a concepção heteronormativa” (SILVEIRA, 2010b, p. 27-28).

⁹⁰ Proponho esse “confronto” desses dois grupos de discursos embasado nos conceitos de gêneros e (a)sexualidades vistos nos primeiros capítulos deste trabalho.

⁹¹ Soares (2006, p. 64), embasado em Mariani (1998), vale-se dessa expressão “para designar a equivalência de sentidos [...] entre duas ou mais expressões produzidas e recorrentes no interior de uma determinada formação discursiva a partir de certas condições de produção de sentido”.

caminhos e o sujeito precisa analisar as possibilidades de darem certo ou errado, e ver o que é melhor para si. E quanto à sexualidade? Através dessa SD é possível inferir que o vereador crê que é permitida a escolha da sexualidade, mas ao escolher ser “homoafetivo” este estará condicionade a sofrer preconceito; agora, se o sujeito escolher ser “heterossexual”, não sofrerá preconceito. Pressuponho essa posição como “efeitos de sentido”.

Falar em “efeitos de sentido” é pois aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a necessidade do equívoco, do sem-sentido, o sentido “outro” e, consequentemente, do investimento em “um” sentido. (ORLANDI, 1993, p. 21-22)

Para o vereador, ser um membro da comunidade ALGBTQI+ é uma escolha, preferência de ser “outre”. Já para a teoria *queer*, é o desmembramento da posição heteronormativa pregada, mostrando diversas formas de ser, colocando todas as (a)sexualidades em um patamar semelhante, inclusive a heterossexualidade. “No fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz, um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o *outro*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12, ênfase da autora). Quer dizer, ao observar as formas que Apolinário coloca as orientações não-heterossexuais como se fossem “escolhas”, remete-se, também, a um termo antigo sobre orientações não-heterossexuais: *opção sexual*, o qual leva a crer que o sujeito *optou* pela sexualidade não-heteronormativa. Isso também pode estar relacionado ao discurso religioso em que a FD usada para acusar as orientações não-heterossexuais é que “Deus criou o homem e a mulher”, como argumentação de que casais homoafetivos não poderão reproduzir e, assim, não poderão perpetuar a espécie, ou seja, a opção/escolha contrária aos princípios religiosos.

[...] as palavras sempre podem ser outras, embora o sentido possa ser o mesmo ou, melhor dizendo, semelhante, porque cada retomada implica uma reconfiguração no seio de uma Formação Discursiva enquanto campo de saberes, dado que o domínio de memória também se reconfigura incessantemente (RASIA, 2015, p. 2).

O uso de uma conjunção adversativa (“entretanto”) após uma proposição marca uma mudança na orientação argumentativa. Portanto, o autor *nega* o “livre arbítrio” que mencionou no primeiro parágrafo, já que começa a focar na questão da homossexualidade como um “problema a ser resolvido”, podendo haver marcas de FD do discurso médico embasado na religião que propunha a cura para a homossexualidade. Assim, em seguida, o

vereador do PDT-SP marca em seu PL uma forma de voz à comunidade ALGBTQI+, em que elus afirmam, pelo discurso do parlamentar, serem “discriminados” ou “perseguidos”. “[...] o locutor *dá lugar* explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12, ênfase da autora). Neste caso, segundo o vereador, homossexuais *dizem* sofrer discriminação e/ou perseguição.

Uma forma mais complexa da heterogeneidade se mostra em curso nas diversas *formas marcadas da conotação autonímica*: o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso (sem a ruptura própria à autonímia) e, ao mesmo tempo, ele as mostra. Por esse meio, sua figura normal de usuário das palavras é desdobrada, momentaneamente, em uma *outra figura*, a do observador das palavras utilizadas; e o fragmento assim designado [...] recebe, em relação ao resto do discurso, um *estatuto outro* (ibid., p. 13, ênfase da autora).

No entanto, isso é deslocado do escopo da escolha igualitária para chegar aos “privilégios”. O parlamentar torna o preconceito algo imaginado, ou, ao menos, exagerado pelas homossexuais. Segundo sua visão, o preconceito e/ou discriminação que pessoas não-heterossexuais afirmam sofrer é uma ideia equivocada, não condizente com a verdade. Seu discurso pode levar o leitor a acreditar em favor dos homossexuais, já que “conceder” leva a crer não haver necessidade ou luta para isso, e que esta “concessão”, portanto, ocorre em detrimento de outras pessoas.

Quando o autor traz em seu PL o termo “verdadeiros”, reforça a afirmação que será feita, além de sugerir que é uma afirmação irrefutável. Há um silenciamento de ideologias contrárias à apresentada, visto que, ao utilizar “verdadeiros”, sugere-se que há algo falso, funcionando como uma tentativa de refutar posições que a contradizem. “É nas formações discursivas que se opera o ‘assujeitamento’, a ‘interpelação’ do sujeito como sujeito ideológico” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 241). E, quando o vereador caracteriza essa verdade, ela é colocada como “privilégio”, do latim, que significa lei excepcional concernente a um particular ou a poucas pessoas, isto é, um direito dado a alguns em detrimento da maioria. Nota-se, assim, a posição do sujeito.

O sujeito do discurso é uma noção necessária para precisar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito falante (ou do locutor) com relação a sua atividade linguageira. Ela leva a considerar as relações que o sujeito mantém com os dados da situação de comunicação na qual ele se encontra, os procedimentos de discursivização, assim como os saberes, opiniões e crenças que possui e que supõe serem compartilhados pelo seu interlocutor. Sua competência não é mais simplesmente linguística, ela é ao mesmo tempo *comunicacional*, *discursiva* e *linguística* (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 457, ênfase dos autores).

Ao dizer isto, o autor atesta que les homossexuais têm, ou buscam ter, direitos que a população geral (heterossexual) não possui. Dessa forma, colocando em duas equações linguísticas:

b) *homossexual + leis = privilégio*

c) *heterossexual + leis = direito*

Em **b**, o “resultado” dela é, na visão do vereador, “para além do direito”, ou seja, les homossexuais querem mais direitos que les heterossexuais possuem, como é mostrado em **c**. No entanto, em nenhum momento anterior ou posterior do texto há fatos que corroborem essa afirmação.

SD 2 – linhas 5 a 8

Como cristão aprendi a respeitar a todas as pessoas, até porque não sou juiz do comportamento sexual de ninguém. Cada ser humano pode fazer do seu corpo aquilo que bem entender, neste sentido aprendi a respeitar os homossexuais e as lésbicas, porém não posso concordar com a apologia ao homossexualismo (sic).

Esta SD dá o tom do texto, já que o autor se posiciona como sujeito cristão, utilizando esse fato à guisa de argumento. Essa informação funciona como “proteção” à sua opinião, já que alguém que se opusesse às suas ideias se oporia não a uma pessoa, mas a todo um sistema ideológico e dogmático. O vereador remete-se novamente ao livre-arbítrio quando fala a respeito do comportamento sexual, ou seja, não é ele quem vai legislar sobre isso. Ele também comenta que, através dos ensinamentos cristãos, aprendeu a “respeitar homossexuais e lésbicas”. Entretanto, essa SD não pode estampar o “respeitar a diversidade”, pois Apolinário (PDT-SP) se embasa na lei do cristianismo ao se identificar como cristão e condena a “apologia ao homossexualismo”, o que torna contraditória essa SD.

As leis dos homens não se distinguem das leis divinas. Assim como a Igreja reconhece apenas a relação homem e mulher, os Códigos Penal e Militar refletem essa *normalidade* em seus artigos, considerando relação sexual apenas o que acontece entre um homem e uma mulher: denominada “conjunção carnal”. Ou a cópula é *vagina* ou é *crime* previsto pelos códigos (SOARES, 2006, p. 43, ênfase do autor).

Na justificativa em destaque nessa SD, o vereador fala de respeitar homossexuais e lésbicas, trazendo visibilidade para estas orientações sexuais, já que utiliza o termo “homossexuais” para se referir a todas as orientações sexuais não-heterossexuais, incluindo lésbicas, bissexuais, assexuais, pansexuais, entre outras, o que faz com que se apaguem as demais orientações. Até este ponto, afirma que respeita a liberdade de corpos, no que diz respeito às pessoas que estão em transição (FtM ou MtF) e/ou fazem cirurgia de redesignação sexual, o que faz parecer que ele não é contrário à ideia de travestis e pessoas trans que adequam seus corpos para o gênero em que se veem. O vereador respeita todos por igual e gostaria que todos o respeitassem igualmente, porém, no momento em que ele utiliza o verbete “apologia”, que, discursivamente, carrega uma conotação negativa, coloca les homossexuais numa posição hierárquica, ainda mais ao “homossexualismo” ao qual se dirige. Ele contraria a afirmação de respeito a essas pessoas. O sufixo “-ismo” está relacionado a doenças e a ideologias, conforme já explicitado no capítulo 2 sobre a formação da palavra. No entanto, a Organização Mundial da Saúde – OMS – não considera a homossexualidade uma doença desde 1973, tendo sido retirada do CID em 1990. Segundo Soares (2006, p. 22):

[...] ‘homossexualismo’ remete quem a emprega ao vocabulário do século XIX, que deu origem a uma certa ideia do ‘homossexual’. E, também, [...] percebe-se a manutenção de costumes morais prisioneiros do sistema de denominação preconceituoso que qualificam certos sujeitos como moralmente inferiores apenas pelo fato de apresentarem inclinações eróticas por outros do mesmo sexo biológico.

Percebe-se o histórico marcado por essa palavra, seu significado. Segundo Orlandi (1996b, p. 71): “Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido”. Ainda hoje a homossexualidade pode ser vista como uma orientação “errada” em virtude dos discursos (re)produzidos sobre ela. Pelos discursos médico, religioso, moral, jurídico (cf. Soares, 2006), está sendo silenciada quando não era vista dessa forma nas civilizações antigas ilustradas nos primeiros capítulos.

Apresentando certas práticas sexuais como anormais, doentes, antinaturais ou moralmente incorretas a linguagem da discriminação estigmatiza numerosos sujeitos que se afastam dos ideais sexuais da maioria. Criticar a crença discriminatória significa desse modo criticar também o vocabulário que permite sua enunciação e que a torna razoável aos olhos dos crentes. No caso a crítica visa o emprego dos termos “homossexual” e “homossexualismo”. Em minha opinião essa terminologia determina *a priori* as perguntas que fazemos e as respostas que podemos encontrar quando analisamos as práticas homoeróticas (COSTA, J. 1992, p. 21).

Entretanto, mostra-se outra forma de ver e (re)produzir outros discursos acerca dessa orientação sexual. “*Homossexualidade* tem história, posição política e, dessa forma, seu sentido não apenas marca outras formas de significar o homossexual, mas aponta para outros sentidos possíveis nesse embate de forças entre dizeres e cristalização de conceitos” (SOARES, 2006, p. 23, ênfase do autor). Nota-se a posição do vereador acerca dessa orientação sexual através das FDs de seu PL, ou seja, ele possui um público que compactua com os mesmos ideais mostrados na justificção do PL.

SD 3 – linhas 9 a 14

Há pessoas que tem preferências sexuais fora dos padrões normais da sociedade, o que indubitavelmente está assegurado na Constituição Brasileira, mas poderiam manter seus relacionamentos dentro da descrição que norteia o convívio social.

Esta não é a prática que vem sendo adotada, pois, preferem fazer estardalhaços em locais públicos, na internet, nos meios de comunicação e até em panfletos com objetivo de divulgar o homossexualismo, como se esta opção implicasse em algum privilégio.

A orientação sexual “normal” é a heterossexual, tendo em vista os discursos religiosos, morais, civis (re)produzidos sobre esta de modo geral. Ou seja, essa orientação sexual é vista como norma porque foi *construída* dessa forma, seja pelos discursos médicos, religiosos, morais, civis etc. Novamente o vereador marca as orientações não-heterossexuais como “preferências” e “opção”, ou seja, como escolhas, como já visto na **SD 1**, mas também inscreve o seu dizer no discurso médico, pois considera as demais orientações como *anormais*.

Quando o parlamentar afirma isso, ainda marcando a sexualidade como escolha (e tais “escolhas” estão asseguradas pela Constituição), ele coloca as demais sexualidades como “estranhas, desviantes”, afirmando, assim, um viés heteronormativo, no qual ser membro da comunidade heterossexual está dentro dos “padrões normais da sociedade”, diferente de ser membro da comunidade ALGBTQI+. Dessa forma, orientações não-heterossexuais são silenciadas, até reprimidas.

A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real,

a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro. O enunciado da opressão e a forma de pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente. Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os “interesses” discursivos que a sustentam (FOUCAULT, 2011, p. 14).

Pode-se observar também a exclusão da comunidade ALGBTQI+, como cidadãos e cidadãos, pois elus não fazem parte do “padrão” afirmado pelo vereador, ou seja, casais heterossexuais são livres para andar de mãos dadas na rua, em contrapartida, casais homoafetivos apenas podem demonstrar afetos em ambientes privados, pois o “normal” para a sociedade, aos olhos de Apolinário, é ser heterossexual. Isso também pode ter relação com a questão de privilégios que o parlamentar menciona em seu PL na **SD 1**, e remete às equações linguísticas **b** e **c**. Nota-se um jogo nessa SD, quando ele se refere à Constituição Brasileira que garante a diversidade de “preferência sexual”, mas dentro da discríção, silenciando a comunidade ALGBTQI+.

O vereador afirma que a comunidade homossexual tem sua sexualidade garantida pela Constituição Federal. Como nenhuma lei pode contradizer a Constituição, esse trecho não poderia ser utilizado para justificar a criação da lei, pelo contrário, ele a refutaria. Ainda é dito como as pessoas não-heterossexuais podem se relacionar, ou seja, desde que em um ambiente privado, que sejam discretas. Essa questão remete ao que Foucault (2011) comenta acerca do sexo ser levado para dentro de casa, o relacionamento deve ser discreto fora de casa. Pode-se presumir, nesse caso, uma censura quanto aos relacionamentos homoafetivos. A respeito do “convívio social” que o vereador menciona, pode servir para a comunidade heterossexual também.

Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito na relação com o dizível, se identifique com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa como (socialmente) responsável, como autor (ORLANDI, 1993, p. 107).

Colocado em equações linguísticas:

- d) *não-heterossexual + relacionamento discreto = convívio com a sociedade*
- e) *não-heterossexual + afeto em público = promiscuidade = exclusão da sociedade*

Há, portanto, apenas uma forma para pessoas não-heterossexuais conviverem em sociedade, como mostrado em **d**, caso contrário, ficarão à margem, conforme **e**. Isto, no PL, é visto como uma forma de “preferência”, da comunidade homossexual, por mostrar sua sexualidade “desviante”, por meio de “estardalhaços”, o que é uma “bagunça” para a sociedade heteronormativa imaginada no PL, para o que se acredita estar “fora dos padrões da sociedade”. E esse estardalhaço está ligado à “divulgação” dessa sexualidade, para a qual, como foi visto na **SD 2**, é utilizado novamente o termo “homossexualismo”, e a orientação agora é vista como uma “opção”, novamente como se a sexualidade fosse uma escolha de cada indivíduo.

Para a AD, as palavras não são neutras, são (re)significadas. Portanto, “opção” carrega o sentido de escolha, que o sujeito homossexual *optou* por ser dessa forma, conforme já visto na **SD 1**, mas não é pensado nesses termos quando o sujeito é heterossexual. Ou seja, a orientação sexual não é uma *escolha*, independentemente de qual seja. Dessa forma, Apolinário se contradiz quando a relaciona a *privilegio*, visto na **SD 1**.

SD 4 – linhas 17 a 23

Pergunto: É normal duas pessoas do mesmo sexo se beijarem em locais público (sic) ou na televisão?

Será que os homossexuais entende (sic) como direito à liberdade, dois bigodudos entrarem em um restaurante e ficarem se beijando sem respeitar os demais clientes daquele estabelecimento?

Eles deveriam ter um comportamento adequado a nossa sociedade e deixar os beijos e afetos para os lugares reservados ou suas casas.

Nesta SD é interessante notar os questionamentos que o vereador faz a seus leitores, que presumivelmente compartilham a mesma visão, para refletir sobre o assunto que está sendo tratado, levando em conta a questão da “normalidade” em espaços que qualquer cidadã/cidadão, neste caso, cidadãs e cidadãos heterossexuais frequentam e/ou utilizam como entretenimento.

A linguagem é fundamentalmente dialógica, deve-se ressaltar que os enunciados são produzidos em situações de interlocução também constituídas pela história. Logo, o sentido não “pertence” a nenhum interlocutor, mas é produzido, enquanto efeito, no discurso constituído pelos/nos interlocutores em interação. Esse “dizer para alguém”

é uma prática social que funciona pelo imaginário: é o jogo de imagens constituído em torno dos lugares de onde se fala que precisa ser observado no processo histórico da produção de enunciados e de sentidos (MARIANI, 1998, p. 31).

É importante sublinhar que o PL do vereador é datado de 2005, e não havia nessa época tanta discussão a respeito e exposição da comunidade ALGBTQI+ nas ruas,⁹² nem visibilidade em espaços de entretenimento, como a televisão. Avançando no tempo, em alguns anos, essas visibilidades começaram a ocorrer, como casais homoafetivos andando de mãos dadas nas ruas, sem ser apenas nas paradas da diversidade. É possível entender essa pergunta como uma maneira de fazer *les leitories* refletirem sobre a questão do direito dos homossexuais, isto é, “resguardar” os locais por *todes* frequentados das manifestações da homossexualidade. A reflexão, nesse caso, seria direcionada a *les interlocutories* que concordam com a posição do vereador, isto é, abominam a homossexualidade. Nota-se nessa FD o discurso médico-religioso sobre a questão da (a)normalidade, pois nos séculos anteriores orientações não-heterossexuais eram vistas/tratadas dessa forma. Ou seja, os enunciados

são ou reformulações do que já fora enunciado, o pré-construído [...], ou são o rompimento das FDs de maneira a não restringir os limites entre FDs. Todo enunciado é passível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar um outro (SOARES, 2006, p. 28).

No parágrafo a seguir, Apolinário lança outra pergunta focando num possível traço masculino, pois caracteriza (*todos*) os homens com bigodes (*cis* e/ou *trans*), de forma que *bigode* possa representar uma possível virilidade, o “ser homem”, quer dizer, é uma forma machista de representar homens, pois nem *todos* usam bigode, e a forma como está colocado no PL mostra isso (“*bigodudos*”), questionando se homens (com bigodes) se beijando em locais públicos é um “direito à liberdade” e sugerindo que tal ato fere a masculinidade (de pessoas machistas). Novamente, a FD do discurso machista entra em jogo, pois “ser homem” implica não beijar outro homem. “É em nome da ‘sociedade, do bem estar social, da vida harmoniosa e equilibrada, da moral e dos bons costumes, da natureza’ que são banidos os homossexuais” (SOARES, 2006, p. 62).

⁹² A primeira parada da diversidade no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1995.

Também sugere uma diferença entre manifestação de afeto de héteros e homos. Com essa caracterização, nota-se o ocultamento das demais sexualidades, como a lésbica, que foi mencionada apenas na **SD 2**, resultando numa interpretação machista, em que dois homens se beijando é inadmissível. “[...] quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresenta” (ORLANDI, 1996, p. 49). O vereador acha tal ato desrespeitoso, porque poderá incomodar as demais pessoas no restaurante, que é o exemplo que ele utiliza, mas duas mulheres se beijando em filmes para adultes, por exemplo, pode não causar problemas, pode ser visto/tratado, inclusive, como fetiche.

Esse espaço, o restaurante, para o parlamentar, é um lugar no qual deveriam respeitar as demais pessoas (heterossexuais). A comunidade homossexual pode frequentar locais públicos, como Apolinário ilustra, desde que não haja troca de afetos publicamente, atitude restrita às pessoas heterossexuais. Com relação ao pré-construído (cf. Pêcheux, 1995), supõe-se que haverá mais heterossexuais do que os demais da comunidade ALGBTQI+ em determinados ambientes, como no restaurante do exemplo do parlamentar, não sendo quantitativo o problema, mas o de homossexuais que (não) expressam afetividade em público como a comunidade heterossexual.

Retomando a problematização do autor do PL sobre “respeito”, ele lança no parágrafo seguinte uma resposta a isso, questionando o comportamento de pessoas homoafetivas, avaliando-o como “errado”; novamente a FD do discurso médico-religioso. Na sociedade pressuposta pelo vereador, em acordo com uma determinada posição discursiva, homossexuais apenas devem trocar afetos em lugares mais privados, como suas próprias casas. O exemplo que ele utiliza para falar de um ato inadmissível entre pessoas do mesmo sexo, mais explicitamente entre dois homens, é o beijo, o que liga essa SD à questão da sodomia.

A sodomia foi significada durante muitos séculos pelo cristianismo como o motivo de muitas desgraças ocorridas aqui na Terra: seria a manifestação da ira divina em forma de grandes calamidades. A natureza, já que a homossexualidade seria uma perversão dela, se manifestando contra todas as forças contrárias ao seu curso normal (SOARES, 2006, p. 47).

Não beijar é um sinal de respeito, segundo o parlamentar, porém, pessoas de sexo oposto trocam afetos e carícias em ambientes públicos e isto não é visto como falta de respeito. Pessoas da comunidade ALGBTQI+, nesse caso, gays e lésbicas, ouvíamos

discursos de que beijar uma pessoa do mesmo sexo era errado. Em virtude desses discursos de que é proibido, errado, pecado, elus tornaram o beijo e trocas de afetos em público um ato político, a fim de mostrar para a sociedade em geral que pessoas em relacionamentos homoafetivos devem ser tratadas da mesma forma que pessoas em relacionamentos heteroafetivos, e o beijo entre duas pessoas do mesmo sexo deve deixar de ser visto como o discurso médico-religioso prega(va). Pode-se ver nessa FD a disposição de impedir a comunidade homossexual de trocar afetos publicamente, pois isso também leva à avaliação dessas pessoas como promíscuas e, portanto, desrespeitosas com a comunidade heterossexual.

SD 5 – linhas 24 a 30

Acontece que os homossexuais não se satisfazem com o anonimato e para chamarem atenção começam a exigir direitos que sequer os heteros têm; se comportam de forma inadequada e muitas vezes agredem verbalmente aqueles que não concordam com suas ideias e depois querem que a sociedade aceite este comportamento.

Sou casado há 32 anos, nem por isso me acho no direito de ficar beijando excessivamente minha esposa em público para com isso demonstrar o carinho que tenho por ela.

Nesta SD é notório o silenciamento das pessoas homossexuais pelo parlamentar, que afirma que estas vivem às escuras (“anonimato”), escondendo-se da sociedade, sugerindo que elas deveriam estar satisfeitas com o direito que já possuem, neste caso, demonstrar afetos em ambientes privados, como já comentado na **SD 4** e sobre a questão da discrição na **SD 3**. Quer dizer: *f) ser homossexual + anonimato = ponto positivo para a comunidade homossexual*, segundo o PL do parlamentar. Porém, diz que elus querem “chamar a atenção”, ou seja, elus deixam de ser anônimos e se expõem. Com essa exposição na sociedade, o vereador afirma que elus “exigem direitos”, os quais, a meu ver, são as lutas da comunidade homossexual, algumas delas já exemplificadas neste trabalho; além disso, a comunidade heterossexual possui mais direitos porque é a norma.

Há uma possível disputa por direitos dos grupos no âmbito do Estado. Novamente, Apolinário compara a comunidade homossexual com a heterossexual, destacando direitos que, segundo ele, os heterossexuais não têm, e caracteriza os comportamentos dos homossexuais como inadequados à sociedade. Alguns desses comportamentos já foram mencionados por ele em SDs do PL anteriores, como o beijo, na **SD 4**.

O fato de dizer que “não se sente no direito de ficar beijando excessivamente...” marca que ele acredita que sua ideia quanto à expressão de carinho deve se aplicar a todas as pessoas, cerceando o direito de outres se manifestarem. Este fato tem relação com o discurso implícito: “O implícito é já um subproduto deste trabalho do silêncio, um efeito particular dessa relação mais originária e constitutiva. O implícito é o resto visível dessa relação. É um resíduo, um epifenômeno” (ORLANDI, 1993, p. 47).

Além disso, o termo “excessivamente” sugere que há uma medida adequada, além da qual não se deve ir para manifestar o afeto, porém, para a comunidade homossexual ele não reconhece nem o mínimo e/ou adequado. No entanto, por ser algo subjetivo, é impossível que se mensure, sendo, portanto, um contrassenso dizer que há um excesso. Caso haja excesso, este é visto/tratado pelas regras sociais não ditas, as regras culturais.

SD 6 – linhas 34 a 36

Propomos assim, o projeto de lei, que, no âmbito do Município de São Paulo, se oficialize esta data como símbolo da luta pelo ORGULHO DE SER HOMEM E O ORGULHO DE SER MULHER.

O autor coloca a proposta do PL como “símbolo da luta”, ou seja, se utiliza do discurso da comunidade ALGBTQI+, que possui uma data para (re)lembrar as conquistas dessa comunidade, com âmbito internacional no dia 28 de junho,⁹³ e pouco se fala do embate político no sentido para a comunidade heterossexual.

[...] o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito vai dar uma coerência à sua declaração [...]. É, então, na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso (COURTINE, 2014, p. 74).

⁹³ No Brasil, é comemorado no dia 25 de março o “Dia do Orgulho Gay”, popularmente conhecido como “Dia do Orgulho LGBT”. Porém, como esse dia é visto realmente como voltado à comunidade gay, cada “comunidade” da sigla possui dias diversificados como símbolos de suas lutas individuais. O “Dia Nacional da Visibilidade Lésbica” é comemorado no dia 19 de agosto, o “Dia da Celebração Bissexual”, em 23 de setembro, e o “Dia da Visibilidade Trans” é comemorado no dia 29 de janeiro.

Ao fazer essa “apropriação” (cf. Courtine, 2014), Apolinário coloca em gêneros binários, como questão de “orgulho”, o motivo da luta pelo direito dos heterossexuais, o que remete ao discurso da biologia.

Foi visto nas SDs anteriores que a discussão era entre heterossexuais *versus* homossexuais, chegando agora a uma questão de gênero (“ser homem”, “ser mulher”). Esse “orgulho” poderia servir para pessoas trans, porém não é uma hipótese a se pensar conforme o texto que o vereador apresenta. Gênero e sexualidade não são diferentes para o vereador, de acordo com as FDs nas quais seu discurso se insere e a partir das quais ele constrói o sentido de mulher e de homem que percorre toda a justificação. Nota-se que no texto sempre houve a marca, de certa forma, considerada masculina, ao se falar da homossexualidade, sendo este termo também usado para generalizar as relações homoafetivas, mas que também provoca o silenciamento de lésbicas, por exemplo, que ele citou apenas na **SD 2**.

O PL do vereador Carlos Apolinário tenta se justificar no sentido da desqualificação do comportamento de pessoas homossexuais. Isso é visto nas SDs analisadas comparando homossexuais com heterossexuais, considerando os primeiros como inferiores, pois essa sexualidade está fora dos padrões da sociedade, não é “normal”, e seus atos, como dois homens (bigodudos) se beijando em um restaurante, são uma forma desrespeitosa para com a sociedade (heterossexual), assim como beijos (excessivos) entre pessoas de sexos opostos também, segundo seu ponto de vista explicitado na **SD 5**.

Através das SDs expostas, notam-se as FDs relacionadas ao discurso religioso e jurídico, dando um destaque maior a FDs do discurso religioso, pois o parlamentar expõe esse fato explicitamente na **SD 1** e na **SD 2**. Ainda mais na **SD 2**, em que ele “protege” sua opinião, ou melhor, mascara seu preconceito contra homossexuais, utilizando-se do discurso religioso para isso, pois Apolinário não fala apenas na sua posição como político, mas como cristão, conforme a **SD 2**, e como homem casado com uma mulher, como mostrado na **SD 5**. Ou seja, sua(s) identidade(s) está(ão) em jogo na justificação desse PL, trazendo também a “voz” (cf. T. Silva, 2000) de quem votou nele, pois há uma “aposta” neste(s) ato(s) de linguagem (cf. Charaudeau, 2008) entre o vereador, que é o sujeito enunciador, e seus eleitores, que são os sujeitos destinatários.⁹⁴

⁹⁴ Charaudeau (2008), em resumo, fala do sujeito produtor do ato de linguagem, designado por EU, e o sujeito-interlocutor desse ato de linguagem, designado por TU. O autor faz o desdobramento desses sujeitos em quatro, sendo eles: o sujeito-destinatário (TUd), o sujeito interpretante (TUi), o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito

O discurso político se caracteriza por um jogo polêmico, que utiliza constantemente contratos e estratégias para convencer ou seduzir o outro. Digamos que EUc tenta fabricar uma imagem de sujeito destinatário (TUD) que acredita ser coincidente com a do sujeito interpretante. Assim, no contexto desse tipo de discurso, podemos notar a construção de uma imagem de “fusão identitária” como uma estratégia de dramatização, para fazer com que uma nação se sinta integrada em um mesmo grau de cidadania: não é *parte* dela que conta, mas seu *todo*. [...] Em última análise, se o EUc sabe que está *legitimado* no circuito externo (EUc-TUi), poderá permitir-se a construção de qualquer imagem de EUe: assim, um professor poderia dizer contravergências na sala de aula, estas seriam tomadas como verdades pelos alunos que pensam que o professor deve representar o Saber. Inversamente, o sujeito comunicante pode ter necessidade de se fazer legitimar e pode então declarar: “Eu falo em nome de...”, em nome de um sindicato, de um partido político, de uma comissão de estudo, de um grupo profissional, de uma associação de defesa, etc. Nesse caso, ele convoca o auditório a considerar que o EUc ali percebido é apenas o porta-voz de um EUc *regulamentado e legitimado socialmente* (CHARAUDEAU, 2008, p. 58-59, ênfase do autor).

Esse(s) ato(s) de linguagem são retratados em todas as SDs analisadas, em que Apolinário fala em nome de um partido político, de uma determinada religião, de um determinado público-alvo. Há representatividade de um grupo, nesse caso o religioso, numa instituição do Estado.

4.3 A justificação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Assim como o vereador do PDT-SP, o PL 1672/2011 de autoria do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) propõe instaurar o “Dia do Orgulho Heterossexual”, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro.⁹⁵

SD 7 – linhas 1 a 3

A presente proposta visa resguardar direitos e garantias aos heterossexuais de se manifestarem e terem a prerrogativa de se orgulharem do mesmo e não serem discriminados

comunicante (EUc). “O TUD [...] é um sujeito de fala, que depende do EU, já que é instituído por este último. Pertence, portanto, ao ato de produção produzido pelo EU. O TUi [...] é um sujeito que age independentemente do EU, que institui a si próprio como responsável pelo ato de interpretação que produz. Ao argumentar sobre a assimetria da comunicação, havíamos observado que o TU’ (isto é, o TUi), devido a sua interpretação, remetia ao EU uma imagem (EU’) diferente daquilo que o EU acreditava (desejava) que ele fosse. Esse desdobramento do lugar do EU nos leva a dizer que apenas o sujeito percebido (construído) pelo TUi é esse EU’ que chamaremos a partir daqui de *sujeito Enunciador* (designado por EUe). A esse EUe se opõe o EU produtor de fala que designaremos por EUc” (CHARAUDEAU, 2008, p. 47-48, ênfase do autor).

⁹⁵ Farei a análise desse PL segundo os mesmos critérios utilizados para a análise do PL do vereador do PDT-SP. A justificação completa do PL do Eduardo Cunha encontra-se no Anexo B deste trabalho.

por isso.

O deputado federal do PMDB-RJ marca, nesta SD, o objetivo deste PL: “resguardar direitos e garantias” *já assegurados* à comunidade heterossexual. Também há a possibilidade de pensar, considerando o objetivo do PL, que logo será *proibido* ser heterossexual no Brasil. A possibilidade de as pessoas heterossexuais “se manifestarem”, vista como um direito e uma garantia, pressupõe que heterossexuais estão correndo o risco de não poderem sair às ruas, beijar em público, enfim, que estão sendo oprimidas; também funciona como um *posicionamento* contra homossexuais. A comunidade ALGBTQI+ faz passeatas, vai às ruas pedindo direitos e mobilizações contra a homolebobitansfobia. O deputado federal do PMDB-RJ faz alusão ao que a comunidade ALGBTQI+ já faz.

Cabe lembrar que no Brasil já houve “Parada do Orgulho Heterossexual”; a primeira foi realizada no dia 17 de junho de 2007, em São Paulo, e contou com 30 pessoas, podendo ser interpretada como uma resposta à luta da comunidade ALGBTQI+ pela questão da igualdade, já que existe a “Parada Gay”.⁹⁶ Portanto, o motivo dessa primeira parada não se afasta do objetivo do PL de Cunha, mostrando a presença do interdiscurso nessa SD, relacionada aos discursos da comunidade ALGBTQI+. “No próprio texto, em sua constituição, há gestos de interpretação que mostram a ou as posições do sujeito que o produziu. Compreender significa então explicitar os gestos de interpretação feitos pelo sujeito, gestos estes inscritos no texto” (ORLANDI, 2012, p. 171). Ou seja, o deputado do PMDB-RJ utiliza-se de argumentos, posições da comunidade ALGBTQI+ para justificar a criação da lei voltada para heterossexuais.

A essa memória constitutiva, discursiva, chamamos *interdiscurso*. Face a ela, os sentidos se estabilizam, nela os sentidos se movimentam. Uma coisa ou outra – a estabilização ou a transformação – vai depender da natureza do gesto de interpretação produzido, da posição do sujeito em sua filiação ao interdiscurso. Nesse funcionamento do interdiscurso, o esquecimento é fundamental. Porque esquecemos é que os sentidos podem ser outros (ORLANDI, 2012, p. 171-172, ênfase da autora).

⁹⁶ FOLHA. **Parada Hétero pede “liberdade” e critica dinheiro público na Parada Gay**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2007/06/305080-parada-hetero-pede-liberdade-e-critica-dinheiro-publico-na-parada-gay.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

Assim, se o PL for aprovado, poderão ter orgulho do que são, mostrar sua sexualidade. Dessa forma, poderão sair às ruas, beijar em público, tudo isso sem medo, pois o deputado está trabalhando para garantir que não sejam “discriminados”. Ao afirmar isto, Eduardo Cunha pressupõe que pessoas da comunidade heterossexual, por afirmarem esta orientação sexual, são vítimas de preconceito, uma possível “heterofobia”,⁹⁷ sentido que se constitui a partir dos discursos sobre a discriminação a gays e lésbicas, os quais são mortes, agredidos devido a sua orientação sexual. “Enquanto interdiscurso a memória é historicidade, a relação com a exterioridade alarga, abre para o outro sentido, dispersa, põe em movimento” (ORLANDI, 2012, p. 172). Mais uma vez, Cunha remonta a situações que ocorrem/ocorreram com membros da comunidade ALGBTQI+ e as volta para a comunidade heterossexual.

A uma heterogeneidade radical, exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, não localizável e não representável no discurso que constitui, aquela do Outro do discurso – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente –, se opõe à representação, no discurso, as diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior pelas quais o um – sujeito, discurso – se delimita na pluralidade dos outros, e ao mesmo tempo afirma a figura dum enunciador exterior ao seu discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32, ênfase da autora).

O discurso é constitutivamente heterogêneo. Mesmo que a heterogeneidade não possa ser localizada, ela é constitutiva. Não existe um discurso que seja “puro”, constituído e encerrado por si mesmo. Nessa SD é possível ver claramente o silenciamento da homolebóbtransfobia, pois ele pressupõe que héteros são vítimas da sociedade que les oprime. Por isso é um ato político casais homoafetivos se beijarem em público, saírem às ruas de mãos dadas, conforme já visto, a propósito, no PL de Apolinário. Isso mostra traços, pistas (cf. Orlandi, 1993) de que a justificativa do PL de Eduardo Cunha silencia o preconceito contra a comunidade ALGBTQI+. O que o deputado está dizendo é que a norma tem sido a homoafetividade.

A heterossexualidade, de certa forma, não é mencionada, pois ela está fixada a algo que deve ser visto como “normal/natural”, por isso o PL, para garantir a “manifestação”, pode estar ligado ao preconceito contra homossexuais. Poucas pessoas precisam afirmar sua heterossexualidade, pois o pré-construído (cf. Pêcheux, 1995) que prevalece é que quando a pessoa *não afirma* sua sexualidade (cf. T. Silva, 2000), pressupõe-se que esta é heterossexual,

⁹⁷ O PL 7382/2010 “Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade”. Este PL também é de autoria de Eduardo Cunha.

diferente das demais sexualidades, pois, como foi visto em 3.2, é a partir do Outro que é nomeada a sexualidade. Em outras palavras, o deputado vitima o fato de uma pessoa “ser heterossexual”, pois não há notícias ou dados na internet que autorizem falar de violência “heterofóbica” no Brasil nos últimos anos. Em contrapartida, os dados sobre a homolebóbobitransfobia em 2011 e 2012, segundo a Secretaria de Direitos Humanos – SDH –, são assustadores:

Quadro 3 – Dados de 2011 e 2012 sobre violência homolebóbobitransfóbica no Brasil

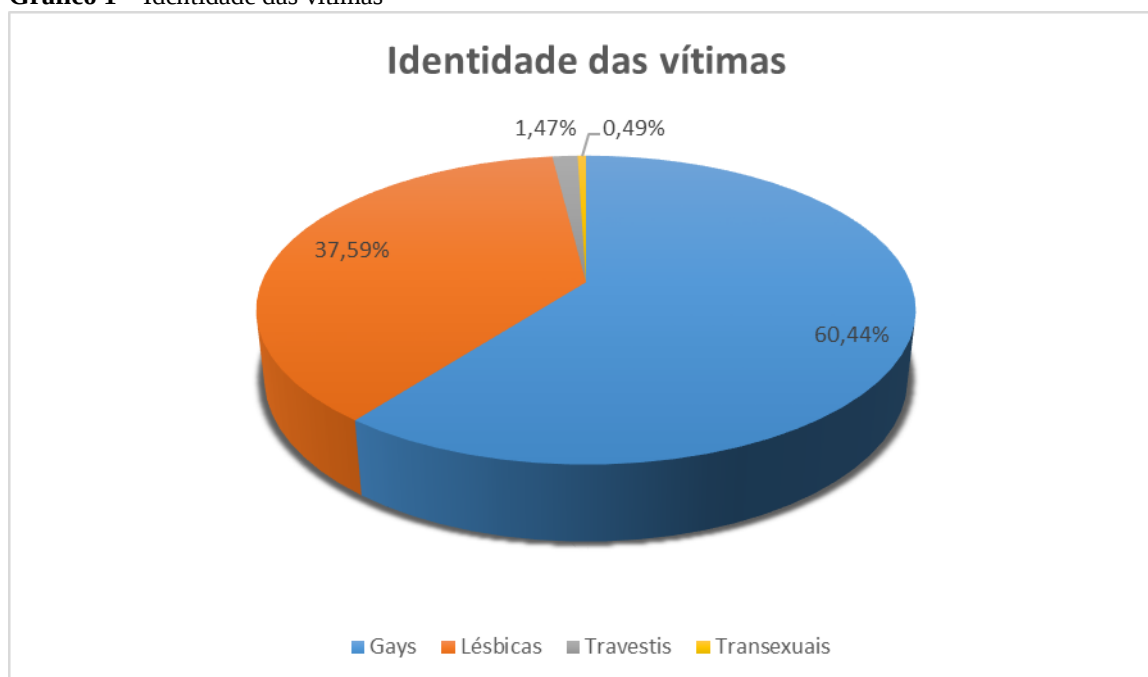
	2011	2012	% de aumento
Denúncias	1.159	3.084	166,09%
Violações	6.809	9.982	46,6%
Vítimas	1.713	4.851	183,19%
Suspeitos	2.275	4.784	110,29%
Média violação/vítima	3,97	3,23	

Fonte: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012

Esta tabela foi elaborada a partir de dados do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da SDH. Como se vê, houve um crescimento significativo de 2011 para 2012. O aumento de denúncias e violações relacionadas à população ALGBTQI+ foi de 166,09% e 46,6%, respectivamente. É necessário especificar a relação do número de denunciante e vítimas nos dados da SDH, já que as denúncias no poder público federal não necessitam ser feitas pela própria vítima.

Quanto à identidade de gênero, há um lapso ainda maior quanto ao seu entendimento do que quanto à orientação sexual. Das vítimas, 60,44% eram identificadas como gays, 37,59% como lésbicas, 1,47% como travestis e 0,49% como transexuais.

Gráfico 1 – Identidade das vítimas



Fonte: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012

É nesse momento que se deve perguntar: onde está a bifobia? Muitas pessoas que se identificam como bissexuais também são agredidas e violentadas, mas, a meu ver, a denúncia é registrada quando o sujeito bissexual está com uma pessoa do mesmo sexo, como foi o caso de Gabriel Cruz, gay, e de seu namorado, Jonathan Favari, bissexual, que foram ao Sukiya, restaurante da rua Augusta, em São Paulo. Depois de um selinho entre os dois, foram agredidos pelo garçom e pelo segurança do restaurante japonês, segundo informações do *Diário de São Paulo*.⁹⁸

Nota-se um silenciamento das pessoas bissexuais por causa do binarismo. Isso é visto inclusive na manchete do jornal *Diário de São Paulo*: “Casal gay é agredido em restaurante da Augusta” (ênfase minha). A sociedade ainda vê a bissexualidade como um tabu, já que se ensina que a atração ocorre apenas pelo sexo oposto. Esta visão está se abrindo para que haja inclusão de pessoas que são atraídas pelas pessoas do mesmo sexo. No entanto, ainda não há uma grande problematização de pessoas que sentem atração afetiva e/ou sexual pelos dois sexos. Portanto, quando um homem bissexual está em um relacionamento homoafetivo, sua rotulação/identificação pende para o lado homossexual.

⁹⁸ DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Casal gay é agredido em restaurante da Augusta**. Disponível em: <<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/70837/casal-gay-agredido-em-restaurante-da-augusta>>. Acesso em 19 ago. 2015.

No Brasil, a expectativa de vida de travestis e pessoas trans é de 36 anos, bem inferior à da população geral, de 73 anos. Dos assassinatos de travestis e transexuais no mundo, 40% ocorrem no Brasil, sendo que uma pessoa ALGBTQI+ é assassinada no país a cada 28 horas. Como não há especificação desse tipo de crime, a queixa é registrada como uma agressão qualquer.⁹⁹

O silenciamento é ainda maior no caso das travestis e pessoas trans, comparado aos dados da SDH quanto às denúncias. Em 12/12/2010, o portal G1, de São Paulo, publicou uma matéria sobre o aumento de queixas em delegacias sobre transfobia.¹⁰⁰

O gráfico abaixo informa a faixa etária da vítima, sendo que a maioria (61,16%) está na população jovem – de 15 a 29 anos. Desses, 59,93% têm de 18 a 29 anos e 1,23% tem entre 15 e 18 anos. Em 2011, houve um aumento de ausência de informação sobre a idade da vítima (31,7%), mas mesmo assim a grande maioria das vítimas ainda era da população de 15 a 29 anos (47,1%).

⁹⁹ Essas informações foram retiradas do vídeo “E se fosse com você? Por que criminalizar a homofobia?”, do canal **Põe na Roda**. Disponível em: <<https://youtu.be/KXYtmju2mkw>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

¹⁰⁰ G1. **Ataques por racismo lideram casos em delegacia especializada de SP**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/ataques-por-racismo-lideram-casos-em-delegacia-especializada-de-sp.html>>. Acesso em: 19 ago. 2015. Na reportagem, Renata Peron é descrita como travesti, mas ela se autoafirma uma pessoa trans.

Gráfico 2 – Faixas etárias das vítimas

Fonte: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012

Quanto à faixa etária das vítimas, percebe-se que há um grande número de adolescentes. Isso se deve ao fato de a vítima estar descobrindo nessa idade tanto sua(s) identidade(s) de gênero quanto sua (a)sexualidade.

O gráfico abaixo mostra os tipos de violações denunciadas em 2012. A grande maioria foram as violências psicológicas (83,2%), seguidas de discriminação (74,01%) e violências institucionais (2,39%). Percebe-se pelos números que algumas denúncias são classificadas em mais de um tipo de violação.

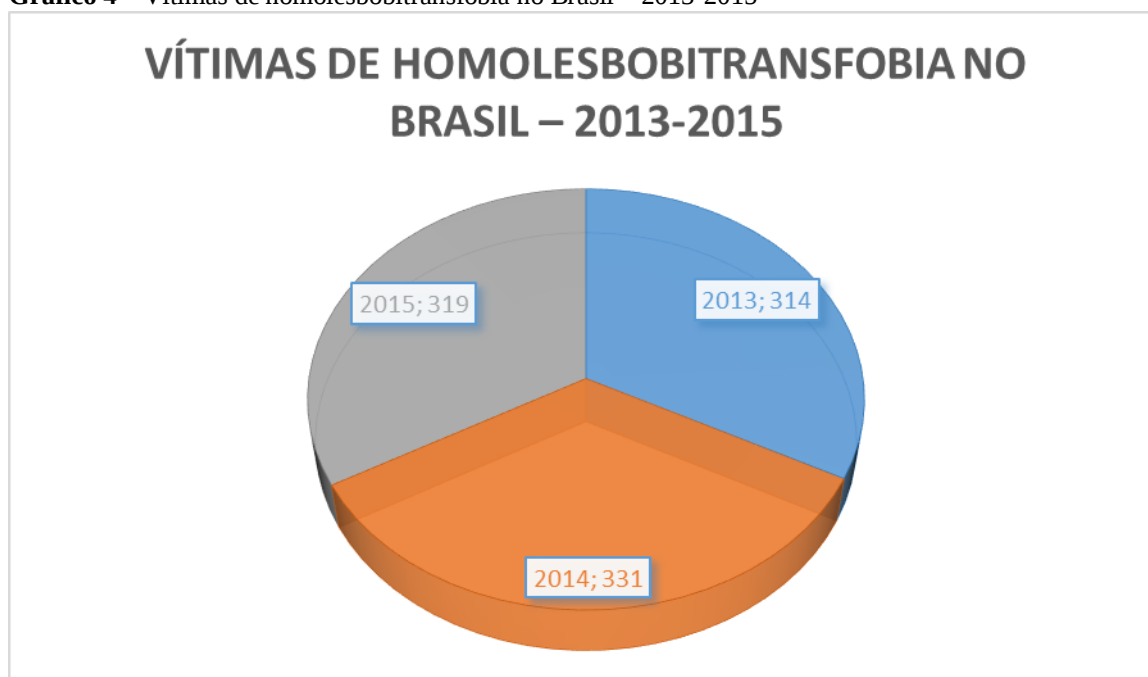
Gráfico 3 – Tipo de violação



Fonte: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012

Segundo a SDH, a violência psicológica teve números elevados em 2012. Esse tipo de violência é comum para pessoas ALGBTQI+ durante a adolescência, por ser uma fase de descoberta. Adolescentes são vitimados em casa, na escola, no estágio, onde o assunto não é problematizado de forma adequada, mas é tratado em forma de piadas homolebóbtransfóbicas. Ao se assumirem, assexuais são agredidos com frases do tipo: “Você não encontrou alguém que faça você gostar de sexo de verdade”; quando o sujeito é identificado com o sexo masculino, as “piadas” (lê-se “violências”) mencionam a impotência sexual do sujeito. Bissexuais são rotulados como “indecises”, não sabem “do que gostam”.

O blog *Quem a homofobia matou hoje?* reúne notícias de denúncias de pessoas da comunidade ALGBTQI+ que são assassinadas, agredidas e que cometem suicídio. Sobre os relatos postados, de 2013 a 2015, no Brasil, em números, o resultado é esse:

Gráfico 4 – Vítimas de homolebobitansfobia no Brasil – 2013-2015

Fonte: QUEM A HOMOFOBIA MATOU HOJE?

De acordo com o gráfico, de 2013 para 2014, aumentou significativamente o número de vítimas, diminuindo o ritmo em 2015. As postagens registradas sobre os acontecimentos são variadas: estrangulamento, apedrejamento, pauladas, tiros, facadas. Em algumas notícias, há somente as iniciais da pessoa, que muitas vezes é trans, e não se sabe ao certo se as iniciais se referem ao seu nome civil.

O PL de Eduardo Cunha diz respeito à manifestação da comunidade heterossexual, que *nunca* foi proibida, já que um casal heterossexual pode se beijar publicamente sem ser oprimido pela população em geral, tendo em vista que é um grupo mais poderoso, lembrando que esse poder é historicamente construído, ao contrário do que ocorre com pessoas ALGBTQI+.

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam na sociedade. O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens (LOURO, 2007, p. 15).

A população heterossexual referida no PL do deputado, que se manifestará com sua sexualidade considerada “padrão/natural”, irá mostrar as relações de poder em detrimento das orientações não-heterossexuais, apagando-as, excluindo os movimentos históricos pelos quais a comunidade ALGBTQI+ lutou e ainda luta para tornar-se visível na sociedade.

[...] a censura não é um fato da consciência individual do sujeito, mas um fato discursivo que se passa nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. Trata-se de um processo de identificação e diz respeito às relações do sujeito com o dizível. Nessa perspectiva, não há autocensura. A censura sempre coloca um “outro” na jogada. Ela sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de “um” e do dizer do “outro”. É sempre em relação a um discurso outro – que, na censura, terá a função do limite – que um sujeito será ou não autorizado a dizer (ORLANDI, 1993, p. 107-108).

O mesmo ocorre quanto ao “orgulho”, já que este acontece quando há violência contra o sujeito “diferente”, o “outro”, o “menos comum”. Além disso, como não há dados em relação à “discriminação” sofrida por héteros, à qual se refere o deputado na **SD 7** desse PL, esta pode, considerando as CP, ser interpretada como “vitimismo”.

SD 8 – linhas 4 a 9

No momento que discutem preconceito contra homossexuais, acabam criando outro tipo de discriminação contra os heterossexuais e, além disso, o estímulo da “ideologia gay” supera todo e qualquer combate ao preconceito.

Aqueles que tem bom senso são contra qualquer tipo de preconceito, seja por cor, raça, religião e opção sexual (sic). Contudo, não podemos confundir combate a preconceito com uma ideologia de venerar a razão do próprio preconceito.

A questão do “estímulo da ‘ideologia gay’” remete ao programa “Brasil sem Homofobia”, lançado em 2004, que tinha como objetivo combater a violência e o preconceito contra a população ALGBTQI+. Uma parte do programa trataria da formação de educadores para lidar com questões de gêneros e (a)sexualidades, o que seria o início do projeto. Foi elaborado o material a ser distribuído nas escolas de todo o país por um convênio criado pelo Fundo Nacional de Educação Básica (FNDE). Uma polêmica, no entanto, impediu que ele fosse distribuído. Em 2011, pouco antes de ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional fizeram uma campanha contra o projeto, afirmando que o “kit-gay”, como passou a ser conhecido popularmente o material, seria responsável por “estimular o

homossexualismo (sic) e a promiscuidade”. Assim, foi suspenso o projeto.¹⁰¹ Nota-se claramente o interdiscurso, pois esses elementos fomentaram um discurso segundo o qual logo seria proibido ser heterossexual.

Isso também pode ser entendido como a ideia de que ser não-heterossexual e/ou não-cis pode ser propagada, disseminada e defendida, fazendo com que outras pessoas *passem a querer* aderir à homossexualidade, como se esta não fosse uma construção sócio-cultural e subjetiva, e sim algo formalmente aprendido ou estimulado. O deputado não fala de “estímulo da ‘ideologia hétero’”, o que indica que ele acredite ser algo natural, que independe de defesa ou estímulo. Para Authier-Revuz (1990, p. 26, ênfase da autora), “[...] toda fala é *determinada de fora* da vontade do sujeito” e este “é mais falado do que fala”. Ou seja, ao marcar “ideologia gay” com aspas na justificativa do PL, explicitando a heterogeneidade do seu dizer, o deputado atribuiu um sentido negativo a essa expressão, fazendo coincidir *direitos da comunidade homossexual* e “ideologia gay”.

O enunciador indica ao leitor que seu discurso não coincide com ele mesmo, sem fornecer a razão disso. Para interpretar as aspas, o leitor deve levar em conta o contexto e, em particular, o gênero de discurso. Num jornal regional, as aspas são muito menos frequentes que na imprensa de um partido político e elas não exigem grandes esforços interpretativos da parte do leitor. O discurso publicitário faz também pouco uso das aspas, pois seu objetivo não é suscitar clivagens no público, convívios no interior de grupos restritos, mas agrupá-lo de maneira consensual. Aquele que usa aspas, conscientemente ou não, deve construir uma certa representação de seus leitores para antecipar suas capacidades de decifração: ele colocará aspas onde presume que sejam esperadas (ou que, não o sendo, criarão um choque, uma surpresa). *Reciprocamente, o leitor deve construir uma certa representação do universo ideológico do enunciador para ser capaz de decifrar.* O escrevente coloca aspas porque presume que seu leitor modelo tem uma certa representação da posição de onde é enunciado o texto e à qual o escrevente deve-se conformar colocando aspas... Há, pois, um jogo sutil com as expectativas do leitor (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 66-67, ênfase minha).

Sendo assim, a comunidade homossexual deve ser “desprovida” de direitos para não “propagar” uma “ideologia gay”. Junto com isso, o deputado fala de “ideologia de venerar”, que retoma a questão da “ideologia gay”, ou seja, isso pode ser visto como um “privilégio” para homossexuais, como apologia à prática homossexual. O que o autor do PL chama de “ideologia gay”, nas redes sociais é chamado, por pessoas homofóbicas, de “gayzismo”,

¹⁰¹ NOVA ESCOLA. **Exclusivo:** conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/conheca-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-2011-834620.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

sendo o sufixo “-zismo” uma alusão ao nazismo, corrente de pensamento defendida por Adolf Hitler, que objetivava segregar a população geral da raça ariana, considerada por seus seguidores como superior, ao passo que os homossexuais eram perseguidos pelo ditador na época.

Para Pêcheux (1975, p. 52), “o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que concebemos esta sequência como pertencendo necessariamente a uma formação ideológica”. Ao taxar as pessoas como “gayzistas”, pessoas homofóbicas sugerem que gays se sentem superiores e pretendem oprimir heterossexuais, ou, mais do que isso, “transformar” heterossexuais em gays. Essa ideia de que há uma “opressão” da comunidade gay contra a heterossexual é propagada por Cunha. Também remete ao que Pêcheux (1995, p. 173, ênfase do autor) chama de esquecimento nº 2, ou seja, de o sujeito achar que está falando/produzindo um discurso novo, “original”.

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

É possível observar isso na fala de Cunha e nos discursos de internautas sobre esse tema, pois (re)produzem discursos já proferidos. No caso do deputado, na medida em que se refere a um preconceito sofrido por heterossexuais por parte da comunidade homossexual, ele mostra, através de suas FDs, o interdiscurso.

O interdiscurso gerencia as questões discursivas: não é qualquer um que pode dizer nem qualquer coisa pode ser dita. Assim como o sujeito não é livre para dizer qualquer coisa, a interpretação também não é livre, ela é “garantida” pela memória, sob os aspectos: a memória institucionalizada e a memória constitutiva. (SOARES, 2006, p. 84)

Na FD “aqueles que tem (sic) bom senso são contra qualquer tipo de preconceito”, o autor do PL tenta mostrar que há várias pessoas inseridas nesse grupo e um certo afastamento, o que deixa a afirmação com tom impessoal. Além disso, ao dizer “qualquer tipo de preconceito”, ele contribui para um enfraquecimento da luta contra um preconceito, no caso, os sexuais e de gêneros, já que coloca todos em um mesmo grupo, apagando/silenciando a necessidade da tipificação do preconceito. “[...] sem silêncio não há sentido, sendo que o silêncio não é apenas um acidente que intervém ocasionalmente: *ele é necessário à*

significação” (ORLANDI, 1993, p. 47, ênfase minha). Ao mesmo tempo, ele se projeta como pessoa não preconceituosa, já que afirma que toda pessoa que tem bom senso é contra o preconceito.

Assim como o vereador do PDT, o deputado do PMDB fala de “opção sexual” querendo afirmar que membros da comunidade ALGBTQI+ “optam” por ser assim, silenciando o descobrimento de sua(s) identidade(s) de gêneros e (a)sexualidades. “A ‘legibilidade’ do silêncio nas palavras só é tornada possível quando consideramos que a materialidade significativa do silêncio e a da linguagem diferem e que isto conta nos distintos efeitos de sentido que produzem” (ORLANDI, 1993, p. 69).

Quando Cunha diz “não podemos confundir”, afirma que não se pode discordar dele, ou seja, sua ideologia não pode ser refutada, pois, caso o seja, é porque há “confusão” por parte do discordante, desqualificando quem discorda da sua posição. “Para o sujeito de linguagem, o sentido já está sempre-lá. Considerando sua relação com a significação, o sujeito tem assim uma necessária relação ao silêncio” (ORLANDI, 1993, p. 72). Procura, portanto, silenciar quem não concorda com suas ideias.

SD 9 – linhas 10 a 14

O objetivo aqui é a livre manifestação das famílias, daqueles que respeitam as opções sexuais (sic) de quem quer que seja, mas querem deixar claro a sua opção e não irão se envergonhar dela. Daqui a pouco os heterossexuais se transformarão pela propaganda midiática em reacionários e nós queremos ter a nossa opção pela família sendo alardeada com orgulho.

Quando o deputado cita algo referente à família na justificativa de uma lei sobre o “orgulho de ser hétero”, ele faz uma associação entre a heterossexualidade e a capacidade de constituir família (numa equação linguística: h) *casal heterossexual + reprodução = família*), provocando um silenciamento de outras formas de família(s), levando a um apagamento destas e, portanto, a uma diminuição de sua visibilidade na luta por direitos. “[...] a alteridade é parte constitutiva do dizer que o delimita e regula, sendo o discurso sempre atravessado por ‘outros’ discursos. É assim que se cumpre a relação necessária do linguístico com o ideológico: os sentidos não têm donos” (ORLANDI, 1993, p. 139).

Essa FD também tem relação com o discurso religioso, comentado na análise da SD anterior, sobre a criação dos seres humanos na visão de Deus. Lembrando que casais

homoafetivos podem gerar filhos biológicos, sendo um dos membros uma pessoa trans. Por exemplo: um homem cis gay e um homem trans gay; uma mulher cis lésbica e uma mulher trans lésbica. Nota-se o “respeito” que se tem com relação a pessoas não-heterossexuais, entretanto, novamente, vendo isso como *escolha*.

Diferentemente dos discursos que sugerem que se contraponha à homossexualidade, como visto em SDs anteriores, o deputado propõe, como forma de combater o preconceito, uma luta pelo direito de declarar sua heterossexualidade, por não se envergonhar dela, usando, portanto, termos utilizados por ativistas ALGBTQI+, como se houvesse uma opressão contra les heterossexuais. Nesse sentido, Lucas Costa (2014, p. 160) afirma:

A negociação que o falante estabelece entre o seu discurso e o discurso do Outro é o movimento que altera o seu dizer através das marcas do seu dito e daquele com quem assume uma atitude responsiva, no sentido bakhtiniano, de que o discurso se constrói pelo atravessamento de outros discursos.

Assim, Cunha coloca em jogo a “ideologia gay”, ao sugerir que a comunidade heterossexual sofre pela imposição de uma ideologia que venera apenas a homoafetividade. Dessa forma, o deputado faz uso do discurso de que pessoas não-heterossexuais e/ou não-cis se sentem envergonhadas devido ao discurso heteronormativo, “invertendo” a situação.

Nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência socialmente sustentada”. O que Bakhtin designa por saturação da linguagem constitui uma teoria da produção do sentido e do discurso: coloca os outros discursos não como ambiente que permite extrair halos conotativos a partir de um nó de sentido, mas como um “centro” *exterior constitutivo*, aquele do *já dito*, com o que se tece, inevitavelmente, a trama mesma do discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27, ênfase da autora).

Mais uma vez, ele provoca um silenciamento dos homossexuais, ou, até mesmo, debocha da sua luta por direitos e pela liberdade de expressar sua identidade, ou seja, desqualifica essa luta.

As FDs vistas na justificativa do PL do deputado dizem respeito ao “esquecimento” (cf. Pêcheux, 1995) de discursos já proferidos por ativistas ALGBTQI+ em todas as SDs analisadas. Não há mobilização explícita do discurso religioso, como visto no PL de Apolinário; Cunha fala da família, de modo a enaltecer o modelo “tradicional”: homem + mulher + filhos, trazendo a questão da reprodução à guisa de argumento, mas também

reafirmando como tabu a questão do sexo como prazer, como comentado nos primeiros capítulos, que a família “tradicional” leva para a casa (cf. Foucault, 2011).

Por “moral” entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados em uma doutrina coerente e um ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. Com essas reservas pode-se chamar “código moral” esse conjunto prescritivo. Porém, por “moral” entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara. Chamemos a esse nível de fenômenos a “moralidade dos comportamentos” (FOUCAULT, 1984, p. 33-34).

Pode-se observar que, embora o objetivo dos PLs seja o mesmo – estabelecer o “Dia do Orgulho Heterossexual” –, suas linhas argumentativas são diferentes. Enquanto o do vereador do PDT-SP tem como foco o suposto cerceamento de direitos sofridos pelas heterossexuais em decorrência das atitudes dos homossexuais, que “propagam sua ideologia”, o do deputado federal do PMDB-RJ foca no direito de manifestação dos heterossexuais, que não querem se sentir impelidos a se envergonharem de sua orientação sexual. O primeiro, portanto, possui um enfoque maior na cidadania, na suposta igualdade de direitos que não é alcançada pelas heterossexuais devido aos “privilégios” dados a les homossexuais, diferentemente do segundo, cujo enfoque está na “discriminação” que les heterossexuais podem vir a sofrer, conforme o deputado afirma na **SD 7**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tempos difíceis nos aguardam! E em breve, nós teremos que escolher entre o que é certo e o que é fácil.

(Harry Potter e o cálice de fogo – J.K. Rowling)

Ao atravessar a(s) história(s) da(s) (homo)sexualidade(s), observei os discursos construídos sobre elas, como no caso da China, em que a relação sexual não era vista apenas como reprodução, segundo a cultura judaico-cristã. No Egito, em que a relação sexual entre dois homens tinha ligação com a religião, em que um homem “vestia-se como mulher” para receber o sêmen de outro homem. Na Grécia, a homossexualidade era vista em especial na educação: um homem mais velho relacionava-se sexualmente com um menino, tendo assim o conceito de pederastia, e as artes gregas antigas retratavam isso, como exposto na figura 6. Na civilização romana, a relação homoafetiva era vista como “positiva” quando o sujeito passivo da relação fosse escravo, do qual o sujeito ativo poderia “abusar” (cf. Assis, 2006).

Discursos preconceituosos na atualidade sobre o sujeito passivo remetem a esse tipo de relação de poder. Na Idade Média, através dos discursos judaico-cristãos, a relação sexual começou a ser propagada e defendida apenas como fins de reprodução, gerando o silenciamento de pessoas homoafetivas, sendo estas condenadas aos olhos da igreja. Avançando mais um pouco, na Idade Moderna e Pós-Moderna, o discurso heteronormativo ganha mais visibilidade juntamente com a “família tradicional”, (re)forçando que homem + mulher + sexo após ao casamento + sexo apenas para fins reprodutivos + filhos = ser um casal “do bem”, excluindo/silenciando as famílias não-tradicionais, além de colocar o sexo como prazer na condição de tabu.

O fato de a(s) (homo)sexualidade(s) serem tão diversas em cada período histórico se deu em função das construções discursivas e seus deslocamentos, que são problematizados na (re)significação dessa orientação sexual.

Para situar a problemática deste estudo, trouxe também para a discussão considerações a respeito das esferas científica e social. No âmbito da primeira, considerei a medicina, discuti que a homossexualidade era tratada como doença em que pessoas não-heterossexuais precisavam ser curadas, tendo o apoio do discurso religioso. A palavra “homossexualismo” marcou esse período do século XIX e começo do século XX. A partir da consideração de que essa orientação sexual não é doença e/ou transtorno mental, palavras como homossexualidade,

homoconjugalidade, homoerótico, homoafetivo, entre outras, são utilizadas para (re)significá-la. Já a propósito das esferas sociais, primeiramente foi vista uma comunidade indígena norte-americana, que (des)constrói a posição heteronormativa ocidentalista e, a seguir, o discurso do Estado, representado pelos documentos oficiais discutidos, com o enfoque em seus efeitos de sentido (cf. Orlandi, 2013).

Através dessa problematização nessas esferas, busquei mostrar com exemplos (des)construções acerca da heteronormatividade e sugestões de material de apoio para discussão do combate à homolesebobitransfobia nas escolas, questionando termos e conceitos que os próprios documentos utilizam a fim de deslocar o(s) discurso(s) utilizado(s) pela militância.

Neste trabalho, dirigi um olhar mais atento às relações homoafetivas masculinas, retratando poucas vezes o relacionamento sexual da mulher, que apenas é mencionado na civilização chinesa, em que a masturbação para ela não é vista como algo errado, diferente da masculina. Vale observar que o discurso machista a partir do qual essas civilizações são retratadas acarreta um silenciamento de como o sexo é para a mulher, sua perspectiva.

Ao respaldar as análises das justificativas dos PLs na perspectiva da AD francesa, concordo com Soares (2006, p. 12, ênfase do autor): “O pesquisador filiado a AD não se encontra fora da *história*, do *simbólico* ou da *ideologia*. Ele se coloca em uma posição deslocada que permite observar o processo de produção de sentidos e suas condições”. Vê-se que em ambas as justificativas dos PLs analisados sobre a criação do “Dia do Orgulho Heterossexual”, levando em conta os sujeitos que as escreveram, suas posições e as pessoas que “apostaram” (cf. Charaudeau, 2008) nos políticos acerca das ideias pelos seus atos de linguagem, pode-se propor a seguinte equação linguística: *i) PL + heterossexuais = preconceito contra pessoas não-heterossexuais*, pois as justificativas criticam o sujeito homossexual. Este, representado em ambos os PLs, é construído como aquele que deve se sentir satisfeito com o anonimato, ser feliz em um relacionamento, confinando-o a ambientes privados, ou seja, o discurso dos dois documentos configura uma relação hierárquica entre heterossexuais *versus* homossexuais.

É certo que um sujeito falante é sempre parcialmente sobredeterminado pelos saberes, crenças e valores que circulam no grupo social ao qual pertence ou ao qual se refere, mas ele é igualmente sobredeterminado pelos dispositivos de comunicação nos quais se insere para falar e que lhe impõem certos lugares, certos papéis e comportamentos (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 115).

Os sujeitos falantes, nesse caso, são o vereador e o deputado, que não falam apenas pela esfera política. Como observado na análise do PL de Apolinário, o vereador fala em nome de representantes que compactuam com sua(s) ideologia(s), pessoas que têm os mesmos princípios religiosos exibidos em sua justificativa, da mesma forma que Cunha.

O sujeito homossexual, nas justificativas de ambos os PLs, é estereotipado.

[...] o estereótipo, como o clichê, depende do cálculo interpretativo do alocutário e de seu conhecimento enciclopédico. Para a análise do discurso, ele constitui, com o *topoi* ou lugares-comuns, uma das formas adotadas pela doxa, ou conjunto de crenças e opiniões partilhadas que fundamentam a comunicação e autorizam a interação verbal. Esse saber de senso comum, que inclui as evidências dos parceiros de troca [...] varia segundo a época e a cultura. Ele aparece à luz da ideologia para certas correntes que exercitam a análise ideológicas dos discursos – o estereótipo relaciona-se, assim, ao pré-construído [...] (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 215-216).

Observou-se no PL de Apolinário e no de Cunha as FDs relacionadas ao direito, à religião e à medicina. Nota-se que esses discursos estão entrelaçados durante todas as justificativas remetendo a seu(s) posicionamento(s) acerca do tema. “A formação discursiva aparece [...] inseparável do *interdiscurso*, lugar em que se constituem os objetos e a coerência dos enunciados que se proveem de uma formação discursiva” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, 241, ênfase dos autores). Ou seja, através do discurso médico-religioso eles justificam a criação do “Dia do Orgulho Heterossexual”. Isso aponta para o que Pêcheux (2002, p. 17) chama de *acontecimento discursivo*: “O acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que o acontecimento convoca”.

Quando o vereador e o deputado falam de direitos da comunidade homossexual, como se fossem privilégios, sugerem que, com a criação da lei de ambos, a comunidade heterossexual teria seus direitos garantidos. Pensando o “Dia do Orgulho Heterossexual” como “resposta” à “Parada da Diversidade” e “Dia do Orgulho Gay”, infere-se que já que a comunidade ALGBTQI+ tem um dia para elus, a comunidade heterossexual tem o direito a um dia para si também. Levando em conta as CP e as posições dos sujeitos, isso é “igualdade”. Porém, o vereador e o deputado “esqueceram”, e esse esquecimento não tem relação com a capacidade neurológica, como já comentado, que a Parada da Diversidade e o

“Dia do Orgulho Gay” são marcos simbólicos contra o preconceito sofrido pela comunidade ALGBTQI+.

Na realidade, toda palavra comporta *duas* faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão *a um em relação ao outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN & VOLOCHINOV, 2004, p. 113, ênfase dos autores).

Observar o “orgulho” dos autores dos PLs é identificar a defesa de hierarquias entre heterossexuais e homossexuais na questão do relacionamento em público, por exemplo, silenciamento de posições igualitárias, reduzindo os discursos preconceituosos a meras opiniões, como a exemplificação do próprio Apolinário na **SD 4**.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Linguísticos**, 19. Campinas, IEL. 1990.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 11-80.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ASSIS, Dallmer Palmeira Rodrigues de. **A homossexualidade desconstruída em Levítico 18,22 e 20,13**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, São Paulo. 2006.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso romanesco. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Os gêneros do discurso. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo de Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa de Tzvetan Todorov. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 17 ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3 ed. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1980.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BERTI-SANTOS, Sonia Sueli. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 209-233.

BRANCAGLION JÚNIOR. Homossexualismo no Egito Antigo. **Métis: história & cultura**, v. 10, n. 20, p. 69-79, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1339/1074>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 19-43.

_____. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

_____. **Subjetividade, argumentação e polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dezembro de 2005.

_____. Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 26 de fevereiro de 1998a.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 25 de abril de 2002.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, DF, 1998a.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos, língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, DF, 1998b.

BURKE, Peter. Estereótipos do outro. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BURKS; Derek J.; ROBBINS, Rockey; DURTSCHI, Jayson P. American Indian gay, bisexual and two-spirit men: a rapid assessment of HIV/AIDS risk factors, barriers to prevention and culturally-sensitive intervention. **Culture, Health & Sexuality**, United Kingdom, v. 13, n. 3, p. 283-298, 2011.

BUTLER, Judith P. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. United States: Routledge, 1993.

_____. **Gender trouble**. 2 ed. United States: Routledge, 2003.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 385-418.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Da escola disciplinar à pedagogia do controle**. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas-SP. 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARADEUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIDIAC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leandro Casto. Ser e estar *drag queen*: um estudo sobre a configuração da identidade queer. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 471-478, 2004. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Leandro_Oltramari/publication/262439561_Being_a_drag_queen_a_study_on_the_characterization_of_the_queer_identity/links/0a85e53a190289bf1f000000.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. Homoerotismo na Grécia Antiga: homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Biblos**, Rio Grande, n. 19, p. 19-24, 2006. Disponível em: <[http://pakacademicsearch.com/pdf-files/art/135/19-24%20v.%2019%20\(2006\).pdf](http://pakacademicsearch.com/pdf-files/art/135/19-24%20v.%2019%20(2006).pdf)>. Acesso em: 1º mar. 2016.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Lucas Piter Alves. Silenciamento, alteridade e autoria n’*O Alienista* em quadrinhos. **Nau Literária**: crítica e teoria de literaturas de língua portuguesa, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 155-179, 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/46864/30154>>. Acesso em: 19 set. 2015.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EDUFSCar, 2014.

DEIFELT, Wanda. Os tortuosos caminhos de Deus: Igreja e homossexualidade. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 39, n. 1, p. 36-48, 1999. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/703>. Acesso em: 18 de ago. 2014.

DIAS, Maria Berenice. Família homoafetiva. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, n. 3, p. 39-63, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2282/1715>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

FAN, Weihua; WOLTERS, Christopher A. School motivation and high school dropout: the mediating role of educational expectation. **Educational Psychology**, United States, n. 84, p. 22-39, 2014.

FEITOSA, Lourdes M. G. Conde. **Amor, desejo e poder na antiguidade**: relações de gênero e representações do feminino. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

FERRARI, Anderson. **O professor frente ao homoerotismo masculino no contexto escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Minas Gerais. 2000.

_____. **Quem sou eu? Que lugar ocupo?** Grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas-SP. 2005.

FERREIRA, Lucimar Luisa. **O índio Umutina no discurso do contato**: silenciamento e resistência. 97 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas-SP. 2000.

FIORIN, José Luiz. Tendências da análise do discurso. **Estudos linguísticos**, v. 19, p. 173-179, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GARRETT, Michael; BARRET, Bob. Two spirit: counseling native American gay, lesbian and bisexual people. **Multicultural Counseling & Development**, United Kingdom, v. 5, n. 2, p. 131-142, 2003.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOI, Marcos Roberto; ARANTES, Clovis. Governo dos corpos, gênero e sexualidade: reflexões sobre situações do cotidiano das escolas. In: SOUZA, Leonardo Lemos de; et al. (orgs.). **Gênero, corpo e @tivismos**. Cuiabá-MT: Editora da UFMT, 2012, p. 57-68.

GÓIS, João Bôsko Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 289-297, jan./jun., 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100021>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

HALL, Kira. Commentary I: ‘It’s a hijra!’: queer linguistics revisited. **Discourse & Society**, United Kingdom, v. 5, n. 24, p. 634-642. 2013.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2015.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik; tradução de Adelaine La Guardia Resende; et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, n. 24, p. 93-106, 1971. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1971_num_6_24_2608>. Acesso em: 28 out. 2015.

HE, Yin Hui; NE, Zhang Bai. **Teoria básica da medicina tradicional chinesa**. São Paulo: Atheneu, 2001.

ISRAEL, Fernanda Aparecida. **“Ninguém fala que o cara é culpado”**: identidades de gênero feminino a partir do signo violência no site da revista Marie Claire. 198 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa-PR. 2015.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos: corpo, doença e saúde**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LABORIT, Emmanuelle. **O voo da gaivota**. São Paulo: Best Seller, 1994.

LAU, Héilton Diego. “Tô sendo vítima de ‘heterofobia!’”: o caso de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys. In: Ciclo de estudos em linguagem, 8, 2015a. Ponta Grossa-PR. **Anais...Ponta Grossa-PR: UEPG**, 2015. Cd-Rom.

_____. A (des)construção dos estereótipos acerca da comunidade LGBT. In: Colóquio mulher e sociedade: gênero e políticas públicas, 4, 2015b. Ponta Grossa-PR. **Anais...** Ponta Grossa-PR: UEPG, 2015. Cd-Rom.

_____. A (des)informação do bajubá: fatores da linguagem da comunidade LGBT para a sociedade. **Temática**, Paraíba, v. 11, n. 2, p. 90-101, fev. 2015c. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/22957/12682>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. Que “gay” é esse na comunidade gay? **Temática**, Paraíba, v. 12, n. 2, p. 132-147, fev. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/27810/14943>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. (Re)vendo o conceito de homossexualidade segundo o discurso religioso. In: Simpósio de estudos em letras e Interlinguagens, 2; 3, 2014. Irati-PR. **Anais...** Irati-PR: UNICENTRO: 2014. Cd-Rom.

LAU, Héilton Diego; BUFFA, Ruth Mara. A (des)construção da identidade: um estudo de caso fílmico. **Interlinguagens**, v. 1, p. 126-141, 2013a. Disponível em: <<http://www.revistainterlinguagens.com.br/site/index.php/2-uncategorised/99>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

_____. (Des)construindo identidades: a homossexualidade pelo viés da linguística aplicada. In: Ciclo de estudos em linguagens, 6, 2013b. Ponta Grossa-PR. **Anais...** Ponta Grossa-PR: UEPG: 2013. Cd-Rom.

_____. Discutindo as identidades em sala de aula: uma prática de ensino. In: Centro de estudos linguísticos e literários do Paraná, 21, 2013c. Paranaguá-PR. **Anais...** Paranaguá-PR: FAFIPAR: 2013. Cd-Rom.

_____. Fatores identitários da homossexualidade no cotidiano escolar. In: Semana de integração ensino, pesquisa e extensão, 3, 2013d. Guarapuava-PR. **Anais...** Guarapuava-PR: UNICENTRO, 2013. Cd-Rom.

LAU, Héilton Diego; RECH, Gabriele Cristine. As variações da Libras através da tradução/interpretação de canções: um estudo investigativo com TILS. In: Ciclo de estudos em linguagem, 8, 2015. Ponta Grossa-PR. **Anais...** Ponta Grossa-PR: UEPG, 2015. Cd-Rom.

LAU, Héilton Diego; THOMAZ, Sônia Maria Zanetti. A questão da orientação queer no conto “O Segredo de Brokeback Mountain”, de Annie Proulx. In: Jornada internacional de estudos linguísticos e literários: veredas do imaginário e cartografias da memória, 15, 2012. Marechal Cândido Rondon-PR. **Anais...** Marechal Cândido Rondon-PR: UNIOESTE, 2012. Cd-Rom.

LEVITHAN, David. **Dois garotos se beijando**. Tradução de Regiane Winarski. Rio de Janeiro: Galera Record, 2015.

LOPES, Moisés. **“Homens como outros quaisquer”**: subjetividade e homoconjugalidade masculina no Brasil e na Argentina. 339 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília – UNB, Brasília. 2010.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Pronomes pessoais: conceituação *versus* uso. **Analecta**, Guarapuava, v. 7, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/view/2235>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2 ed. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-34.

_____. O “estranhamento” queer. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; swain, tania navarro (orgs.). **A construção dos corpos**: perspectivas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008, p. 141-148.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. **Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva**: dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos. Coimbra, Portugal: Coimbra Editora Limitada, 2003.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **Imprensa de 1930 e memória histórica**: uma questão para a análise do discurso. 287 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 1988.

_____. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 1996.

_____. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MARQUES, Luciana Ribeiro. **Homossexualidade**: uma análise do tema sob a luz da psicanálise. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade) – Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2008.

MELLO, Renato de. O silêncio faz sentido. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (orgs.). **Múltiplas perspectivas em linguística**. Uberlândia-MG: EDUFU, 2008, p. 2588-2594.

MENDONÇA, Kleber. **Discurso e mídia: de tramas, imagens e sentidos**: um estudo do *Linha Direta*. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói-RJ, 2001.

MESQUITA, Diana Pereira Coelho de; ROSA, Ismael Ferreira. As heterogeneidades enunciativas com aporte teórico-metodológico para a Análise do Discurso de linha francesa. **Veredas**, v. 2, Juiz de Fora-MG, 2010, p. 130-141. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-10.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: _____. **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 18-31.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. **Revista da USP**, São Paulo, v. 49, p. 40-59, mar./maio. 2001.

_____. **Homossexualidade: mitos e verdades**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: BENTES, Ana Christina; _____. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, v. 2, p.101-142.

NAVARRO, Pedro. Discurso, sentido e mídia: a produção de imagens de identidade coletiva. In: ZATTAR, Neuza B. da Silva; MALUF-SOUZA, Olimpia (orgs.). **Fronteiras discursivas: espaços de significação entre a linguagem, a história e a cultura**. Campinas, SP: Capes/PQI (Unicamp-Unemat): Pontes Editores, 2007, p. 137-150.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Introdução. In: _____ (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 7-15.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1996a.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11 ed. São Paulo: Pontes: 2013.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2 ed. Campinas, SP. Pontes: 2012.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 53-59, jan./mar. 1994.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996b.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et. al. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 59-71.

_____. Segmentar ou recortar? **Estudos**, Uberaba, v. 10, p. 9-26, 1984.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. Curitiba: MEC/SEED, PR, 2010

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Toni (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani; et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 311-319.

_____. **Les vérités de la Palice**. Maspeto: Paris: 1975.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et. al. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 50-58.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi; et al. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, maio/ago. 2006, p. 522-534. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a12v14n2.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. **Laicidade à brasileira**: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul. 2012.

RASIA, Gesualda dos Santos. Discursivização do programa “Mais Médicos” em charges: a imbricação língua e política. In: Jornada Internacional de Estudos do Discurso e Encontro Internacional de Imagem em Discurso, 3; 2. 2015, Maringá-Pr. **Anais...** Maringá: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 1-12. Cd-Rom.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. Dialogismo ou polifonia? **Revista de Ciências Humanas**, Taubaté, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUAN, Fang Fu; LAU, Man Po. China: Zhonghua Renmin Gonghe Guo. In: FRANCOEUR, Robert T. (org.). **The international encyclopedia of sexuality**. v. 1. Estados Unidos: Continuum, 1997, p. 344-396.

SAFFIOTI, Helericth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. “Mais cedo ou mais tarde sua mulher irá dirigir”: identidades de gênero em anúncios de carros. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014a, p. 93-112.

_____. Marcas enunciativas nos Temas Transversais: o volume Orientação Sexual. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus; JOVINO, Ione da Silva; _____. (orgs.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas: Pontes, 2014b, p. 83-102.

SALTZBURG, Susan; DAVIS, Tamara S. Co-authoring gender queer youth identities: Discursive Telling and Retellings. **Journal of Ethnic and Cultural Diversity in Social Work**, London, v. 19, n. 2, p. 87-108, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/15313200903124028>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph. Homossexualidade na perspectiva da teologia prática. **Estudos teológicos**, São Leopoldo, v. 39, n. 1, p. 59-78, 1999. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/705>. Acesso em: 18 de ago. 2014.

SHEPPARD, Maia; MAYO JR., J. B. The Social Construction of Gender and Sexuality: Learning from Two Spirit Traditions. **The Social Studies**, United Kingdom, v. 104, p. 259-270, 2013.

SILVA, Josiane Gomes da. **O papiro erótico de Turim e os espaços do cotidiano no Egito antigo**. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. 2013

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2000.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. A construção de identidade sexual: travesti, a invenção do feminino. **EID&A – Revista eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 2, p. 5-14, maio. 2012. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista2/01alexandre.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. 235 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói. 2006.

_____. Discurso do sujeito: a homossexualidade em textos jornalísticos contemporâneos. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, p. 125-136.

STEARN, Fábio L. Homossexualidade, transexualismo e a medicina tradicional chinesa: da filosofia às políticas públicas. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, n. 5, p. 95-118, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2314/1747>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade**. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Libras**: aprender está em suas mãos. Curitiba: CRV, 2013.

VIOTTI, Evani de Carvalho. **Introdução aos estudos linguísticos**. Florianópolis: EDUFSC, 2008.

ZANDWAIS, Ana. Como os domínios da filosofia da linguagem e da semântica contribuíram para delimitar o objeto da Análise do Discurso. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 47-62, 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/revista/RVE2/2v.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

LINKS

BATATINHAS. **Deixando o X para trás na linguagem neutra de gênero**. Disponível em: <<http://naobinario.wordpress.com>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BBC BRASIL. **Gays cedem a pressão social na China com casamento ‘de fachada’**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130204_gays_china_fa_ra.shtml>. Acesso em: 7 mar. 2016.

BRASIL ESCOLA. **1º de maio: dia do trabalho**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-do-trabalho.htm>>. Acesso em 27 jul. 2015.

BRASIL POST. **#PrimeiroAssédio: mulheres compartilham no Twitter primeira vez que sofreram assédio**. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/10/22/primeiro-assedio_n_8356762.html>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parlamento jovem brasileiro: como elaborar um projeto de lei?** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/diretoria/cefor/tutoriais/cursoprojetodelei/projeto_de_lei/Modulo6/loader.html>. Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. **Processo legislativo: perguntas sobre iniciativa e elaborações de leis, tramitação de proposições e formas de participação popular**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/participe/fale-conosco/perguntas-frequentes/processo-legislativo##7>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

CARLOS APOLINÁRIO. **Cronologia política**. Disponível em: <<http://www.carlosapolinario.com.br/cronologia.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CARTA CAPITAL. **“Minha vagina é poderosa”, diz homem trans ativista**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cminha-vagina-e-poderosa201d-diz-ativista-trans-2278.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Casal gay é agredido em restaurante da Augusta**. Disponível em: <<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/70837/casal-gay-agredido-em-restaurante-da-augusta>>. Acesso em 19 ago. 2015.

EL PAÍS. **#MeuAmigoSecreto, nova investida feminina contra o machismo velado**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683_866934.html>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ESPECTROMETRIA. **Guia para a linguagem oral não-binária ou neutra (PT-BR)**. Disponível em: <<http://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com/post/95838656403/guia-para-a-linguagem-oral-nao-binaria-ou-neutra>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

EXAME. **Louis Vuitton divulga vídeo de campanha com Jaden Smith.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/louis-vuitton-divulga-video-de-campanha-com-jaden-smith>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FACEBOOK. **Espectrometria não-binária.** Disponível em: <www.facebook.com/espectrometria.nao.binaria>. Acesso em: 31 mar. 2015.

FOLHA. **Parada Hétero pede “liberdade” e critica dinheiro público na Parada Gay.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2007/06/305080-parada-hetero-pede-liberdade-e-critica-dinheiro-publico-na-parada-gay.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

FUSION. **Native Americans talk gender identity at a ‘two-spirit’ powwow.** Disponível em: <<http://fusion.net/story/46014/native-americans-talk-gender-identity-at-a-two-spirit-powwow/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

G1. **Ataques por racismo lideram casos em delegacia especializada de SP.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/ataques-por-racismo-lideram-casos-em-delegacia-especializada-de-sp.html>>. Acesso em 19 ago. 2015.

LADO A. **China censura homossexualidade e retira do ar série sobre namorados adolescentes.** Disponível em: <<http://revistaladoa.com.br/2016/03/noticias/china-censura-homossexualidade-retira-ar-serie-sobre-namorados-adolescentes>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

LITERATORTURA. **O pronome de gênero neutro “Mx.” pode entrar nos dicionários de inglês.** Disponível em: <<http://literatortura.com/2015/05/o-pronome-de-genero-neutro-mx-pode-entrar-nos-dicionarios-de-ingles/>>. Acesso em: 13 maio 2015.

NLUCON. **Criança trans de 9 anos é autorizada a mudar nome e gênero em registro no Mato Grosso.** Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2016/02/crianca-trans-de-9-anos-e-autorizada.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

NOVA ESCOLA. **Exclusivo: conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011.** Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/conheca-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-2011-834620.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

OXFORD. **Mx.** Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/pt/defini%C3%A7%C3%A3o/ingl%C3%AAs/mx?searchDictCode=all#Mx>>. Acesso em: 02 set. 2015.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **Filho de pais gays morre após ser espancado.** Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/filho-de-pais-gays-morre-apos-ser-espancado.html>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

QUEM A HOMOFOBIA MATOU HOJE? **Registros.** Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>. Acesso em 26 fev. 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil:** ano de 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

SUL 21. **Transexualidade deixa de ser considerada doença mental nos EUA.** Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-doenca-mental-nos-eua>>. Acesso em: 1º maio 2015.

TOTVS. **Pesquisa CID.** Disponível em: <<http://cid.ninsaude.com/cid/f640/transexualismo.html#.VULsBo5Vikq>>. Acesso em: 1º maio 2015.

TRANSEXUAIS SP. **Sou Trans e Quero Dignidade e Respeito.** Disponível em: <<http://transexuaissp.com.br/sou-trans-e-quero-dignidade-e-respeito/>>. Acesso em: 1º maio 2015.

UOL TAB. **Assexuais.** Disponível em: <<http://tab.uol.com.br/assexuais/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

VEJA. **SBT transforma gays em héteros em novela mexicana.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/sbt-transforma-gays-em-heteros-em-novela-mexicana>>. Acesso em: 1º maio 2015.

WYLLYS, Jean. **Jean Wyllys parabeniza CNJ pela regulamentação federal do casamento civil igualitário no Brasil.** Disponível em: <<http://jeanwyllys.com.br/wp/jean-wyllys-parabeniza-cnj-pela-regulamentacao-federal-do-casamento-civil-igualitario-no-brasil>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

VERNER, Afonso. **Travesti é preso em PG após atos obscenos e desacato.** Disponível em: <http://arede.info/ponta_grossa/travesti-e-preso-em-pg-apos-atos-obscenos-e-desacato>. Acesso em: 01 mar. 2015.

VOGUE. **Ellen DeGeneres lança marca de roupas agênero.** Disponível em: <<http://vogue.globo.com/moda/moda-news/noticia/2015/05/ellen-de-generes-lanca-marca-de-roupas-agenera.html>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

WIKI IDENTIDADES. **Bandeiras do orgulho intersexo.** Disponível em: <<http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Intersexo>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

YOUTUBE. **E se fosse com você?** Por que criminalizar a homofobia? Disponível em: <<https://youtu.be/KXYtmju2mkw>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

GLOSSÁRIO DE (EXPRESSÕES DE) GÊNEROS NÃO-BINÁRIOS, DE CARI REZ LOBO E LOUIS PATRICK FORTUNATO NUNES

Muitos gêneros não-binários e suas expressões ainda não possuem uma designação em LP, portanto, alguns foram deixados na língua fonte.

Identidade de gênero é a experiência pessoal de uma pessoa com seu próprio gênero. Essas identidades podem ser *binárias* (binaridade) ou *não-binárias* (não-binaridade).

Gêneros binários: são as duas identidades que compõem o binarismo de gênero: homem (cis ou trans) e mulher (cis ou trans).

Gêneros não-binários: são um conjunto de identidades que fogem do binarismo de gênero: agênero, bigênero, gênero-fluido etc.

Gênero ou sexo designado/imposto ao nascer é o gênero que foi atribuído à pessoa no nascimento, com base em sua genital externa.

AFAB (assigned female at birth) ou DFAB (designed female at birth) – Designade mulher ao nascer.

AMAB (assigned male at birth) ou DMAB (designed male at birth) – Designade homem ao nascer.

ASAB (assigned sex at birth) ou DSAB (designed sex at birth) – Sexo designado ao nascer.

CAFAB (coercively assigned female at birth) – Coercivamente designade mulher ao nascer.

CAMAB (coercively assigned male at birth) – Coercivamente designade homem ao nascer.

CASAB (coercively assigned sex at birth) – Sexo coercivamente designado ao nascer.

Cis / Cisgênero / Cissexual é uma identidade de gênero que significa “do mesmo lado”.

Pessoas cis são pessoas cuja identidade de gênero coincide com o gênero que lhes foi designado ao nascer. São pessoas que não são trans. A identidade de gênero das pessoas cis é sempre binária (homem ou mulher).

Trans / Transgênero / Transexual é uma identidade de gênero que significa “do outro lado”.

Pessoas trans são pessoas cuja identidade de gênero não coincide com o gênero que lhes foi designado ao nascer. A identidade de gênero das pessoas trans pode ser tanto binária quanto não-binária.

Agênero / Agender

Significa “sem gênero”. Ausência de gênero,

	sentir que o conceito de gênero não se aplica. Pode também não se sentir enquadrado em nenhum gênero ou ignorar o conceito de gênero.
Aliagênero / Aliagender	Um gênero “outro” que é totalmente distinto de feminino e masculino.
Amaregênero / Amaregender	É considerado um tipo de gênero-fluido. Vivencia fluidez de gênero. Sua identidade flui de um gênero para outro, podendo ser dois ou mais gêneros. A fluidez ocorre com base em quem a pessoa esteja interessada romanticamente no momento.
Amicagênero / Amicagender	É considerado um tipo de gênero-fluido. Pessoas amicagênero vivenciam fluidez de gênero. Sua identidade flui de um gênero para outro, podendo ser dois ou mais gêneros. A fluidez ocorre geralmente com base em quais amigos estejam acompanhando a pessoa no momento.
Andrógine / Androgyne	Vem de “androginia”. <i>Andro</i> significa “homem” e <i>gine</i> significa “mulher”. Meio termo entre feminino e masculino. Não se trata de bigeneridade (possuir dois gêneros ao mesmo tempo), e sim de um gênero próprio e ambíguo.
Aporagênero / Aporagender	Significa “outro gênero”. Possui uma identidade de gênero que não se assemelha a homem, mulher ou quaisquer combinações entre eles. Também não tem relação com gênero neutro ou agênero. É uma identidade de gênero própria e separada das demais. Também chamado de “outro gênero”.
Bigênero / Bigender	Significa “dois gêneros” ou “gênero duplo”. Quaisquer dois gêneros simultaneamente. Esses dois gêneros podem ser binários (homem e mulher) e não-binários.
Boyflux	É considerado um tipo de gênero-fluido. Vivencia fluidez de gênero. Sua identidade flui de um gênero para outro, podendo ser dois ou mais gêneros masculinos, como transmasculino + demiboy; homem + nanoboy etc.
Butch não-binária	Identidade hiper masculina, porém diferentemente do gênero masculino.
Cristagênero / Crystagender	Significa “gênero cristal”. Um gênero que quebra/fratura em vários gêneros diferentes. É considerado um tipo de gênero-fluido. Vivencia fluidez de gênero. A fluidez ocorre de forma aleatória, fazendo com que a pessoa se sinta “partida” (dividia) em vários gêneros. Também conhecido como “cristaline”.

Demiagênero / Demiagender	Significa “meio-agênero”. Possui uma identidade de gênero parcialmente agênero e parcialmente alguma outra identidade de gênero não-binária.
Demiandrógine / Demiandrogyne	Significa “meio-andrógine”. Possui uma identidade de gênero parcialmente andrógine e parcialmente alguma outra identidade de gênero não-binária.
Demiaporagênero / Demiaporagender	Significa “meio-outro-gênero”. Possui uma identidade de gênero parcialmente aporagênero (outro gênero) e parcialmente alguma outra identidade de gênero não-binária. Também chamado de “demi-outro-gênero”.
Demifluido / Demifluid	Significa “meio-fluido”. Possui uma identidade de gênero parcialmente fluida e parcialmente estática. Parte de sua identidade flui de um gênero para outro, podendo ser dois ou mais gêneros, enquanto a outra parte é composta por um ou mais gêneros fixos (binários ou não-binários).
Demifluxo / Demiflux	Significa “meio-fluxo”. Pessoas demiflux possuem uma identidade de gênero parcialmente variável e parcialmente estática. Parte de sua identidade sofre variações de intensidade enquanto a outra parte é composta por um ou mais gêneros fixos (binários ou não-binários).
Demigênero / Demigender	Significa “meio-gênero”. Possui uma identificação parcial com o conceito de gênero, ou com alguma identidade de gênero binária ou não-binária. É também um termo guarda-chuva para demi-identidades como demiboy, demifluid, demigirl etc.
Demimenina / Demigirl	Significa “meio-garota”. Possui uma identidade de gênero parcialmente feminina e parcialmente alguma outra identidade de gênero não-binária. Também chamado de “demigarota”.
Demimenino / Demiboy	Significa “meio-garoto”. Possui uma identidade de gênero parcialmente masculina e parcialmente alguma outra identidade de gênero não-binária. Também chamado de “demigaroto”.
Deminão-binária / Deminonbinary	Possui uma identidade de gênero parcialmente não-binária e parcialmente binária. Também é uma definição de pessoa que possui uma identidade composta apenas por demigêneros, como demigirl + demiboy; demiagênero + demineutro etc. Também chamados de “demimenne”.
Demineutro / Demineutrois	Significa “meio-neutro”. Possui uma identidade de gênero parcialmente neutra e parcialmente

	alguma outra identidade de gênero não-binária.
Femmenão-binária	Identidade hiper feminina, porém diferentemente do gênero feminino.
Fluido-fluxo / Fluidflux	Vivencia fluidez de gênero e variações de intensidade de gênero. Sua identidade flui de um gênero para outro, podendo ser dois ou mais gêneros. A intensidade pode variar entre os gêneros da pessoa (sejam eles binários ou não-binários) até agênero. A fluidez e as variações de intensidade podem ocorrer de um dia para outro, de uma situação para outra etc.
Gênero foda-se / Genderfuck	Gênero político, quem propositalmente desafia as normas de gênero.
Gênero-fluido / Genderfluid	Mudança de um gênero a outro. Vivencia fluidez de gênero. Sua identidade flui de um gênero para o outro, podendo ser dois ou mais gêneros. A fluidez pode ocorrer de um dia para outro, de uma situação para outra etc. Cada pessoa genderfluid apresenta sua própria fluidez. O mais comum são pessoas que fluem entre homem e mulher, mas não é regra.
Gênero-fluxo / Genderflux	Mudança na intensidade de gênero. A intensidade pode variar entre o gênero da pessoa (seja ele binário ou não-binário) até agênero (ausência de gênero), podendo ocorrer de um dia para outro, de uma situação para outra etc.
Genderqueer	Um gênero que não é abarcado pelas definições binárias de gênero. É uma identidade de gênero marcada pelo desafio aos estereótipos. É também um termo guarda-chuva que pode significar: sinônimo para identidades de gênero não-binárias; identidade política marcada pelo desafio às normas de gênero.
Girflux	É considerado um tipo de gênero-fluido. Vivencia fluidez de gênero. Sua identidade flui de um gênero para outro, podendo ser dois ou mais gêneros femininos, como transfeminina + demigirl; mulher + nanogirl etc.
Graygênero / Graygender	Sensação de forte contradição natural a respeito do próprio gênero, gênero indeterminado.
Homem trans não-binário	Pessoas homens trans não-binários são pessoas que se consideram homens transgêneros/transsexuais, mas fora do binário de gênero. Homem trans não-binário também é um termo guarda-chuva que abarca todas as identidades masculinas que fogem do binário de gênero, como boyflux, demiboy, transmasculino etc.

Intergênero / Intergender	Significa “entre gêneros”. Possui uma identidade de gênero entre o feminino e o masculino ou uma combinação dos dois. Gênero exclusivo de pessoas intersexo.
Librafeminina / Librafeminine	É considerado um tipo de agênero. Pessoas librafemininas são pessoas agênero que, embora não possuam gênero, possuem uma conexão com o feminino. Não significa que devem ser chamadas de mulheres ou tratadas no feminino, apenas se elas quiserem.
Librafluido / Librafluid	É considerado um tipo de agênero e gênero-fluido. Pessoas librafluido são pessoas agênero que, embora não possuam gênero, possuem uma conexão com o masculino e o feminino, de forma alternada, ocorrendo fluidez. Esse gênero também pode ser chamado de “agênerofluxo” (agenderflux).
Libramasculino / Libramasculine	É considerado um tipo de agênero. Pessoas libramasculinas são pessoas agênero que, embora não possuam gênero, possuem uma conexão com o masculino. Não significa que devem ser chamadas de homens ou tratadas no masculino, apenas se quiserem.
Maverique	Significa “inortodoxo”. Pessoas maverique possuem uma identidade de gênero que não se assemelha a homem, mulher ou quaisquer combinações entre elas. Também não tem relação com gênero neutro ou agênero. É uma identidade de gênero própria e separada das demais, definida por sua autonomia e forte sentimento de gênero próprio.
Mulher trans não-binária	Pessoas mulheres trans não-binárias são pessoas que se consideram mulheres transgêneras/transexuais, mas fora do binário de gênero. Mulheres trans não-binárias também é um termo guarda-chuva que abarca todas as identidades femininas que fogem do binário de gênero, como girflux, demigirl, transfeminina etc.
Multigênero / Multigender	Significa “múltiplos gêneros”. Pessoas multigênero vivenciam multiplicidade de gêneros. É também um termo guarda-chuva para pessoas que se identificam com mais de um gênero, como bigênero, gênero-fluido, pangênero etc.
Mutogênero / Mutogender	É considerado um tipo de gênero-fluido. Vivencia fluidez de gênero. Sua identidade flui de um gênero para outro, podendo ser dois ou

	mais gêneros. A fluidez ocorre por conta de mudanças de situações, de uma situação para outra.
Não-binária/Enby	Pessoas não-binárias possuem uma identidade de gênero fora do binário de gênero (homem e mulher). É um termo guarda-chuva para performance de gênero e identidades de gênero não-binárias.
Nanogênero / Nanogender	Significa “pequeno gênero”. Possui uma leve identificação com o conceito de gênero ou com alguma identidade de gênero não-binária. Também chamado de “nano-menine”.
Nano-menina / Nanogirl	Significa “pequena garota”. Possui uma identidade de gênero levemente feminina e predominantemente alguma outra identidade de gênero não-binária. Também chamado de “nanogarota”.
Nano-menino / Nanoboy	Significa “pequeno garoto”. Possui uma identidade de gênero levemente masculina e predominantemente alguma outra identidade de gênero não-binária. Também chamado de “nanogaroto”.
Negative	Gênero negativo, absorção de energia.
Neutre / Neutrois	Gênero neutro, balanceamento de todos os gêneros. Enquanto as pessoas agêneros não possuem gênero, as pessoas neutrois possuem um gênero, mas este não influencia sua identidade, sendo neutre.
Panflux (pangênero + genderflux)	Infinitos gêneros e nenhum gênero.
Pangênero / Pangender / Omnigender	Significa “todos os gêneros”. Enorme multiplicidade de gêneros, podem (ou não) tender a infinitos gêneros, incluindo gêneros ainda não reconhecidos. Esses gêneros podem se apresentar um de cada vez ou simultaneamente, podendo ser binários (homem e mulher) e não-binários.
Poligênero / Polygender	Significa “muitos gêneros”. Possui vários gêneros, que podem se apresentar um de cada vez ou simultaneamente. Esses gêneros podem ser binários (homem e mulher) e não-binários.
Positive	Gênero positivo, liberação de energia.
Terceiro-gênero / Third gender	Gênero totalmente distinto de feminino e masculino. É um termo guarda-chuva utilizado para se referir a gêneros fora do binário homem e mulher e que sejam reconhecidos socialmente. Alguns exemplos de terceiro gênero são as <i>travestis</i> no Brasil, <i>hijras</i> na Índia, <i>fa'afafine</i> na Polinésia, <i>kathoey</i> na Tailândia, <i>two-spirit</i> para

	les indígenas norte-americanes etc.
Transfeminina / Transfeminine	Possui uma identidade de gênero predominantemente feminina, mas não totalmente, sendo completada com alguma outra identidade de gênero não-binária.
Transmasculino / Transmasculine	Possui uma identidade de gênero predominantemente masculina, mas não totalmente, sendo completada com alguma outra identidade de gênero não-binária.
Travesti	Pessoa designada homem ao nascer, mas que não se identifica com o gênero masculino. É um gênero feminino, então as pessoas travestis devem ser tratadas por pronomes femininos. Existem travestis que se identifica como mulheres, da mesma forma que mulheres trans e travestis que se identificam como terceiro-gênero.
Travesti não-binária	Travesti que assume uma identidade não-binária. Por exemplo: travesti gênero-fluido.
Trigênero / Trigender	Significa “três gêneros” ou “gênero triplo”. Quaisquer três gêneros simultaneamente. Podem se apresentar um de cada vez ou simultaneamente. Esses três gêneros podem ser binários (homem e mulher) e não-binários.
Two-spirit	Significa “dois espíritos”. É um termo guarda-chuva para identidades terceiro-gênero (fora do binário homem e mulher e aceitos socialmente) de tribos norte-americanas.

ANEXOS

ANEXO A – Projeto de Lei 294/2005, de Carlos Apolinário (PDT-SP)

Institui, no Município de São Paulo o Dia do Orgulho Heterossexual, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de São Paulo, o Dia do Orgulho Heterossexual, que será comemorado, anualmente, no 3º (terceiro) Domingo de Dezembro de cada Ano.

Art. 2º - A data instituída por esta lei passará a constar do Calendário Oficial do Município de São Paulo.

Art. 3º - O Executivo envidará esforços no sentido de divulgar a data instituída por esta lei, objetivando conscientizar e estimular a população a resguardar a moral e os bons costumes.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, Às Comissões competentes.

1 Um dos direitos mais importantes do ser humano é o livre arbítrio que abrange:
2 escolha da profissão, lugar do domicílio, estado civil e até mesmo suas preferências sexuais.

3 Entretanto os homossexuais se dizendo discriminados ou perseguidos estão tentando
4 aprovar leis que na realidade concedem a eles verdadeiros privilégios.

5 Como cristão aprendi a respeitar a todas as pessoas, até porque não sou juiz do
6 comportamento sexual de ninguém. Cada ser humano pode fazer do seu corpo aquilo que bem
7 entender, neste sentido aprendi a respeitar os homossexuais e as lésbicas, porém não posso
8 concordar com a apologia ao homossexualismo (sic).

9 Há pessoas que tem preferências sexuais fora dos padrões normais da sociedade, o que
10 indubitavelmente está assegurado na Constituição Brasileira, mas poderiam manter seus
11 relacionamentos dentro da discrição que norteia o convívio social.

12 Esta não é a prática que vem sendo adotada, pois, preferem fazer estardalhaços em
13 locais públicos, na internet, nos meios de comunicação e até em panfletos com objetivo de
14 divulgar o homossexualismo (sic), como se esta opção implicasse em algum privilégio.

15 Os homossexuais dizem que são discriminados pela sociedade, quando na verdade são
16 eles que discriminam aqueles que não concordam com suas opções sexuais.

17 Pergunto: É normal duas pessoas do mesmo sexo se beijarem em locais público (sic)
18 ou na televisão?

19 Será que os homossexuais entende (sic) como direito à liberdade, dois bigodudos
20 entrarem em um restaurante e ficarem se beijando sem respeitar os demais clientes daquele
21 estabelecimento?

22 Eles deveriam ter um comportamento adequado a nossa sociedade e deixar os beijos e
23 afetos para os lugares reservados ou suas casas.

24 Acontece que os homossexuais não se satisfazem com o anonimato e para chamarem
25 atenção começam a exigir direitos que se quer os heteros têm; se comportam de forma
26 inadequada e muitas vezes agredem verbalmente aqueles que não concordam com suas ideias
27 e depois querem que a sociedade aceite este comportamento.

28 Sou casado há 32 anos, nem por isso me acho no direito de ficar beijando
29 excessivamente minha esposa em público para com isso demonstrar o carinho que tenho por
30 ela.

Quando os homossexuais aprenderem a respeitar a sociedade que é composta pelos seus pais, irmãos, familiares e amigos com certeza a sociedade também irá respeitá-los, pois aqueles que querem respeito devem agir de forma respeitosa.

Propomos assim, o projeto de lei, que, no âmbito do Município de São Paulo, se oficialize esta data como símbolo da luta pelo ORGULHO DE SER HOMEM E O ORGULHO DE SER MULHER.

Pelas razões expostas solicitamos aos meus pares que aprovem esta proposição, de modo a instituir, como o DIA MUNICIPAL DO ORGULHO HETERO, todo 3º (terceiro) DOMINGO DE DEZEMBRO DE CADA ANO.

**ANEXO B – Projeto de Lei 1672/2011, de Eduardo Cunha
(PMDB-RJ)**

Institui o “Dia do Orgulho Heterossexual”, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia do Orgulho Heterossexual”, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

1 A presente proposta visa resguardar direitos e garantias aos heterossexuais de se
2 manifestarem e terem a prerrogativa de se orgulharem do mesmo e não serem discriminados
3 por isso.

4 No momento que discutem preconceito contra homossexuais, acabam criando outro
5 tipo de discriminação contra os heterossexuais e além disso o estímulo da “ideologia gay”
6 supera todo e qualquer combate ao preconceito.

7 Aqueles que tem bom senso são contra qualquer tipo de preconceito, seja por cor, raça,
8 religião e opção sexual (sic). Contudo, não podemos confundir combate a preconceito com
9 uma ideologia de venerar a razão do próprio preconceito.

10 O objetivo aqui é a livre manifestação das famílias, daqueles que respeitam as opções
11 sexuais de quem quer que seja, mas querem deixar claro a sua opção e não irão se
12 envergonhar dela. Daqui a pouco os heterossexuais se transformarão pela propaganda
13 midiática em reacionários e nós queremos ter a nossa opção pela família sendo alardeada com
14 orgulho.